

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

VÂNIA SALETE KLEIN DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS CAUSADAS PELO PROCESSO DE
OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE AS
DÉCADAS DE 1940 E 1980**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2013**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

VÂNIA SALETE KLEIN DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS CAUSADAS PELO PROCESSO DE
OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE AS
DÉCADAS DE 1940 E 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: “Espaço de fronteira: território e ambiente”, na linha de pesquisa: “Dinâmica e gestão ambiental em zona subtropical”.

Orientador: Dr. José Edézio da Cunha

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

O48i Oliveira, Vânia Salete Klein de
 Implicações socioambientais causadas pelo processo de
 ocupação da região oeste do estado do Paraná entre as décadas
 de 1940 e 1980 / Vânia Salete Klein de Oliveira. – Marechal
 Cândido Rondon, 2013.
 134 p.

Orientador: Prof. Dr. José Edézio da Cunha

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2013.

1. Paraná – Região Oeste – Espaço geográfico. 2. Espaço
geográfico – Ocupação – Consequências socioambientais.

I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 910

304.6

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



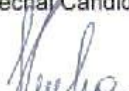
PARANÁ

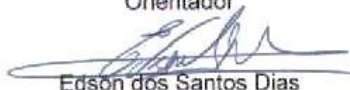
GOVERNO DO ESTADO

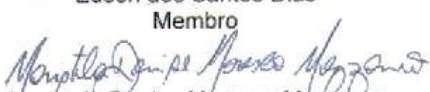
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos nove dias do mês de maio de 2013, às 09h30min, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. José Edézio da Cunha (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Edson dos Santos Dias (UNIOESTE) e Dr^a Maristela Denise Moresco Mezzomo (UTFPR), para avaliarem o trabalho *"Implicações socioambientais causadas pelo processo de ocupação da região oeste do Estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1980"*, apresentado pela pós-graduanda **Vânia Salete Klein de Oliveira** para a obtenção do título de "Mestra em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu José Edézio da Cunha, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 9 de maio de 2013.


José Edézio da Cunha
Orientador


Edson dos Santos Dias
Membro


Maristela Denise Moresco Mezzomo
Membro


Vânia Salete Klein de Oliveira
Pós-Graduanda

*Dedico esta dissertação aos meus pais
e ao meu marido pelo apoio,
carinho e amor.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse mestrado contamos com a colaboração, participação e dedicação especial de diversas pessoas, às quais agradeço sinceramente:

Em primeiro lugar a Deus por ter me dado forças nessa caminhada, em segundo lugar a minha família, em especial ao meu marido Adálcio, pela compreensão, carinho e apoio.

Ao prof. Dr. José Edézio da Cunha, um agradecimento especial pela orientação desta pesquisa, pela paciência, compreensão e amizade.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e de defesa, Dra. Maristela Denise Moresco Mezzomo, Dr. Edson dos Santos Dias e Dr. Tarcísio Vanderlinde pelas sugestões, debate e a avaliação deste trabalho.

Aos professores do curso de pós-graduação e às professoras Maria Jesus de Moraes e Maria Tereza de Nóbrega que ofertaram disciplinas especiais, pela contribuição no amadurecimento intelectual ao longo desses dois anos de curso.

Ao coordenador do curso João E. Fabrini e à secretária Anilise D. Dvojtzke pelo apoio e empenho na busca de soluções para as dificuldades encontradas.

À minha irmã Natiéli Carline Klein e à minha cunhada Francieli Maria Pazdiora Klein por colaborarem com leituras, discussões e tradução.

Ao Prof. Dr. Valdir Gregory e ao Ms. Urbano Mertz pela contribuição nas discussões e na sugestão de bibliografias.

Ao Prof. Reinaldo de Lima e acadêmicos do 1º Ano de Geografia de 2012 pela colaboração e compreensão na realização do estágio docente.

Aos colegas de mestrado e aos demais amigos pelo carinho, amizade e apoio.

À Clasi Schio e João Psymus pelo auxílio com as turmas de catequese.

Aos colegas professores e alunos do Colégio Estadual Marechal Gaspar Dutra, de 2011, pelo apoio, amizade e compreensão, principalmente no início desse mestrado.

À direção de 2011 do Colégio Estadual Frentino Sackser e à professora Márcia Deike pelo apoio com materiais bibliográficos na preparação para a seleção de ingresso no programa de mestrado.

À CAPES pela bolsa de estudo fornecida.

RESUMO

Considerando que, as consequências socioambientais variam de acordo com as características ocupacionais do espaço geográfico e do tempo histórico, esta dissertação tem o objetivo de analisar as implicações socioambientais ocorridas na Região Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1980. O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica e de análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que contribuíram a elaboração de gráficos e quadros considerados importantes para a análise e discussão dos resultados. Fundamentado na literatura foi constatado que: a) o processo de ocupação produtiva da Região Oeste paranaense com participação do Governo, de empresas colonizadoras e de migrantes de vários estados brasileiros, principalmente do Sul e Sudeste do país contribuiu, direta e indiretamente, para desencadear implicações socioambientais em diferentes períodos históricos na região; b) o período de 1940 a 1960 foi marcado pela atuação das empresas colonizadoras que comercializaram as terras da Região contribuindo com os problemas de conflitos de terra e de desmatamento; c) o período de 1960 a 1980, marcado pela inovação de técnicas produtivas, contribuiu com a prática da produção monocultora, a expulsão de agricultores e trabalhadores rurais do campo, a intensificação do desmatamento e da degradação do solo e, ainda, a poluição dos rios. A análise da literatura e dos dados do IBGE permitiu considerar que: a) mesmo com a atuação das empresas colonizadoras no processo de ocupação da Região Oeste do Estado do Paraná ocorreram os conflitos pela posse de terras e a migração de pessoas naturais de estados não sulistas, não refletindo a organização pretendida pelas empresas; b) houve intensas alterações nas características naturais do Oeste paranaense, principalmente a partir de 1960 com a aceleração da mecanização produtiva, a implantação da monocultura e o uso de agrotóxicos e adubação química.

Palavras-chaves: socioambiental, colonizadoras, migração, inovação técnica.

SOCIOENVIRONMENTAL IMPLICATIONS CAUSED BY PROCESS OF OCCUPATION OF WESTERN REGION OF THE PARANÁ STATE BETWEEN THE DECADES 1940 AND 1980

ABSTRACT

Whereas the socioenvironmental consequences vary according to occupational characteristics of the geographic space and historical time, this dissertation aims to analyze the socioenvironmental implications occurred in Western Paraná between the 1940s and 1980. The study was conducted based on a bibliographic review and analysis of data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) that contributed for the preparation of charts and tables that are considered important to the analysis and discussion of the results. Grounded in literature was found that: a) the process of productive occupation of the West Region of Paraná with participation of Government, colonizers companies and migrants from several Brazilian states, especially South and Southeast contributed, directly and indirectly, to trigger socioenvironmental implications in different historical periods in the region; b) the period from 1940 to 1960 was marked by the activity of the colonizing companies *that* marketed the lands of the Mesoregion contributing to the problems of land conflicts and deforestation; c) the period from 1960 to 1980, marked by innovation in production techniques contributed to the practice of monoculture production, the expulsion of farmers and rural workers of the field, the intensification of deforestation and soil degradation, and further, the rivers pollution. The review of the literature and of the data from the IBGE enabled to consider that: a) even with the acting of colonizing companies in the process of the West Mesoregion occupation of the State of Paraná occurred the conflicts for land possession and the migration of people from the states not southerners, not reflecting the organization desired by the companies; b) there was intense changes in the natural characteristics of the West of Paraná, especially from 1960 with the acceleration of the production mechanization, the deployment of monoculture and the use of pesticides and chemical fertilization.

Keywords: Socioenvironmental, Colonizing, Migration, Technical innovation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da área de estudo – Região Oeste do Paraná	17
FIGURA 2 – Divisão política do Brasil em 1846	20
FIGURA 3 – Mapa de Paraná e Santa Catarina representando a região contestada pelos referidos estados	25
FIGURA 4 – Planta da viação do Paraná em 1908, com destaque, em vermelho, para o caminho que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu	26
FIGURA 5 – Parte do Território Federal do Iguaçu que atualmente faz parte do Estado do Paraná (1944)	37
FIGURA 6 – Mapa do Brasil onde podem ser localizados todos os territórios federais (1945)	38
FIGURA 7 – Região Oeste do Paraná (1950)	77
FIGURA 8 – Região Oeste do Paraná (1960)	77
FIGURA 9 – Região Oeste do Paraná (1970)	77
FIGURA 10 – Região Oeste do Paraná (1980)	78
FIGURA 11 – Cobertura vegetal nativa – Região Oeste do Paraná	83
FIGURA 12 – Clima (Classificação climática de Köppen) – Região Oeste do Paraná	84
FIGURA 13 – Solo – Região Oeste do Paraná	84
FIGURA 14 – Declividade – Região Oeste do Paraná	85
FIGURA 15 – Derrubada de matas para a instalação dos migrantes em Palotina, Região Oeste do Paraná	86
FIGURA 16 – Plantação de arroz em meio a restos da mata recém-derrubada em Maripá, Região Oeste do Paraná	86
FIGURA 17 – Derrubada de árvores com a utilização de motosserra em Palotina	109
FIGURA 18 – Destoca com utilização de retroescavadeira em Palotina	110
FIGURA 19 – Uso do solo – Região Oeste do Paraná – 1980	111
FIGURA 20 – Colheita e transporte de produtos através da utilização da força mecânica em Palotina	113
FIGURA 21 – Cobertura vegetal remanescente – Região Oeste do Paraná – 1980	115

FIGURA 22 – Desmatamento até as margens do Rio Piquiri (Palotina) associado ao uso agrícola em suas vertentes	115
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Dinâmica da população da Região Oeste do Paraná e de sua naturalidade de 1920 a 1940	33
GRÁFICO 2 – Crescimento migratório para a Região Oeste do Paraná até a década de 1960	80
GRÁFICO 3 – Participação da migração na composição da população da Região Oeste do Estado do Paraná em 1960	81
GRÁFICO 4 – Quadro comparativo do percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pelo tipo de uso produtivo, entre 1940 e 1960	90
GRÁFICO 5 – Percentual da área total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da Região Oeste do Estado do Paraná, distribuída pelo tipo de uso (1960)	91
GRÁFICO 6 – Variação da área destinada a cada grupo de área de 1940 a 1960	96
GRÁFICO 7 – Variação do número de propriedades presentes em cada grupo de área de 1940 a 1960	96
GRÁFICO 8 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Paraná até 1970	99
GRÁFICO 9 – Participação da população migrante e não paranaense na composição da população total dos municípios da Região Oeste do Paraná (1970)	101
GRÁFICO 10 – Naturalidade da população da Região Oeste do Paraná não nascida no Estado em 1970	102
GRÁFICO 11 – Municípios da Região Oeste do Paraná em que a maioria da população não paranaense é natural de estados sulistas (1970)	104
GRÁFICO 12 – Municípios da Região Oeste do Paraná em que a maioria da população não paranaense é natural de estados não sulistas (1970).....	106
GRÁFICO 13 – Comparativo da quantidade de pessoas residentes nos municípios do Oeste paranaense em 1970 e 1980	108
GRÁFICO 14 – Quadro comparativo do percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pelo tipo de uso produtivo, entre 1960 e 1980	111

GRÁFICO 15 – Variação da área destinada a cada grupo de área de 1960 a 1980	119
GRÁFICO 16 – Variação do número de propriedades presentes em cada grupo de área de 1960 a 1980	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – População de Foz do Iguaçu em 1920	19
QUADRO 2 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Estado do Paraná até 1960	79
QUADRO 3 - Crescimento populacional do Paraná e da Região Oeste do Paraná (1940 a 1960).....	80
QUADRO 4 – População da Região Oeste do Paraná em 1960	81
QUADRO 5 – Participação da população rural e urbana na composição demográfica da região Oeste do Estado do Paraná (1940 e 1950)	82
QUADRO 6 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída de acordo com o tipo de uso, na Região Oeste do Paraná em 1940	87
QUADRO 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída de acordo com o tipo de uso, na Região Oeste do Paraná em 1950	87
QUADRO 8 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pelas condições de utilização, segundo os municípios da Região Oeste do Paraná em 1960	88
QUADRO 9 – Área desmatada nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste paranaense (1950 – 1960)	89
QUADRO 10 – Máquinas e instrumentos agrários e de defesa agrícola, recenseados nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná (1940-1960)	92
QUADRO 11 – Média de área (ha) por estabelecimento na Região Oeste do Paraná	93
QUADRO 12 – Média de área (ha) por estabelecimento nos diferentes municípios da Região Oeste do Paraná em 1960	94
QUADRO 13 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná segundo grupos de área (1940 a 1960)	95
QUADRO 14 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Paraná até 1970	98
QUADRO 15 – Crescimento populacional do Paraná e da Região Oeste paranaense (1960 a 1980)	100
QUADRO 16 – Participação da população rural e urbana na composição demográfica do Oeste do Paraná (1970 a 1980)	109

QUADRO 17 – Área dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Estado do Paraná, distribuída de acordo com o tipo de uso (1960-1980)	112
QUADRO 18 – Tipo de força empregada nos trabalhos agrários (1970-1980)	113
QUADRO 19 – Máquinas e instrumentos agrários, recenseados nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná	114
QUADRO 20 – Área desmatada nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste paranaense (1950 – 1980)	116
QUADRO 21 – Propriedades que fizeram uso de fertilizantes (1960-1980)	116
QUADRO 22 – Participação absoluta e relativa adubos e corretivos e defensivos agrícolas no total de despesas nos estabelecimentos agropecuários.....	117
QUADRO 23 – Quantidade e área de estabelecimentos agropecuários distribuídos de acordo com a condição do responsável pela produção no estabelecimento	117
QUADRO 24 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná segundo grupos de área (1960 a 1980)	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	17
1.1 AS POLÍTICAS OCUPACIONAIS NA REGIÃO OESTE PARANAENSE ANTES DA DÉCADA DE 1940	18
1.2 A OCUPAÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO OESTE DO PARANAENSE (1940 A 1960).....	33
1.3 AS NOVAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANAENSE (1960 A 1980)	52
2. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	75
2.1. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS OCORRIDAS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1940 E 1960.....	78
2.2. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS OCORRIDAS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1960 E 1980	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

Os anos de 1940 e de 1960 foram marcos na alteração do cenário científico, político e econômico, mundial e nacional, que resultaram em diferentes características ocupacionais e de apropriação dos recursos naturais no Estado do Paraná, provocando distintas implicações socioambientais.

Entender as causas das mudanças do modo de ocupação e de exploração dos recursos naturais, na Região Oeste paranaense, antes e após 1960, bem como as implicações socioambientais decorrentes, provocou a realização desta pesquisa.

A delimitação da Região Oeste do Paraná como área de estudo ocorreu em função da mesma ter passado por essas transformações ocupacionais e produtivas, pois a partir de 1940 foi uma das áreas de interesses ocupacionais para garantir a soberania brasileira através da agricultura de subsistência, e de 1960 em diante passou pelo processo de implantação da produção monocultora mecanizada.

Esta pesquisa foi organizada em dois períodos:

- o primeiro de 1940 a 1960, marcado pela substituição das fazendas de exploração de madeira e erva-mate pelas pequenas propriedades agrícolas de subsistência, que visava rapidamente ocupar as áreas consideradas inóspitas;
- o segundo de 1960 a 1980, caracterizado pela substituição do modelo ocupacional anterior pela inserção da produção monocultura mecanizada que facilitava a ampliação do tamanho das propriedades.

O objetivo geral desta dissertação é analisar as implicações socioambientais provocadas pela ocupação produtiva da Região Oeste do Paraná no período de 1940 a 1980, sendo assim foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- analisar a influência das políticas expansionistas sobre a ocupação territorial da Região Oeste paranaense;
- analisar as implicações e as formas de atuação das empresas colonizadoras sobre o Oeste paranaense;
- analisar o processo de implantação das inovações das técnicas produtivas, bem como suas implicações no uso e ocupação do solo e na vida das comunidades locais.

Para alcançar os objetivos acima mencionados foram realizadas leituras de livros, trabalhos acadêmicos e “Mensagens de Governo¹” do Estado do Paraná que permitiram perceber como foi organizado e realizado o processo de ocupação da Região Oeste do Paraná, em suas diferentes fases, entre as décadas de 1940 e 1980, para ajudar a entender as implicações socioambientais que ocorreram em cada período.

Também foram realizadas análise e interpretação de dados do IBGE, tais como censos demográficos e agropecuários de 1940 a 1980, bem como o recenseamento de 1920 realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que permitiram a confecção de quadros e gráficos que contribuíram para a demonstração dos resultados obtidos, principalmente com relação à distribuição e à caracterização da população, à distribuição de terras, ao uso do solo, ao uso de máquinas e equipamentos agrários e à utilização de adubos e defensivos agrícolas, que, por levarem a diferentes formas de apropriação da natureza, resultaram em implicações socioambientais diversas.

No período de 1940 a 1960 a Região Oeste paranaense passou pelo processo de expansão da ocupação produtiva das fronteiras brasileiras através da participação do Governo, das empresas colonizadoras e dos agricultores, deixando de ser uma área de atividade obragera de exploração de madeira e erva-mate, passando para a produção policultora de subsistência. Nessa transformação produtiva e de crescimento populacional as principais implicações socioambientais foram a migração, os conflitos pela posse de terra, o preconceito em relação aos “nortistas”, o desmatamento e a queimada.

Já entre 1960 e 1980 o Oeste paranaense, a exemplo do que ocorreu nas demais regiões do país, viveu o processo de inovação das técnicas de produção que contou com a colaboração do Governo, das empresas agropecuárias e dos agricultores, conduzindo a um sistema produtivo baseado na monocultura comercial mecanizada. As principais implicações socioambientais decorrentes desse período foram o desemprego, a saída de pessoas do campo e da Região, o uso e manejo inadequados, a erosão, o assoreamento e a ampliação do uso de agrotóxicos.

¹ Mensagens de Governo são relatórios anuais feitos pelos governadores do Estado do Paraná nos quais citam as principais políticas adotadas em cada setor. Essas Mensagens contribuíram para levantar as políticas estaduais voltadas ao processo ocupacional, bem como para entender o ponto de vista dos governadores em relação às mesmas e os temas de maior interesse dos mesmos.

Considerando o propósito de analisar as implicações socioambientais provocadas pelas diferentes formas de ocupação da Região Oeste paranaense no período de 1940 a 1980, esta dissertação apresenta a seguinte subdivisão:

A primeira parte é composta por três itens: um anterior à década de 1940, para analisar as políticas públicas dos Governos Federal e Estadual, as quais contribuíram direta ou indiretamente para o processo de ocupação da Região Oeste do Paraná, com destaque para as suas implicações socioambientais; outro entre as décadas de 1940 a 1960, onde foi analisada a participação do Governo, das empresas colonizadoras e dos agricultores no processo de ocupação populacional e econômico das áreas pouco povoadas da Região Oeste do Estado do Paraná; e o último para destacar as políticas de modernização agropecuária entre as décadas de 1960 e 1980, onde foi discutida a atuação das empresas colonizadoras até a primeira metade dos anos 1960 e, ainda, onde se fez a análise do processo de implantação da modernização agropecuária e as suas consequências para os pequenos agricultores e demais trabalhadores rurais.

Os resultados obtidos são apresentados em dois itens: um para destacar as implicações socioambientais decorrentes da ocupação das décadas de 1940 a 1960, e o outro para mostrar as implicações socioambientais tanto da ocupação como das inovações tecnológicas ocorridas na região entre as décadas de 1960 e 1980.

1. A OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Visando entender as implicações socioambientais causadas pelo processo de ocupação da Região Oeste do Paraná (FIGURA 1), nessa primeira parte da dissertação foi feito um resgate histórico das políticas ocupacionais que influenciaram na organização e nas características de apropriação da natureza da área em questão.

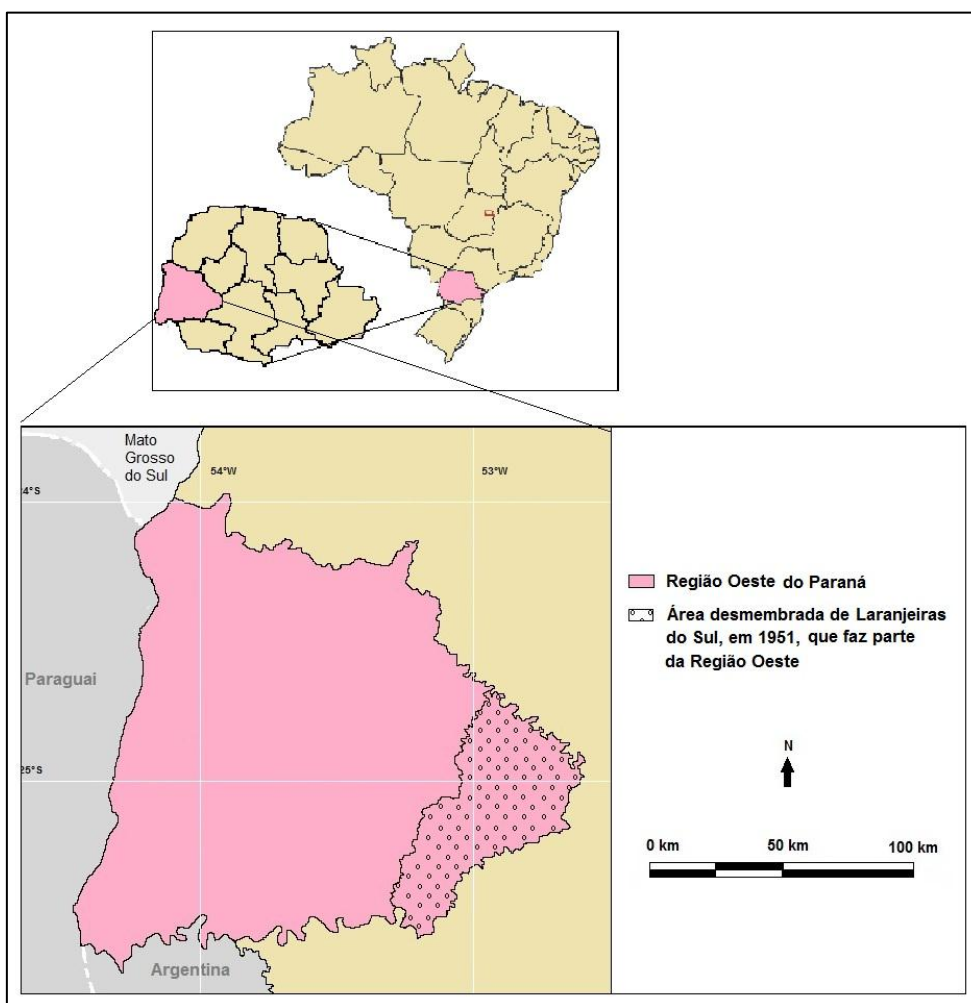


FIGURA 1 – Localização da área de estudo – Região Oeste do Paraná

Fonte: IPARDES Mapas – Base física e política

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Essa revisão foi realizada a partir de três períodos: um anterior à década de 1940 e os outros dois entre as décadas de 1940 e 1960 e entre 1960 e 1980².

² Essa divisão temporal se justifica pelas suas diferentes formas de ocupação espacial: antes da década de 1940 foram adotadas políticas que contribuíram com o processo de ocupação a partir de então; de 1940 a 1960 ocorreu um intenso processo de ocupação através da ação das empresas

1.1. AS POLÍTICAS OCUPACIONAIS NA REGIÃO OESTE PARANAENSE ANTES DA DÉCADA DE 1940

Ao longo desse item serão analisados diversos fatos históricos que de diferentes maneiras contribuíram com a busca de políticas voltadas para a ocupação populacional da Região Oeste do Paraná, que visava garantir a soberania nacional sobre essa porção espacial.

É importante destacar que, como na maioria das regiões brasileiras, o processo de ocupação das terras do Paraná também começou pelo litoral. Na Região Oeste paranaense, esse processo, seguindo os moldes de ocupação pretendida pelos governantes, embora tenha se intensificado a partir do final da década de 1940, iniciou a partir de 1889, com a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que visava assegurar a soberania brasileira dessas terras.

Para os habitantes de outras regiões o Oeste paranaense era um lugar intransponível, de matas densas, com animais ferozes. Quando este lugar passou a ser compreendido como uma oportunidade de expansão produtiva, devido às suas terras férteis, esta fronteira foi rompida principalmente pelo desmatamento e pela superação do medo frente ao desconhecido. Assim, a natureza deixou de representar uma fronteira para a ocupação, pois até então, o Oeste paranaense era considerado como uma fronteira natural.

Segundo Silva, Bragagnollo & Maciel (1988, p. 17) “[...] quanto mais se adentrava no Oeste paranaense, mais aumentava a tendência ao abandono, mantendo-se, assim, o setor na condição de simples sertão”. Para esses autores

[...] o Extremo-Oeste chegou ao meado do século XX como o sertão de todos os sertões paranaenses. Um sertão que se tornava inóspito não só em virtude de sua posição geográfica, mas também em consequência de uma floresta intransponível, uma fauna agressiva, um mundo de atoleiros e uma insalubridade constante. Mesmo assim, apesar de inóspito um sertão cobiçado. (SILVA, BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988, p. 19).

Pode-se dizer que as condições naturais contribuíram para afastar as pessoas da Região Oeste do Paraná, porém, de acordo com o censo demográfico

colonizadoras e do sistema de posse de terras; entre 1960 e 1980 se destacou o processo de implantação das novas técnicas de produção agrícola.

de 1920, havia na Região 6.430 habitantes (QUADRO 1), população considerada pequena em relação à outros lugares do país.

POPULAÇÃO		
Nacional	Estrangeira	Total
2.282	4.148	6.430

QUADRO 1 - População de Foz do Iguaçu em 1920

Fonte: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Recenseamento de 1920, p. 293.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Fato que parece ter despertado a cobiça dos governantes para a ocupação desta Região foi a necessidade de trazer uma população conhecida como nacional, pois a presença de muitos estrangeiros colocava em risco a soberania nacional desta porção do espaço paranaense. Dado que ajuda a compreender esta realidade é que em 1920 a maioria (64,5%) da população do então município de Foz do Iguaçu era estrangeira.

A ocupação da Região Oeste, só ocorreu a partir do século XIX, pois até então “[...] todo o Oeste do Paraná permanecia abandonado pelos homens civilizados [...], já que, estes, apesar de sua universal e notória ganancia, não queriam postos avançados no Oeste do Paraná” (SILVA, BRAGAGNOLLO & MACIEL, 1988, p. 18).

Diante dessa afirmativa, parece prudente perguntar: quem seriam esses homens civilizados? Porventura seriam aqueles que viriam a contribuir com a devastação das matas colocando em risco a qualidade e a disponibilidade dos recursos naturais da Região? Esse discurso usado pelos autores transparece uma visão preconceituosa, pois consideravam civilizadas apenas as pessoas que tinham condições de apropriação dos recursos naturais.

A forma de ocupação realizada interferiu na dinâmica da natureza. Foram colocadas em ação algumas práticas, como, por exemplo: aquela que envolve o desmatamento para a implantação da produção agropecuária e a caça exploratória.

Essa transposição da fronteira imposta pela natureza, não ocorreu anteriormente, pois até 1864, quando iniciou a Guerra do Paraguai, o governo imperial estava pouco preocupado com o estabelecimento de suas fronteiras na Região Sul, em virtude da delimitação das mesmas pelo Tratado de Santo Ildefonso assinado por Portugal e Espanha em 1777.

Myskiw (2011, p. 75) relata que, em 1846, Manoel da Fonseca Lima e Silva, então presidente da Província de São Paulo, que abrangia a atual Região Oeste do Paraná (FIGURA 2), solicitou ao Ministro de Negócios do Império a tomada de medidas para a abertura de caminhos rumo à fronteira Oeste paranaense, pois, segundo o presidente, as aldeias indígenas estavam em decadência, facilitando a posse de intrusos, provocando conflitos entre posseiros, fazendeiros e indígenas.

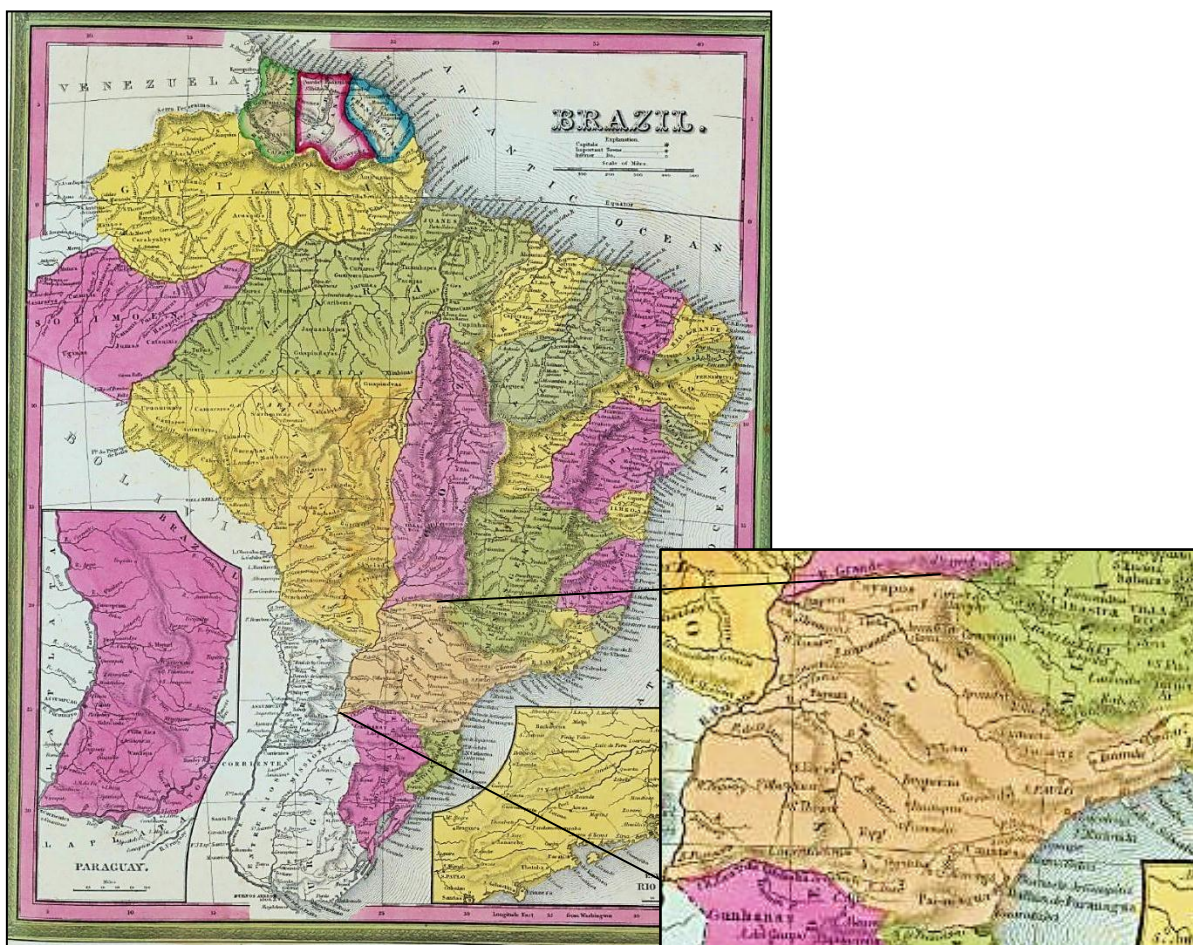


FIGURA 2 – Divisão política do Brasil em 1846

Fonte: Mitchell, S. A., 1846.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Mas essas ocupações de terras, através de posses, não significavam necessariamente a decadência das tribos indígenas, pois a cultura de sobrevivência das aldeias não dependia da ocupação exploratória de terras e sim de extensas áreas o que dificultava a fiscalização contra as invasões. Sendo assim, cabe ressaltar que, a ocupação das terras usadas pelos indígenas através de posses, ou mesmo de uma ocupação dita “organizada” pode ser considerada muito mais uma

falta de respeito em relação à cultura desse povo do que uma decadência das aldeias.

O governo imperial somente percebeu a situação de vulnerabilidade fronteiriça do país com a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864-1869). De acordo com Myskiw (2011, p. 81), o Ministro da Guerra instalou a reabertura da picada, rumo à margem esquerda do Rio Paraná, para instalar uma Colônia Militar, acreditando que estaria evitando a invasão de soldados de Solano Lopes e auxiliando no transporte de material bélico para as tropas brasileiras. Porém, as primeiras medidas neste sentido só foram colocadas em prática a partir de 1888, pois até este momento histórico as maiores preocupações do Governo e da sociedade estavam voltadas aos debates sobre a abolição da escravidão. Segundo Colodel (1988, p. 37), uma Comissão Militar foi enviada, ainda em 1888, para averiguar a situação da fronteira.

Inicialmente, foi descoberta a existência de uma grande rede de exploração de erva-mate. “Muitas outras seriam descobertas mais tarde, mas o mais importante foi à comprovação crua e nua da progressiva devastação, em nível de contrabando, que sofriam as enormes reservas nativas de erva-mate e também de madeira”. (COLODEL, 1988, p. 44).

O autor enfatiza que, chegando à região da foz do Rio Iguaçu, os integrantes da Comissão Militar tiveram uma desagradável surpresa ao perceberem que esta não era ocupada por esparsos grupos indígenas e que já havia uma organização econômica de exploração das riquezas naturais.

Gregory (2000) destaca que esta exploração econômica era realizada por empresas, na sua maioria estrangeiras, que detinham as fazendas de extração de erva-mate, madeira e outros produtos nativos, conhecidas como “obrages”. Salienta ainda que essas empresas não respeitavam os limites territoriais dos países, pois atuavam em toda região platina, fazendo uso de mão-de-obra dita paraguaia e escoando a produção via Rio Paraná e Estuário do Prata, para os mercados argentino (Corrientes, Entre Rios, Posadas) e inglês.

De acordo com Colodel (1988, p. 55) os argentinos detinham o capital para as atividades exploratórias das obrages, enquanto os paraguaios eram fornecedores de mão-de-obra barata.

Ainda segundo o autor, ao retornar para Guarapuava, a Comissão informou a situação encontrada. E com a intensão de iniciar o processo de povoamento, em 13

de setembro de 1889 foi iniciada a segunda expedição rumo à foz do Rio Iguaçu com uma nova equipe

[...] comandada pelo 1º tenente Antônio Baptista da Costa Junior, que exerceria a função de Vice-Diretor e pelo 2º sargento José Maria de Brito, que teria sobre seus encargos o almoxarifado geral e serviria também como agente oficializado da Companhia de Vapores La Platense que era responsável pelos serviços de cabotagem no Alto Paraná.

De acordo com os relatos de Brito, esta segunda expedição era composta [...], de mais 34 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados, 4 tropeiros encarregados da tropa com 34 cargueiros, carregados com víveres, material, bagagem, etc. (COLODEL, 1988, p. 44).

Para Moraes (2005, p. 137), “[...] o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço, um gestor do território”, pois suas políticas concentram-se nas características de ocupação socioeconômica do espaço. Mas a atuação do Estado sob essas características, com políticas voltadas à Região Oeste do Paraná, só ocorreu de fato a partir da instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Conforme Colodel (1988) a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu tinha como finalidade tornar-se um centro agrícola e pastoril. Embora, inicialmente, tenham sido realizados alguns plantios de frutas, cereais, café e mandioca, depois de um tempo essa produção foi praticamente deixada de lado, e iniciada sua importação por outras regiões da bacia platina. Isso ocorreu devido ao fato de seus habitantes preferirem se dedicar à exploração e ao comércio de erva-mate e madeira.

Por outro lado, o autor também menciona que as autoridades policiais, designadas para fiscalizar os abusos cometidos pelas obras, acabaram coniventes com os proprietários, tanto em relação à exploração e comercialização dos produtos nativos quanto em relação às violências cometidas pelos capatazes contra os trabalhadores, conhecidos como *mensus*.

Esta conivência, de acordo Wachowicz (1987), ocorria devido ao reduzido número de efetivo policial, à baixa infraestrutura, aos baixos salários e à dependência do fornecimento de produtos de subsistência para a Colônia por parte dos proprietários das obras.

Sobre as relações trabalhistas praticadas à época, Colodel (1988) relata que os trabalhadores das obras eram mantidos em regime de trabalho quase escravo:

- quando eram contratados recebiam um adiantamento, o qual deveriam quitar com o seu trabalho, sendo que os mantimentos, para a sua subsistência, eram fornecidos apenas pelo comércio de propriedade da obra a preços muito acima dos praticados em outros lugares, ou seja, os *mensus* nunca conseguiam quitar a sua dívida com o patrão;

- o valor a ser recebido por cada trabalhador variava de acordo com a sua produtividade, que era controlada pelos capatazes, nem sempre de maneira correta;

- o trabalhador contratado tinha muita dificuldade de sair com vida do trabalho, ou melhor, ficava até praticamente a sua morte aceitando todas as injustiças cometidas pelos obrageros através de seus capatazes.

Wachowicz (1987) destaca que havia um funcionário nas obras, chamado de “sereno”, que andava de chapéu e de capa preta, com a função de impor a ordem e o respeito da obra em relação aos *mensus*. Esse funcionário tinha o intuito de prestar atenção nas conversas dos trabalhadores e das suas esposas para criar intrigas entre o grupo, evitando, assim, a possibilidade de organização.

Temia-se que, sem a atuação desse funcionário, seria fácil uma organização entre os *mensus*, já que estes eram, em número, a maioria. Mas, eles dificilmente se aliariam com alguém com quem possuíssem intrigas. Com essa estratégia os obrageros mantinham a ordem, usando menos da violência física, pois assim a vida útil do trabalhador seria maior.

Os *mensus* eram denominados de paraguaios, por falarem o guarani, língua utilizada no Paraguai, muito embora não houvesse comprovação de que de fato o fossem, pois também havia a possibilidade de serem índios guaranis que viviam na região.

Para Gregory (2002, p. 09), nesse período, a população dessa região aceita como brasileira era composta apenas de funcionários públicos responsáveis pela fiscalização e pela cobrança de impostos, sendo os demais argentinos e paraguaios ligados ao sistema obragero. Ainda com a relação à população presente na Região em questão Colodel (1988, p. 45) escreve que na época da fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu as maiores concentrações desta população ocorriam entre a sede da Colônia e o porto argentino de Itacorá. E que deste até Guaíra eram observadas vastas regiões quase desabitadas, onde eram encontrados praticamente só coletores de erva-mate e madeira.

Com a proclamação da República brasileira, em 1889, as terras devolutas pertencentes ao Governo Federal foram repassadas aos Estados, ou seja, foram dominados pelas oligarquias ligadas aos Governos Federal e Estadual.

Para regulamentar o domínio das terras o Governo do Estado criou a Lei Estadual de Terras, em 1892, permitindo a venda de terras devolutas. Essa lei foi baseada na Lei Nacional de Terras de 1850, que assim estabelecia:

- as terras de posses anteriores à criação desta seriam concedidas;
- as demais terras passariam a pertencer ao Estado e somente poderiam ser repassadas para outros proprietários mediante venda.

Com abolição da escravidão, os ex-escravos que não possuíam posse de terras e nem capital para a aquisição das mesmas ficavam excluídos desse direito e assim permaneciam após a criação da referida Lei Estadual.

Segundo Colodel (1988, p. 191), o Estado do Paraná criou duas leis complementares (uma em 1912 e outra em 1916), para regulamentação da venda de grandes áreas de terras da margem esquerda do rio Paraná para as empresas colonizadoras de capital nacional, proporcionando, assim, o início do processo de ocupação e, por conseguinte, da expansão das suas fronteiras.

De acordo com Tomazi (2000, p. 142), a Lei nº 1.147, de 26 de março de 1912, foi responsável pelo aumento dos preços das terras devolutas; já a Lei nº 1642, de 05 de maio de 1916, visava a rápida ocupação das terras devolutas por meio de concessões a empresas particulares que deveriam realizar as demarcações em até oito anos, sob pena de as áreas serem devolvidas ao Estado, e dar a mesma oportunidade de acesso a terras aos trabalhadores nacionais que era dada aos estrangeiros. Isso foi assim regimentado, pois, segundo o referido autor, a definição das bases para a colonização, através do Decreto 218 de 11 de junho de 1907, privilegiava os imigrantes estrangeiros na formação das colônias agrícolas.

Essa política seria reafirmada com a Marcha para o Oeste, defendida pelo Governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, que visava a efetiva ocupação das fronteiras brasileiras. Cabe destacar que, nesse período, as mudanças nas políticas agrícolas paranaenses voltadas a ampliação da participação no mercado nacional também contribuíram para impulsionar a ocupação das terras dessa região.

No período de 1912 a 1918 ocorreram dois fatos históricos importantes que influenciaram direta ou indiretamente as políticas paranaenses:

a) o primeiro, ocorrido entre 1912 e 1916, pela disputa de uma área atualmente localizada no Oeste de Santa Catarina, contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, e por isso chamada de Guerra do Contestado (LOPES, 2002, p. 87) (FIGURA 3). Concomitantemente, nesta mesma região, ocorreu uma disputa entre camponeses pobres, orientados por monges católicos, inicialmente contra policiais dos coronéis da região e posteriormente se alastraram para disputas com as forças oficiais dos dois Estados e do País;

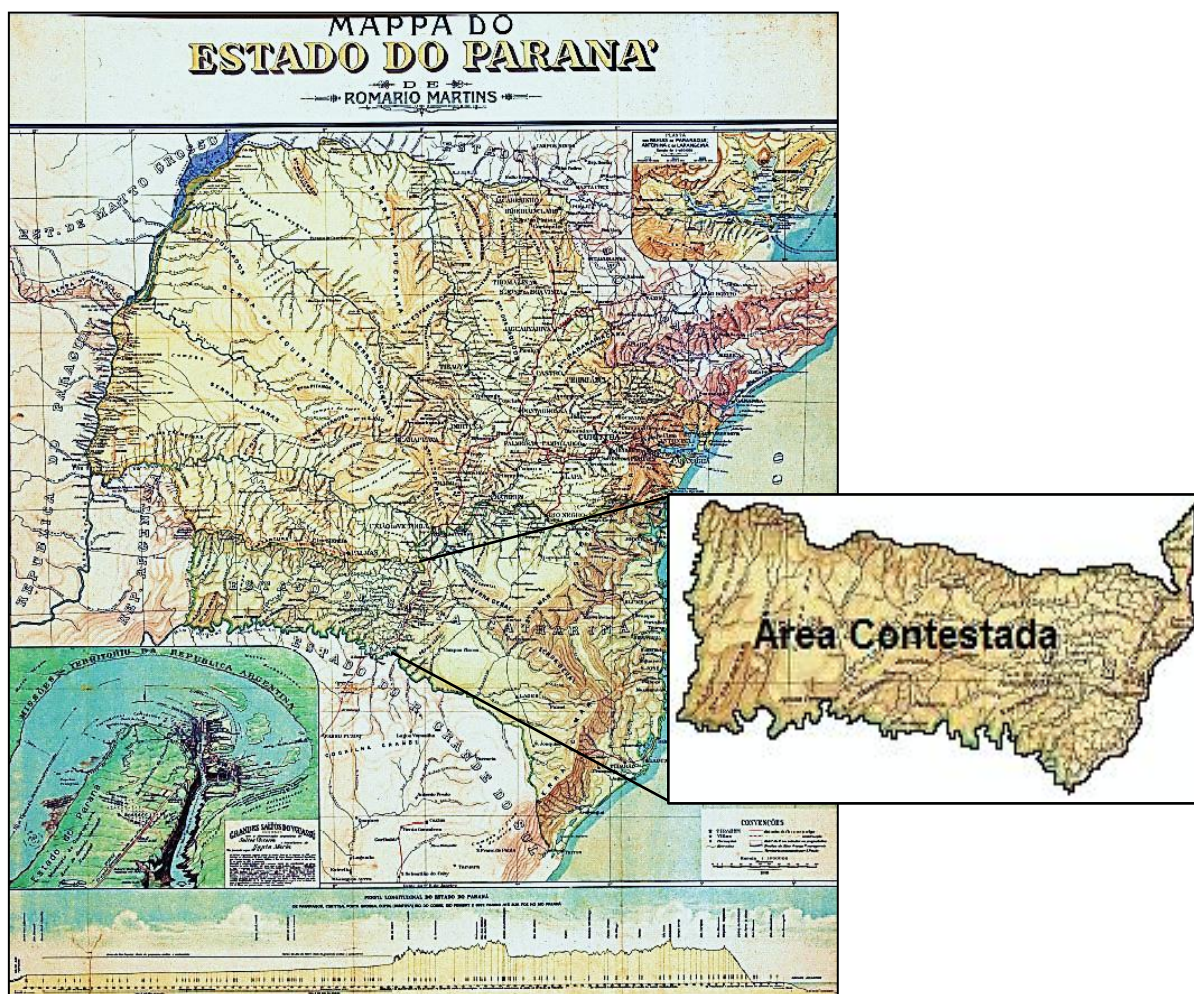


FIGURA 3 – Mapa de Paraná e Santa Catarina representando a região contestada pelos referidos estados.

Fonte: ITCG, Coletânea de Mapas históricos do Paraná.

Adaptado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

b) o segundo, ocorrido entre 1914 e 1918, quando a Europa foi palco da Primeira Guerra Mundial, na qual o Brasil lutou ao lado da Tríplice Entente.

Esses fatos fizeram a atenção governamental se voltar para a necessidade de ocupação das fronteiras e da criação de políticas que contornassem a crise econômica mundial, iniciada em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Silva, Bragagnollo & Maciel (1988, p. 18), em 1919, buscando a conexão com o sertão oeste, foi aberta a primeira estrada que ligava Foz do Iguaçu a Curitiba, mas que logo foi fechada devido à falta de qualidade, ficando como único caminho possível o Rio Paraná via Buenos Aires. Mas observando a FIGURA 4, percebe-se que esse caminho já constava na planta da viação paranaense em 1908. Entretanto, não se sabe se a informação dos autores estava errônea ou se esse caminho foi mapeado antes mesmo de sua concretização.

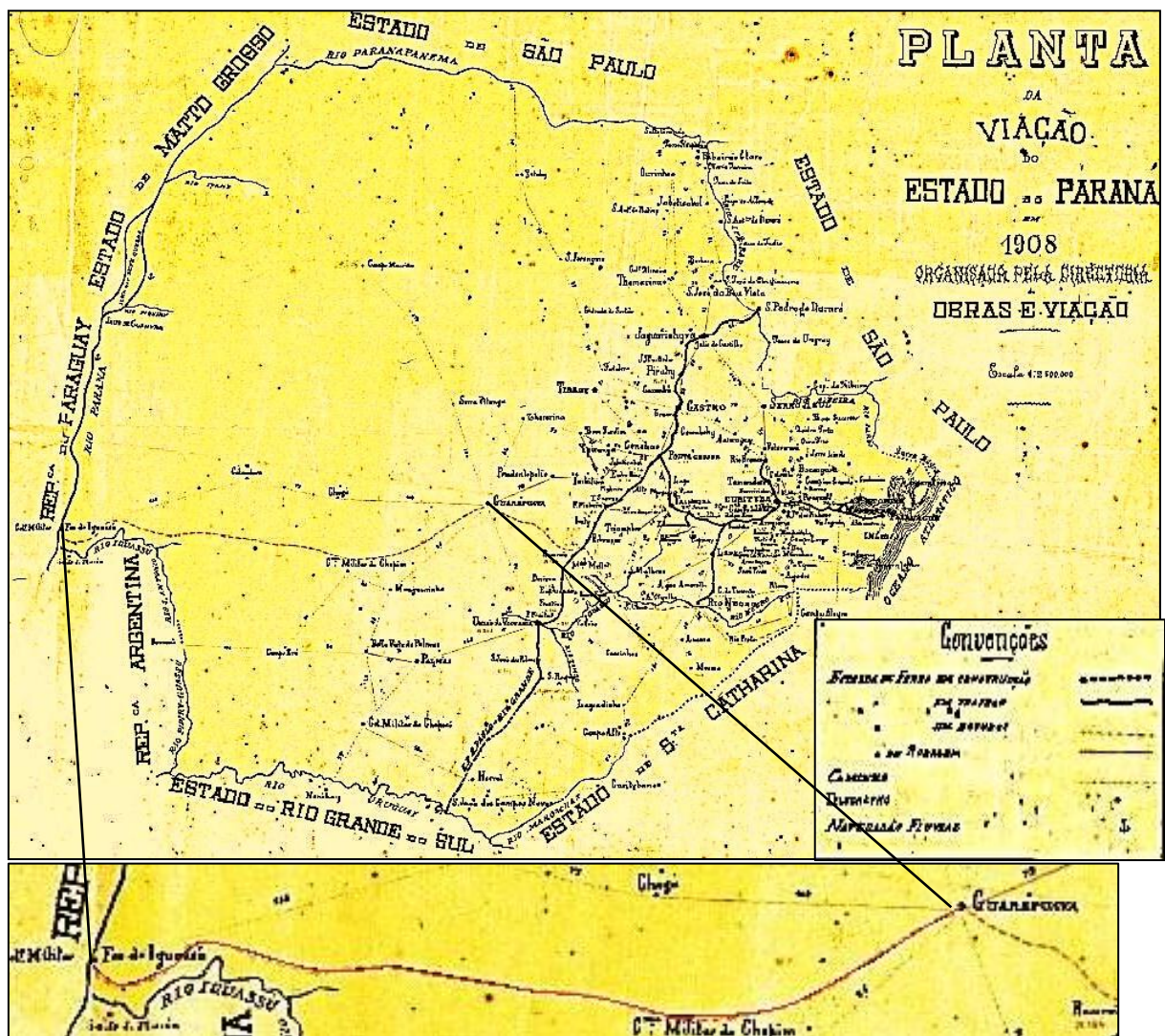


FIGURA 4 – Planta da viação do Paraná em 1908, com destaque, em vermelho, para o caminho que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu

Fonte: ITCG, Coletânea de Mapas históricos do Paraná.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

De acordo com Colodel (1988, p. 67) em 1920, ainda com intensa atividade obragera de Domingos Barthe em Santa Helena, foram trazidos, por intermédio da Companhia Alegretti, os primeiros colonos gaúchos para ampliarem o povoamento da região.

Conforme cita o autor em 1920 foi fundada a empresa Meier, Annes & Cia., com o objetivo de colonizar as terras da Região de Santa Helena, mas a empresa sofreu sua falência ainda no mesmo ano. Então, essas terras foram imediatamente negociadas com a Companhia Alegretti, que iniciou a medição dos lotes rurais antes da formalização da comercialização, dividindo a área em 300 lotes de aproximadamente 250 mil metros quadrados.

A Companhia Alegretti comercializou as terras no Rio Grande do Sul para colonos de descendência italiana. Esses adquiriram as terras sem antes verificarem *in loco*, apenas confiando nos corretores que enfatizavam a qualidade do solo, o relevo plano e a disponibilidade de água. Porém, os corretores enganavam os colonos dizendo haver em Santa Helena infraestrutura de estradas, comércio, capela, quando, na verdade, junto ao porto só havia a infraestrutura da Companhia obragera de Domingos Barthe. (COLODEL, 1988).

Percebe-se que a escolha do elemento humano para a ocupação da Região que predominou entre as empresas colonizadoras atuantes após 1940 já estava presente na atuação da Alegretti. Porém, a insatisfação de grupos sociais, principalmente dos tenentistas através da Coluna Prestes, com o fato de os Governos Federais e Estaduais serem dominados pelas oligarquias cafeeiras, dificultou a atuação dessa empresa.

Pode-se dizer que a atuação da Coluna Prestes na Região Oeste do Paraná teve influência da Revolta Tenentista de 1922, que ocorreu devido a declarações de Artur Bernardes, depois de eleito Presidente da República, contrárias aos militares, fechando o clube militar e prendendo o seu presidente. Fato que ajuda a entender porque muitos tenentes, de vários quartéis do país, se uniram na capital, à época, o Rio de Janeiro, contrários a esse encaminhamento. No entanto, eles foram derrotados pelas tropas do Governo.

Em 1924, iniciou em São Paulo outro movimento tenentista sob a liderança do tenente Dias Lopes. Esses reivindicaram o voto secreto e a obrigatoriedade do ensino primário.

Soldados fiéis ao Governo combateram os colegas que se retiraram de São Paulo em direção ao interior do país, iniciando, assim, a coluna paulista, que adentrou ao Paraná por Guaíra, passou por Foz do Iguaçu e depois se instalou em Catanduvas. Essa aguardava o encontro com a coluna Prestes que vinha do Rio Grande do Sul, mas, antes disso, foi derrotada por soldados governistas liderados por Cândido Mariano da Silva Rondon. A coluna Prestes foi expulsa do Paraná em 1926, por Guaíra.

Essas colunas ocuparam áreas de obrages, libertaram os *mensus* da escravidão a que eram submetidos e denunciaram os abusos cometidos pelas obrages.

Segundo Colodel (1988, p. 201), após 1924, com a passagem dos revolucionários pelo Oeste paranaense, a Companhia Alegretti acabou interrompendo as suas atividades, pois “Ninguém queria se arriscar a migrar para uma região que era palco de guerra, onde não eram oferecidas condições de segurança individual”.

A partir de 1924, quando as tropas revolucionárias, lideradas pelos tenentes Luís Carlos Prestes e Dias Lopes, ocuparam o Oeste Paranaense, denunciando os abusos cometidos na exploração de recursos naturais por estrangeiros e contra os trabalhadores, na sua maioria também de origem estrangeira, o Governo percebeu que as fronteiras ainda estavam vulneráveis (COLODEL, 1988).

Para tentar reduzir esta vulnerabilidade, em 1926, após o fim da revolução, o referido autor relata que o governo fez uma concessão de três anos, prorrogada por mais oito, para a Companhia Paranaense de Colonização Spéria Ltda., empresa financiada por capitais italianos, que tinha por objetivo colonizar atraindo imigrantes italianos vindos de São Paulo.

Outro movimento ocupacional, iniciado ainda na década de 1920, foi o do atual município de Cascavel, que teve a participação de empresas privadas somente a partir da década de 1950, quando grande parte de seu atual território já estava ocupado. O início dessa ocupação contou com a colaboração de um morador de nome José Silvério, que, depois de observar a localização destas terras, constatou o potencial de desenvolvimento, especialmente pelas condições favoráveis de ligações entre as regiões, o que o fez convidar amigos para a ocupação desta área (DIAS *et al.*, 2005).

A crise mundial de 1929 também contribuiu, mesmo que indiretamente, para o processo de ocupação desta região, pois mostrou ao país a necessidade de flexibilização da produção econômica, porque até aquele momento a dependência do café como gerador de divisas era muito grande, justificando a necessidade de ocupar e fazer produzir nos sertões brasileiros.

Outro fato que trouxe medidas que favoreceram o processo ocupacional do Oeste paranaense foi a Revolução de 1930, liderada pelos liberais, a qual contribuiu com a derrubada das oligarquias do poder, iniciando, assim, o Governo de Getúlio Vargas que se estendeu até 1945. Durante seu governo, ele estabeleceu a política da Marcha para o Oeste que visava ocupar os vastos sertões brasileiros.

O então presidente, conhecendo a situação das fronteiras brasileiras, assinou em 12 de dezembro de 1930 o Decreto nº 19.842, no qual passou a exigir que as empresas de exploração tivessem, no mínimo, dois terços de trabalhadores brasileiros, acreditando que, com isso, dificultava o ingresso e a permanência de estrangeiros em terras brasileiras (SPERANÇA, 1992, p. 104). Com a adoção dessa política de Estado o Governo entendia que as fronteiras ficavam menos susceptíveis às invasões estrangeiras e assumia uma postura nacionalista.

Segundo Klauck (2004, p.19)

A partir da 'Marcha para o Oeste' e da expansão de fronteiras agrícolas, verifica-se uma acentuada presença dos governos federal e estadual na distribuição de títulos de terras, compreendidas como devolutas [...] (pois) era interesse do Estado implantar núcleos de colonização que estabelecessem a plena ocupação destas terras. Isso está presente em várias ações de cancelamento de títulos de terras expedidos pelo Estado, caso isso não fosse cumprido.

Essa interferência das duas esferas de governo na distribuição de terras se configurou como uma disputa de poder. Exemplificando essa situação, verificou-se que, para o Governo Federal, o processo de colonização do Paraná não era satisfatório, justificando, assim, a sua intenção direta nas cessões de áreas.

Como essa interferência não agradava o Governo Estadual (conforme consta nas Mensagens de Governo), em 1934, Manuel Ribas considerou várias cessões de terras como caducas, revertendo-as ao Estado. Dentre elas, estavam as cessões realizadas por intermédio do Governo Federal e as cessões de Foz do Iguaçu feitas

a P. J. Koelzer & Cia. e a Meier, Annes e Cia., num total de 364 mil hectares da Região Oeste do Paraná (RIBAS, 1935, p. 36).

Essa área pertencente a Meier e Annes & Cia., corresponde à área do atual município de Santa Helena, que no período de cancelamento da cessão estava sendo colonizado pela Companhia Espéria, transparecendo que nela estava ocorrendo uma sobreposição de proprietários, o que indicava a necessidade de cancelamento da cessão para a titulação das mesmas aos colonos.

Com o cancelamento dessas cessões assumia-se o controle do processo ocupacional e, por conseguinte da expansão econômica da região, conforme reforça Ribas (1936, p. 111):

A política de fixação do trabalhador rural ao solo transformando-o em elemento ordeiro e útil à coletividade, proprietário em vez de agregado, vem produzindo seus frutos. Como exemplo, pode ser citado o famoso 'Faxinal de São Sebastião' e a não menos temida 'Serra da Pitanga', antes redutos de tropelias e banditismo, hoje transformados em pacíficas regiões de trabalho e produção, onde antigamente se homiziavam hordas vagabundas, derrubando matas, queimando e devastando terras alheias e notadamente as pertencentes ao Estado, para, no ano seguinte as abandonarem e investirem contra outras, na caça as matas virgem, hoje admirados quinhões demarcados, respeitados, cultivados com um princípio de método racional. Cada um procura poupar sua gleba e beneficiá-la. E sendo proprietário, se esforça pelo respeito à propriedade e pela garantia da ordem. Talvez seja esse programa – tornar cada brasileiro do sertão um proprietário rural – um dos melhores elementos do combate às ideias e campanhas subversivas à ordem social e política da nossa pátria. (grifo nosso).

A derrubada e queimada das matas tão condenada pelo Governador Ribas em seus discursos não reduziu e tampouco deixou de existir, pois, a partir da distribuição de propriedades essa exploração se intensificou, sendo que, os agricultores precisavam abrir áreas para a implantação agropecuária. Quanto ao respeito pela propriedade e à ordem posta, muitas vezes essa titulação de propriedades gerou mais conflitos, dos quais muitos deles se estendem até a atualidade, levando muitas pessoas a aceitarem a ordem a elas impostas por sentirem-se ameaçadas de alguma maneira.

Essa preocupação do Governo Estadual estava muito mais relacionada à adequação da política ocupacional da "Marcha para Oeste", evitando assim nova interferência do Governo Nacional nesse processo.

Nesse sentido, Freitag (2001) enfatiza que o programa de Vargas conhecido como “Marcha para o Oeste” visava enaltecer o patriotismo, pois convidava o povo para marchar na conquista do sertão levando a cultura nacional e incorporando esse espaço à nação brasileira.

A institucionalização da Geografia no Brasil com a criação de universidades, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que ocorreram após a Revolução de 1930 também contribuíram sobremaneira para o sucesso dessa política ocupacional.

Os estudos dos geógrafos ligados ao IBGE serviam muito mais para legitimar as atitudes do governo do que para questioná-las. Inicialmente o IBGE possuía três conselhos: “[...] o de Geografia, o de Cartografia e o de Estatística, que seriam utilizados para desenvolver o conhecimento do território nacional e para racionalizar a política de coleta de dados estatísticos, com influência na própria administração”. (ANDRADE, 1987, p. 83). Além disso, a obtenção desses dados e a atuação da geografia nas escolas contribuíram para enaltecer o sentimento de amor à pátria, completando, assim, o sentido da política de Vargas.

Nesse sentimento da marcha em direção à conquista do desconhecido “[...] a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis” (MORAES, 2005, p. 139). Esta forma de apropriação da natureza, na prática, continua até os dias atuais, pois mesmo com as discussões em torno da necessidade de preservação ambiental pouco tem sido feito neste sentido.

Nas Mensagens do Governo, Ribas chamava a atenção para a prática exploratória dos recursos naturais pelas obras, mas quando o Estado tomava para si o controle do processo de ocupação a exploração, este se tornava mais intenso, chegando a devastar as florestas até às margens dos rios. Portanto, é evidente que a intenção não era de preservação, mas de garantir o domínio territorial e das riquezas geradas nessa porção do espaço, o que, infelizmente, explica a afirmação de que pouco se fez para preservar o ambiente. Ainda contribui para essa afirmação o fato de que o Código Florestal de 1934, embora tenha restringido o processo de exploração das florestas brasileiras, não colocou a sua fiscalização em prática.

As políticas nacionais e estaduais adotadas na Região Oeste do Paraná, com o objetivo de exercer domínio territorial levaram à ocorrência de um grande fluxo migratório. De acordo com Güths (2000, p. 141)

[...] a arrancada migratória foi promovida sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de fazer coincidir as nossas fronteiras econômicas com as nossas fronteiras políticas, fortalecida com o bandeirantismo estatal, político, parte dos programas de organização nacional de Vargas.

Ressalta-se que “o arranjo do espaço geográfico exprime o ‘modo de socialização’ da natureza” (MOREIRA, 1993, p. 35). Ou seja, as características naturais e a extensão territorial influenciam na maneira como a população utiliza os recursos, mas não são necessariamente determinantes de desenvolvimento econômico, pois a relação sociedade/espaço resulta das características culturais e organizacionais da população. Portanto, a ocupação das fronteiras caracteriza-se mais como a busca do exercício do poder sobre espaço do que uma necessidade.

Nesse contexto, vale lembrar que as famílias dos agricultores, especialmente as advindas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Oeste do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, visavam ampliar suas áreas produtivas para atender sua subsistência. Pois, no Brasil, até a década de 1960, o desenvolvimento econômico agropecuário tinha maior relação com a extensão territorial do que atualmente, pois dispunha de baixa tecnologia produtiva.

Esses agricultores, contribuíram para a ocupação definitiva das fronteiras e para a produção tanto de alimentos para suprir necessidades do mercado interno do país.

Como consequência da opção pela adoção das políticas de ocupação da fronteira, em 1940, mesmo com a migração para a Região Oeste do Paraná ainda ser em número reduzido, já havia ocorrido uma inversão da participação da população de origem estrangeira em relação à população nascida brasileira presente na Região em relação ao que se apresentava em 1920 (brasileiros natos: de 35,5% para 77,4%; estrangeiros: de 64,5% para 22,1%), mesmo havendo um crescimento de apenas 19% na população total (GRÁFICO 1).

Conclui-se que, para ocorrer essa inversão percentual de brasileiros e estrangeiros de 1920 a 1940, foi necessário um movimento migratório tanto de saída quanto de chegada de população.

Destaca-se desse período que os fatos históricos que atingiram a Região Oeste paranaense estiveram relacionados à busca pela ocupação populacional dessas terras que tinha o objetivo de garantir o controle territorial desse espaço, e,

culminaram com a implantação da política governamental do Governo de Vargas denominada “Marcha para o Oeste”, que por sua vez influenciou no processo ocupacional intensificado a partir de 1940.

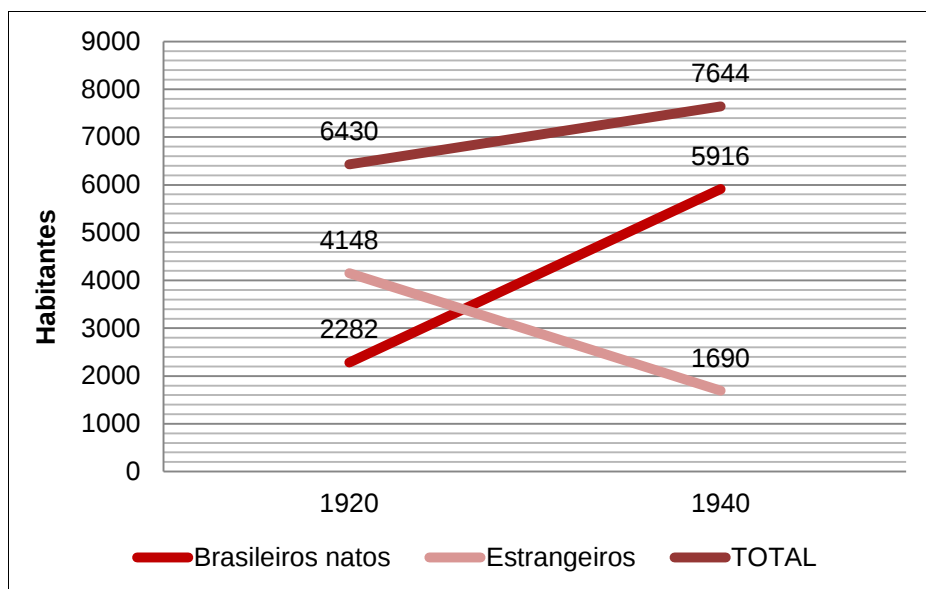


GRÁFICO 1 – Dinâmica da população da Região Oeste do Paraná e de sua naturalidade de 1920 a 1940

Fonte: Biblioteca do IBGE, Recenseamento de 1920 (p. 293) e Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 51).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Dando sequência a esta discussão, serão destacadas as mudanças socioeconômicas, políticas, científicas e culturais a partir da Segunda Guerra Mundial e o processo ocupacional do Oeste do Paraná.

1.2. A OCUPAÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO OESTE DO PARANAENSE (1940 A 1960)

Entre as décadas de 1920 e 1930 ocorreu, predominantemente, a migração de agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, mas também de agricultores do Nordeste, de São Paulo e de Minas Gerais para as regiões Norte e Oeste do Paraná, com a inferência direta de empresas colonizadoras, nesse processo, apenas na Região Norte do Paraná. Para incentivar essa ocupação no Oeste paranaense, a partir da década de 1940 o Governo Estadual facilitou a comercialização das áreas pertencentes às “obrages”

para empresas de capital nacional, o que Gregory (2002, p. 91) destaca como possível porque:

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais, no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses fatos foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região.

Estas empresas de capital nacional tinham como objetivos a extração e a comercialização de madeira, a ocupação territorial e a criação de empresas, como mostra Niederauer (1992, p. 38) no estatuto da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (Maripá):

[...] pretende-se a exportação, industrialização, beneficiamento e exportação de madeira. Depois temos a erva-mate com o seu beneficiamento e exportação. Mais tarde vem o interesse na colonização, seguido pela agricultura, pastagens, pelo comércio em geral e, no fim a participação da firma em outras empresas industriais e comerciais que forem criadas na região.

A formação das empresas colonizadoras não extinguiu a ocorrência de posses, e a partir de 1940 ocorreram muitos conflitos de interesses na titulação de terras por parte de posseiros, de empresas colonizadoras e também do Governo.

A colonização de Cascavel foi diferenciada em relação às áreas de atuação das companhias colonizadoras por receber apenas pequena participação destas quando sua área já estava quase toda tomada por posseiros.

De acordo com Piaia (2004) a organização de Cascavel através da posse de terras devolutas não selecionava o elemento humano a ocupá-las, fato que teria contribuído para seu desenvolvimento econômico, pois para ele o caráter de uma cidade decorre de como ela surgiu.

A diversidade étnica, destacada por Dias *et al.* (2005, p. 61), também foi um fator importante para a ocupação dessas terras, porque “[...] milhares de colonos sulistas, na maioria descendentes de poloneses, ucranianos, alemães e italianos, assim como caboclos oriundos das regiões cafeeiras [...]” teriam iniciado a exploração madeireira e agrícola e a criação de suínos.

Destaca-se, que a composição étnica de um lugar, de uma região contribui com as características de formação econômica desse lugar, e não necessariamente com o seu desenvolvimento econômico. Sendo assim, diferentemente do que destaca Dias, o município de Cascavel possui um desenvolvimento econômico elevado em relação à maioria dos municípios da Região, proporcionado pela sua localização estratégica em área de conexão de fluxos, e não pela diversidade étnica.

No processo de ocupação de Cascavel predominou o sistema de posses. Segundo Piaia (2004), as pessoas só tinham a garantia da compra de terra se comprovassem a sua posse junto ao Estado. Desse modo a ocupação principalmente por grileiros e jagunços que não tinham compromisso com os padrões socialmente estabelecidos era facilitada pela localização em área de fronteira. O autor supracitado diz ainda que, dessa forma, originavam-se municípios não planejados e com problemas fundiários devido à existência de terras devolutas, passíveis de ocupação pela posse, e de terras documentadas que sofriam reiterados litígios jurídicos e contradições, abrindo caminhos para novas ocupações.

De acordo com esse autor, a luta pela terra superava as divergências por questões étnicas ou culturais, devido à particularidade da expansão de fronteira.

Enquanto em Cascavel havia crescimento populacional, em Santa Helena ocorria o inverso. Esse decréscimo populacional foi provocado por uma política federal de repressão à permanência de estrangeiros, principalmente alemães e italianos, devida ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados.

Essa política, criada em 1942, proibia a comunicação através de língua estrangeira em todo o território brasileiro, e tinha fiscalização intensificada nas áreas de fronteiras.

Segundo Colodel (1988), em Santa Helena, devido à forte presença italiana, muitos colonos que ainda não falavam a língua portuguesa eram expulsos e obrigados a migrar para regiões mais afastadas da fronteira, para garantir a Segurança Nacional.

Neste mesmo ano (1942), o Governo Estadual, seguindo suas diretrizes de colonização, fundou núcleos populacionais “[...] com o objetivo de reprimir a localização espontânea e desordenada dos colonos em tratos de terras isolados, evitando-se a sua devastação criminosa” (RIBAS, 1942, p. 20).

Cabe ressaltar que a devastação era considerada “criminosa” porque o Governo sentia-se roubado pela atuação de empresas estrangeiras nesse processo de exploração dos recursos naturais, e não pela devastação em si, que levaria a muitos problemas ambientais futuros.

As duas políticas anteriormente citadas apresentaram duas formas de buscar a segurança nacional, que de certa maneira são antagônicas, pois a primeira contribuiu para a saída de parte da população, enquanto a segunda visava atrair um contingente populacional.

Esse antagonismo também permeava a política de Vargas que embora priorizasse a participação dos imigrantes europeus no processo de colonização, durante a Segunda Guerra Mundial não via a presença desses migrantes com bons olhos, restringindo a comunicação deles em suas línguas de origem, por temer a infiltração de inimigos de guerra entre eles.

No ano seguinte, em 1943, o Governo Federal criou vários territórios federais de fronteiras buscando “[...] promover a integração das regiões tanto do ponto de vista espacial e geográfico, quanto econômico e social, além de promover a defesa e a segurança nacional” (LOPES, 2002, p. 59). Foram, assim, criados os seguintes territórios federais de fronteiras:

[...] o Território Federal do Amapá, no Estado do Pará; o Território Federal do Rio Branco (Território de Roraima, em 1962), no Estado do Amazonas; o Território Federal do Guaporé (Território de Rondônia, a partir de 1956), no Estado de Mato Grosso e parte do Estado do Amazonas; o Território Federal do Iguaçu, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O Território de Ponta Porã, na região de Mato Grosso, não fora mencionado no texto do Anteprojeto de 1938 (LOPES, 2002, p. 61).

O Território Federal do Iguaçu (TFI) abrangia a área contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina além da área fronteira das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. A FIGURA 5 apresenta um mapa do Paraná de 1944 da localização da parte do TFI situado na área pertencente ao atual Estado do Paraná, já a na FIGURA 6 pode ser observada a área total do TFI.

A criação dos territórios federais tinha o papel de fortalecimento político destas áreas, pois o Governo acreditava que a criação de uma nova unidade administrativa conduziria a políticas voltadas ao desenvolvimento econômico através da ocupação nacional.



FIGURA 5 – Parte do Território Federal do Iguaçu que atualmente faz parte do Estado do Paraná (1944).

Fonte: ITCG, Coletânea de Mapas históricos do Paraná.
Adaptado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

O TFI foi extinto em 1946, em decorrência de um acordo feito entre o Governo Federal, o TFI e os Estados do Paraná e de Santa Catarina, sob a alegação de possuir um poder político muito fraco. O mesmo aconteceria com o Território de Ponta Porã.

De acordo com Freitag (2001, p. 39)

A projeção nacionalista para os territórios para o oeste do Brasil a povoar, bem como para os territórios de fronteiras internacionais, [...], nasceram [...] da necessidade da defesa contra os perigos visualizados pelo Estado Novo, representados pelos vazios demográficos e pela existência marcante da presença estrangeira.

Conforme já mencionado anteriormente, embora houvesse um reduzido número de habitantes, não se pode dizer que realmente havia um vazio demográfico. Na Região Oeste do Paraná, havia a organização do sistema obragero, além da presença de indígenas que também se encontravam nas outras regiões fronteiriças do país.

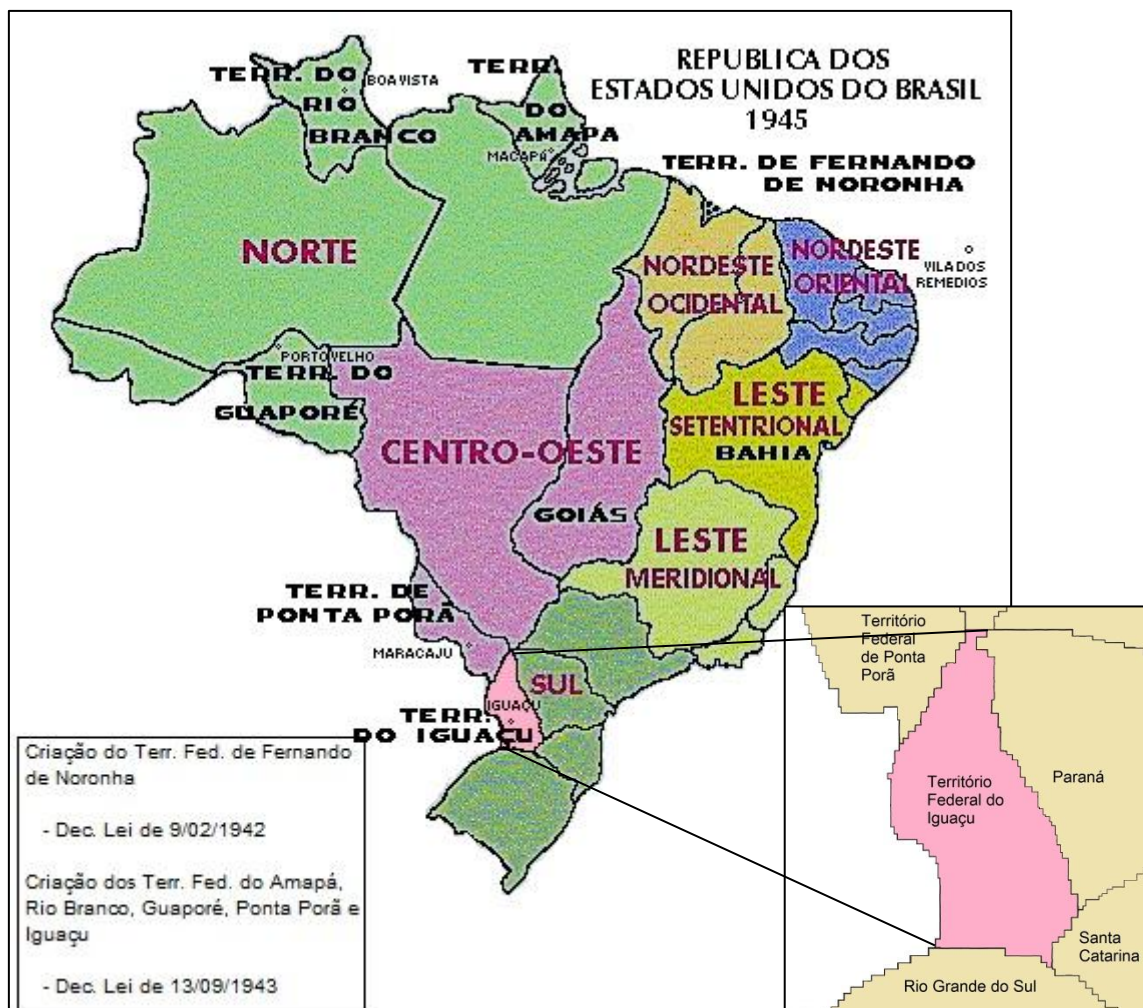


FIGURA 6 – Mapa do Brasil onde podem ser localizados todos os territórios federais (1945)

Fonte: IBGE, 2002, p. 100.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Após o final da Guerra, em 1945, houve uma movimentação pela democratização e deposição de Getúlio Vargas³, com eleições no mesmo ano, a partir das quais se elegeu Eurico Gaspar Dutra.

O pós-Segunda Guerra foi um período de intensas mudanças socioeconômicas, científicas e ambientais. Segundo Andrade (1992, p. 94), “Toda a guerra de grandes proporções é uma revolução; provoca abalo nas estruturas sociais dominantes, torna necessária uma reforma da sociedade e, consequentemente, abre novas perspectivas às atividades culturais”.

³ Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil se encontrava em situação contraditória, pois participou ao lado dos aliados contra os regimes ditatoriais, nazista e fascista, quando possuía um Governo ditatorial, com o poder centralizado nas mãos do presidente, que prendia e torturava opositores ao Governo.

Coube à sociedade em geral analisar os fatos ocorridos e encontrar os novos caminhos para uma reestruturação, trazendo assim profundas mudanças em termos de organização, como também, para a ciência.

Por outro lado, na Região Oeste do Paraná, em 1945, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (Maripá) comprou, da Companhia de *Maderas del Alto Paraná*, as terras pertencentes à Fazenda Britânia, que se estendem das margens do Rio Paraná até Toledo, à leste. (NIEDERAUER, 1992).

A compra dessas terras foi direcionada para a exploração madeireira, em um primeiro momento, e, posteriormente, para a exploração comercial da erva-mate, sendo também de interesse da empresa a “[...] colonização, seguido pela agricultura, pastagens, pelo comércio em geral e, no fim a participação da firma em outras empresas industriais e comerciais que forem criadas na região” (NIEDERAUER, 1992, p. 38).

Complementando as intenções dessa Colonizadora, Schneider (2000, p. 98) ressalta: “[...] a escolha do elemento humano a ser atraído, a instalação da pequena propriedade, o cultivo da policultura e a industrialização, sendo estes os pontos considerados primordiais à condução da colonização [...]”.

Mas a escolha do elemento humano a ocupar as terras da região, levando em conta características étnicas e/ou socioeconômicas, era comum entre as empresas colonizadoras.

Schneider (2000, p.101) ressalta que no processo de colonização coordenado pela Maripá foram escolhidas pessoas que trouxessem consigo um *habitus* que correspondesse às expectativas empresariais dos dirigentes da colonizadora de integrar e desenvolver o campo em processo de consolidação; portanto, “primeiro, estabeleceu-se a sua procedência das antigas colônias do Sul [...]; segundo, fazia-se necessário selecionar os colonos de maior valor produtivo; e, terceiro, evitou-se atrair elementos ‘aventureiros’ e ‘parasitas’, com atividades desonestas”. Isso pode ser constatado no Plano de ação da Colonizadora Maripá (1960), destacado por Schneider (2000, p. 100):

Para dedicar-se as diversas espécies de culturas, e, tendo em vista a fixação do homem à terra, escolheu-se o agricultor do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em

que trabalha, seria portanto o elemento humano predestinado a realizar grande parte dessa tarefa.

Mas, para ocorrer um desenvolvimento destas áreas, nos moldes predeterminados pela colonizadora, era necessário que fossem descendentes de europeus sulistas? Esta era uma visão radical, como se as características étnicas fossem condição determinante de capacidade de desenvolvimento. Como se o Brasil, até então, não tivesse se desenvolvido principalmente através do trabalho negro.

Por outro lado, os dirigentes, por pertencerem ao mesmo núcleo, sabiam dos anseios e dificuldades enfrentados pelos colonos migrantes em seu local de origem. Sendo assim, ofereciam as terras do Oeste do Paraná como:

[...] promessa de um ambiente onde os colonos pudessem reproduzir seu modo de vida segundo suas aspirações mais imediatas, principalmente a da propriedade da terra [...] ao informarem os colonos da fertilidade do solo, exaltando o clima e o relevo da área, bem como as condições de pagamento dos lotes coloniais, que poderiam ser parcelados [...] (SCHNEIDER, 2000, p.106).

Com esse discurso que ressaltava as características naturais conseguiram atrair migrantes e ter sucesso na colonização, mesmo em um espaço de fraca infraestrutura comercial.

A exaltação das características naturais era uma prática comum de todas as colonizadoras que atuaram na Região Oeste paranaense, pois, juntamente com os preços menores das terras em relação ao local de origem dos colonos, eram considerados tanto atrativos como motivadores da migração, já que eram muitas as dificuldades por eles enfrentadas.

Ainda segundo Schneider (2000, p. 103), os dirigentes primeiramente atraíam pessoas de maior projeção social nas comunidades de origem, para que os demais colonos tivessem mais confiança no empreendimento e encontrassem um ambiente mais familiar em seu novo espaço.

Mesmo observando tais características, no caso da Colonizadora Maripá,

[...] as primeiras evasões populacionais foram muito significativas e, portanto, motivo de preocupação, fazendo com que a empresa se empenhasse ao máximo para que estas não denegrissem a imagem da colonização, o que poderia pôr em risco o seu projeto e

todo o investimento. Por isso, dois grandes passos foram dados: um em relação ao direcionamento étnico e o outro em relação à recepção e bem estar dos pretensos compradores. (GÜTHS, 2000, p. 145).

O direcionamento da população pela Colonizadora Maripá não ocorreu somente de acordo com as características étnicas, mas também com o parentesco, a cultura e o lugar de origem, como é perceptível no nome de alguns municípios e distritos (Nova Santa Rosa, Novo Sarandi, Novo Três Passos, entre outros) que referenciam as cidades de origem de grande parte de seus habitantes. Este processo tinha o intuito de facilitar a reterritorialização dos migrantes, tornando as novas comunidades mais familiares.

Ao estudar o processo de colonização, percebe-se que o objetivo da maioria das empresas colonizadoras foi o de implantar pequenas propriedades (em média de 24 hectares) com acesso, no mínimo, a um curso d'água. Para Pfluck (2008), o tamanho das propriedades atendeu à limitada capacidade financeira dos agricultores, aos objetivos da empresa colonizadora de obter sucesso na colonização e aos interesses do País e do Estado de ocupar intensamente a fronteira considerada vulnerável.

Para as empresas colonizadoras, a implantação de pequenas propriedades era a garantia de rápida comercialização, pois facilitava o interesse na aquisição de terras devido ao reduzido investimento de recursos financeiros.

Dessa maneira, as empresas evitavam conflitos de interesses com o Governo Estadual, efetivando a ocupação territorial tanto no sentido econômico-produtivo como populacional.

Aos agricultores era oferecida a oportunidade de acesso a terras férteis por um preço reduzido em relação ao seu local de origem. Segundo Güths (2000, p. 156), os colonos “[...] no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina eram vistos como excedentes de descapitalizados, vindo a ser proprietários de terras [...], na maioria dos casos”, aqui na Região Oeste do Paraná.

A preferência pela implantação da pequena propriedade não partia somente das colonizadoras, mas já fazia parte da política governamental adotada no Paraná.

O governo paranaense dava preferência para a fixação e titulação de pequenas propriedades, inclusive aos pequenos posseiros, que deveriam se comprometer em cultivar e desbravar as terras, tornando-as produtivas como um

dever patriótico. Na Região Oeste esse sistema de posses obteve maior participação na microrregião de Cascavel, onde, segundo Gregory (2000) existem relatos de conflitos de terras e grilagens.

Para Gregory (2000, p. 84) “[...] a questão nacional é vista mais sob o aspecto da produção do que sob os aspectos culturais e étnicos. Quer dizer, que a construção da nação brasileira é uma questão de trabalho produtivo”. O que significa que havia a necessidade do cultivo e do aprendizado da cultura brasileira através da educação, da instrução e da orientação técnica.

Nesse processo de educação, inicialmente, o colono era incentivado a ser policultor de cereais e de animais. Posteriormente, eram disseminadas novas técnicas, máquinas e ferramentas, incentivando a modernização agrícola trazida ao Paraná, no decorrer da década de 1960, intensificada a partir da década de 1970.

De acordo com Lupion (1948, p. 55) ao Estado do Paraná chegavam bons e maus elementos. Os bons atraídos pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses, e, os maus, pelas facilidades nos negócios, deixavam, principalmente, São Paulo e Minas Gerais, juntamente com muitos aventureiros, para apossar-se das melhores terras devolutas do Estado, assentando-se de maneira provisória e desordenada e, muitas vezes, em terras já tituladas e comprometidas.

Percebe-se que, para o poder público constituído à época, os migrantes que ocupavam a terra para a produção eram bem-vindos, pois favoreciam a modernização e a integração nacional. Já os que vinham para colonizar de maneira privada, ou realizar outras atividades mercantilistas, eram considerados uma ameaça.

Lupion (1948, p. 56) relata ter estabelecido um sistema de colonização para

[...]ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita.

Para conseguir pagar suas dívidas, os agricultores eram obrigados a produzir excedente, inserindo-se na atividade mercantil, tornando-se importantes fornecedores de alimentos para o mercado interno brasileiro e contribuindo com a política de substituição de importações. Conforme ressalta Gregory (2002, p. 75), os

colonos sulistas, descendentes de europeus, preenchiam os requisitos necessários para desenvolver as fronteiras agrícolas:

Eles seriam os braços para a lavoura e eram vistos como os produtores apropriados para o projeto de desenvolvimento do Paraná que implicava na inserção da economia do Estado na economia brasileira. Eles trariam o domínio técnico, os equipamentos e o capital inicial necessário. Teriam iniciativas aliadas à experiência colonial.

Segundo Reginato (1979, p. 36), “Em 1950 o Grupo Dalcanalle e Alfredo Ruaro que formaram a firma Pinho e Terras Ltda., começaram a colonizar São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Foz [...], e 1953 adentraram em Palotina”.

Colodel (1992, p. 175) destaca que o patrimônio inicialmente adquirido pela Pinho e Terras foi dividido entre quatro empresas colonizadoras: “A ‘*Colonizadora Gaúcha*’ que ficou responsável por São Miguel do Iguaçu; a ‘*Industrial agrícola Bento Gonçalves*’ por Medianeira; a ‘*Pinho e Terras*’ por Céu Azul e a ‘*Colonizadora Matelândia*’ ficou com Matelândia propriamente dita”.

Essas empresas iniciaram o processo de ocupação das referidas áreas na mesma época, com apenas alguns meses de diferença. O autor ressalta que a Pinho e Terras era, na verdade, acionista das demais colonizadoras.

A partir de 1951, iniciou-se uma nova etapa do processo de colonização da área pertencente ao atual município de Santa Helena com a formação da Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda., Colonização, Indústria e Comércio, “[...] que se propunha [...] a compra e venda de terras, colonização, loteamento, cultura do café e de outros cereais, beneficiamento de café e arroz, extração, industrialização e comércio de madeiras [...]” (COLODEL, 1988, p. 219).

Para esse autor, em 1952 a Madalozzo adquiriu as terras de Santa Helena, onde iniciou, em 1955, depois de resolvidos os trâmites legais, a demarcação de 344 lotes rurais que variavam de 10 a 30 hectares cada, os quais passaram a ser comercializados no ano seguinte, por meio de parcelamento.

Antes da transação comercial, os colonos eram trazidos pela colonizadora para conhecerem a área a ser comercializada. Adquirindo um lote, o transporte não lhes era cobrado.

Logo após o término da limpeza da área onde foi instalada a sede de Santa Helena, a Imobiliária Madalozzo “[...] procurou dotar uma infra-estrutura que pudesse recepcionar as famílias de colonos que começavam a chegar no loteamento, cada vez com maior intensidade” (COLODEL, 1988, p. 227). Essa infraestrutura era composta de um galpão, tipo república para abrigar temporariamente os colonos migrantes, algumas casas, um pequeno hotel e uma igreja.

Percebe-se nessa empresa um diferencial em relação às demais que, anteriormente (nas décadas de 1920 e 1930), haviam tentado a colonização do atual município de Santa Helena. A Imobiliária Madalozzo adotou medidas como parcelamento do pagamento das terras, permissão para verificar as condições da área de interesse *in loco* e criação de infraestrutura com o intuito de dar maior segurança aos colonos e mais credibilidade à colonizadora, o que levou a um maior sucesso na intensa ocupação dessa porção do espaço em relação às demais empresas.

A estratégia publicitária da Imobiliária Madalozzo Ltda. se concentrava nos municípios de Erechim, Bento Gonçalves e Nova Prata, no Rio Grande do Sul, preferencialmente direcionada para famílias que já possuíam terras e uns quatro a cinco filhos, pois era entendido que, com isso, conseguiriam comercializar um maior número de lotes para uma mesma família (COLODEL, 1988, p. 225).

Em 1952, foi iniciado um processo de colonização diferenciado na região. Esta diferenciação se dava devido à forma de atuação da empresa colonizadora.

Souto Maior (1996, p. 46) destaca que naquele ano, Azídio Figueiredo dos Santos, através de sua empresa Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., comprou os direitos de propriedade da Gleba Santa Cruz para fundar as cidades de Assis Chateaubriand, Nova Aurora, Iracema do Oeste e Tapejara. Segundo Santos (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 185), no dia 09 de março de 1953 foi realizado o primeiro negócio desta colonizadora, numa área de mil alqueires paulistas, onde se dizia que, como o preço das terras “[...] era razoavelmente baixo, eram vendidas áreas grandes com duzentos, quinhentos ou mil alqueires paulistas”.

Nessa fala já se destaca o primeiro diferencial dessa colonizadora: a comercialização de grandes propriedades, que não perdurou durante todo o processo de colonização, conforme será destacado mais adiante.

Outro diferencial da colonizadora era a escolha do elemento humano. Ou seja, as características étnicas predominantes em Assis Chateaubriand se

diferenciavam dos demais municípios da Região Oeste do Paraná. Segundo Bretas (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 268), “[...] éramos como uma ilha étnica, uma ilha racial no meio dessa colonização sentidamente, manifestamente sulista, de descendentes de alemães e italianos pela influência do pessoal do Norte”.

Isso se justifica devido ao fato de o Vale do Piquiri ser uma região de encontro das duas correntes de migrantes que colonizaram o Estado do Paraná, como destaca Souto Maior (1996, p. 57):

[...] composta por nordestinos, mineiros, capixabas e paulistas, invadiu a região onde hoje se localizam os municípios que pertencem à microrregião 13, que além da região do Médio Oeste, só vai ter grande concentração de nordestinos no município de Vera Cruz do Oeste rodeado de cidades habitadas por descendentes de alemães e italianos.

Antes, os nordestinos e mineiros tinham participado do processo de colonização das regiões de Maringá e Londrina, no Norte do Paraná, onde desbravavam a floresta e ajudaram a plantar e formar milhões pés de café, economizando o suficiente para comprarem o seu almejado pedaço de terra e se tornarem prósperos sitiantes no Oeste do Paraná.

A outra corrente [...] que chegou em seguida, vinha do Sul do Brasil e era composta por gaúchos e catarinenses. Ao invés do café, os sulistas, ao chegarem, começaram a plantar lavoura branca (milho, arroz e feijão), e criar porcos, frangos e gado de leite.

No trecho acima, são destacadas, além da diferenciação étnica, também a diferenciação produtiva. Pode-se observar que as duas correntes migratórias possuíam diferentes formas de produção do espaço, o que se evidencia muito mais pelo momento econômico vivido em suas regiões de origem e pela política produtiva difundida pelas empresas colonizadoras do que pela influência étnico-cultural.

O processo de colonização de Palotina, a partir de 1953, contou com a participação direta dos padres católicos, onde, segundo Reginato (1979, p. 37), a Pinho e Terras Ltda. logo destacou um sacerdote da Congregação de Padres Palotinos para dar assistência aos colonos que ali se instalavam.

Esses padres atuavam também como corretores de terra. O Padre Hermogêneo Borin recebeu licença de três meses de seu superior para trabalhar na colonização, fato que pode ser constatado em seu relato:

Logo mandei imprimir cinco mil folhetos de propaganda, convidei o Padre Rafael Pivetta [...] para que me ajudasse [...] depois de diversas explicações ao povo, no dia 2 de Janeiro, conseguimos

formar a primeira caravana de Colonos, que partindo em ônibus de Santa Maria (RS) demandasse ao Paraná (BORIN, *apud* REGINATO, 1979, p. 62).

A participação dos padres dava à Pinho e Terras mais credibilidade e celeridade no processo colonizatório, sendo, em oito meses, vendidas mais de 1.500 colônias, além de várias chácaras e lotes urbanos em Palotina.

A partir de 1957, os colonos que migraram para Palotina passaram por um período de incertezas, devido a uma sobreposição de terras. Pivetta (*apud* Reginato, 1979, p. 38) diz que “Ninguém sabia das brigas entre Estado e Federação, Companhias com Companhias, posseiros contra grileiros [...] nem os próprios tribunais conseguiram destrinchar sobre quem teria direito de posse [...]”.

Esse conflito de interesses, em torno dessas terras, segundo Bordin (*apud* REGINATO, 1979, p. 102), ocorreu porque, em setembro de 1957, um funcionário do Departamento de Geografias, Terras e Colonização (DGTC), o senhor Aranha, concedeu título de terras, por um valor de seis milhões de cruzeiros a um grande usineiro, Orlando Ometo.

De acordo com o autor supracitado, ao conferirem o mapa das terras de Ometo e da colonizadora, observaram a sobreposição de terras. Questionado, o Governador Lupion interrogou o diretor do DGTC, que alegou se tratar de área desabitada, quando estava ocupada desde 1953.

Gênero (*apud* REGINATO, 1979, p. 90) relata que, no dia 04 de junho de 1958, o então governador Moisés Lupion enviou para Palotina um grupo de policiais que não permitiam mais a entrada e a saída de pessoas da cidade. No dia seguinte, chegou o exército para dar proteção à população, impedindo que atrocidades fossem cometidas. Esses grupos permaneceram por três anos em Palotina. O autor relata ainda que, em 1960, o novo governador Ney Braga prometeu que, se os agricultores pagassem 20 mil cruzeiros para cada lote, a escritura seria legalizada, o que não cumpriu. A legalização ocorreu por intermédio do governo federal, que decretou a desapropriação e a titulação das terras aos colonos.

Em 1957, a Pinho e Terras trabalhou na colonização, na industrialização e na exportação de madeiras da Gleba Lopeí (com 542.660.500 m²), sendo sua área central o atual distrito cascavelense de Sede Alvorada. Essa área, desde julho de 1932, era de propriedade de Teodoro M. Soldati, devidamente registrada nos Registros de Imóveis de Foz do Iguaçu e Toledo. Em 1960 possuía 800 habitantes,

predominantemente vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e alguns de outras regiões paranaenses e também do Paraguai (COLOGNESE, GREGORY & SCHALLENBERGER, 1999, p. 45).

Ainda de acordo com Colognese, Gregory & Schallenger (1999, p. 45),

Em 1957, a MARIPÁ distribuiu aos acionistas, os respectivos dividendos em terras, sendo que uma área de 92.105.200 metros quadrados era parte das terras que o Grupo Dalcanale recebeu, formando-se a Seção Porto Mendes, pertencendo também à Pinho e Terras Ltda. Sua população, em 1960, era de 1.200 habitantes, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, com a presença de poucos paraguaios e argentinos.

A colonização da região de Assis Chateaubriand e arredores passou por uma mudança a partir de 1958, quando a Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda. vendeu os direitos sobre a Gleba Santa Cruz para a Colonizadora Norte do Paraná S/A, passando, então, Azídio Figueiredo dos Santos a ser um dos sócios desta empresa, ao lado de Oscar Martinez.

De acordo com Santos (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 185), até 1959 foram vendidos cerca de 30 mil alqueires paulistas, ou seja, um terço da área, “[...] depois houve uma parada brusca na venda das terras, porque o Governo do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, entendeu que as terras dessa gleba eram devolutas, apesar de nós termos a escritura definitiva [...]”.

Para esse autor, muitos compradores já tinham iniciado a derrubada da mata e, inclusive, plantado café. Sendo assim, a colonizadora solicitou um Mandado de Segurança no Supremo Tribunal que garantiu a posse das terras. Como consequência dessa questão, teriam recebido a penetração de “intrusos”, “[...], ou seja, de grupos organizados que vinham de Presidente Prudente (SP) e Maringá (PR), e de outros estados”. Estes que se diziam colonizadores e autorizados pelo governo eram na verdade tumultuadores. Sendo assim, foram expulsos à força pela empresa colonizadora, como mostra Santos (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 186):

Fomos obrigados a fazer ‘mão forte’, até que a justiça decidisse. Em primeira Instância, a justiça julgou a nosso favor a propriedade das terras, aí foi mais fácil fazer um acordo com o Estado, inclusive porque Moisés Lupion já era governador outra vez (2º governo de Lupion) e o acordo feito. Devolvemos ao estado a metade da área, reduzindo assim a nossa área para 45 mil alqueires, que

compreendia do Rio Verde para cá Em consequência do acordo feito com governo, as pessoas que tinham áreas na parte que ficou para o Estado, tiveram que requerer os títulos e entrar em acordo com o Governo, mas todos acabaram se acertando. Por outro lado, com os que ficaram do Rio Verde para cá, nós também tivemos que fazer um novo acerto, ou seja, quem tinha, por exemplo, 500 alqueires, dependendo do que já havia pago, ficava com 200 ou 250 alqueires paulista, mas conseguimos fazer com que o acordo fosse amigável com todos, e em 1958 a área já estava titulada, ou seja legalizada pelo Estado.

Neste relato de Azídio Figueiredo dos Santos destacam-se as manobras de governo, o uso da violência, a dupla cobrança por uma mesma propriedade para conseguir a titulação das terras e a redução do tamanho da área dos posseiros. Segundo Schneider (2000, p. 100)

As práticas administrativas empreendidas para a colonização (divisão das terras, criação das sedes, assistência técnica e espiritual, etc.) [...] buscaram agilizar a constituição política e econômica do *campo* [...] procurando, por um lado, direcionar a colonização a um fim pré-determinado, qual seja, o da produção do excedente e, por outro lado, assistir e orientar os colonos migrantes para esta direção.

No seu segundo Governo (1951 a 1954), quando Getúlio Vargas reassume o Governo conduzido ao poder por meio de eleição direta, iniciou-se o processo de industrialização do uso de capital nacional, surgindo importantes estatais. Ampliou-se, assim, a importância da expansão da produção agropecuária para regiões ainda inóspitas do país, no sentido de fornecer alimentos para as cidades e matéria-prima para as indústrias.

O Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) foi conhecido como período do desenvolvimentismo, porque prometia um desenvolvimento econômico de “50 anos em 5”, com investimentos de capital estrangeiro na promoção da industrialização, da construção de malha viária que ligaria os diversos pontos do país, da construção de Brasília para descentralizar as decisões políticas do país e promover o povoamento de mais um sertão brasileiro.

Com a construção da nova capital federal, o Governo também ficava longe das manifestações populares. A partir desse período, iniciou-se o incentivo à modernização agropecuária brasileira, pois o país passou a participar mais ativamente da divisão internacional do trabalho, sendo fornecedor de produção agropecuária.

De acordo com o pioneiro Pedro Soccol, “As culturas básicas da época foram o milho, arroz, feijão, com ensaios na produção do algodão e do café [...]. Formavam-se pequenos pastoreios [...]” (*apud* ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA, 1996, p. 56). Essas características produtivas eram predominantes na Região Oeste do Paraná, exceto em parte do setor Norte, onde avançava para as áreas da região de Assis Chateaubriand.

As características produtivas ocorriam de acordo com a orientação das colonizadoras. Segundo Schneider (2000, p. 108), o programa de colonização da Maripá,

[...] desde o seu principio, foi planejado e direcionado pela atuação de agentes interessados na constituição de um campo de poder, onde pudessem agir tanto no espaço público quanto no privado, assistindo e orientando os colonos a um fim pré-determinado pelo jogo capitalista.

Para Colognese, Gregory & Schallenberger (1999, p. 101), nos colonos migrantes é perceptível uma vontade inerente “[...] em transformar rapidamente a nova terra inóspita e selvagem em terra produtiva, onde a plantação e a criação propiciariam condições para a vida familiar e comunitária”, configurando, assim, uma produção camponesa voltada para a subsistência e também para o mercado.

Nesse sentido, Güths (2000, p. 156) destaca que, em 1950, no núcleo de apoio Zona Bonita os colonizadores já produziam para a sua subsistência, vislumbrando, também, a exportação de produtos agrícolas.

Seyferth (1990, p. 25) destaca que a distribuição de pequenas propriedades era concebida pelos colonos como um microcosmo autossuficiente, mas que, na verdade, “[...] desde o início estes camponeses estão submetidos às leis do mercado e dependem de atividades externas da comunidade, sejam elas econômicas ou não.” A autora ressalta ainda que “A policultura, associada à criação de pequenos animais domésticos, prevalece apesar das pressões no sentido de uma agricultura comercial”.

Fica evidente que a pequena propriedade familiar policultora era peça-chave para fixar a população na nova área colonizada, mas que, aos poucos, os colonos foram pressionados a se inserir no mercado.

Os colonos que ocuparam essa região, a partir da década de 1940, produziam para a sua subsistência, mas aos poucos se inseriam no mercado

agropecuário com a produção comercial de suínos, que visava atender as necessidades das pequenas indústrias frigoríficas que se instalavam na região. A soja, neste período, era plantada somente para alimentar este rebanho (MERTZ, 2000).

Silva, Bragagnollo & Maciel (1988, p. 22) ressaltam a coragem dos colonizadores diante dos perigos que a floresta lhes apresentava, que ao invés de se amedrontarem sentiam o despertar da cobiça

[...] por algo que de grandioso parecia existir no ar, na floresta, nos rios e na terra do sertão [...] que trouxe ao sertão do Oeste uma leva de desbravadores para, num racional processo de colonização, fazer brotar e desenvolver-se Toledo e outros núcleos populacionais da microrregião.

A cobiça, destacada pelos autores, certamente não promoveu um processo racional de ocupação quando se referia à preservação dos recursos naturais, pois o desmatamento ocorreu de maneira acelerada, desencadeando diversos outros impactos ao meio ambiente.

Para Reginato (1979, p.171),

Esta mesma riqueza em madeiras e fertilidade de solo condenaram a floresta à sua quase extinção. Em 1954 foi a época em que se iniciou a divisão desta extensa e rica área de terras, em propriedades que eram adquiridas por agricultores e em seguida começaram a ser derrubadas. Esse abate, geralmente se fazia de forma errônea, desmatando-se as margens dos arroios e cabeceira das águas. Caídas as árvores vinha a necessidade das queimadas, afim de liberar as áreas para o plantio. Com isso muita madeira industrializável foi destruída. Assim a devastação da mata dava lugar a uma agricultura rotineira, trazida pelos agricultores originários do Sul brasileiro. Praticavam-se culturas anuais do milho, feijão, trigo e soja, e a criação de suínos.

Ainda de acordo com Reginato (1979, p. 172),

[...] primeiro de tudo, não houve orientação, quanto à área a ser derrubada, e em segundo lugar, a insegurança na posse da terra obrigava o agricultor a arrasar grande parte de sua propriedade, para não ter o dissabor de perdê-la, devido à intromissão de posseiros profissionais.

Em 1979 este autor já alertava para a redução no número de peixes devido ao intenso desmatamento das margens dos rios.

A falta de orientação atrelada à insegurança da posse das terras e à pressão para torná-las produtivas promoveu a primeira etapa do desmatamento. No entanto, a segunda etapa foi ainda mais devastadora devido à mecanização do desmatamento e à necessidade de área desmatada para conseguir financiamento de máquinas e equipamentos junto aos programas governamentais.

No texto de Souto Maior (1996, p. 25), pode-se perceber a ambição dos colonizadores como causadora da derrubada das matas:

Foi na região Oeste do Paraná, que foi colonizada a última fronteira agrícola do Estado. Este importante episódio histórico aconteceu a quarenta e quatro anos, quando imensa e compacta floresta de madeira de lei e palmito cobriam toda a região onde hoje fica localizado o município de Assis Chateaubriand. Naqueles idos, a terra roxa, resultado da decomposição do basalto, apresentava-se aos cobiçosos olhos dos desbravadores do Vale do Rio Piquiri, como um presente divino da mãe natureza aos futuros colonizadores, sofridos pioneiros de sonhos e riqueza, poder e glória.

Com relação ao processo de desmatamento da região, Souto Maior (1996, p. 32) destaca ainda que, “Inicialmente, a ‘Batalha’ da colonização detonava a fase de penetração e desbravação da mata [...] abrindo caminho na força do machado, foice, facão e serra braçal”.

Após a derrubada das matas, a região inicia o processo de inserção na modernização agropecuária. Nesse período, indiretamente, o governo incentivava o desmatamento generalizado pelo *slogan* “Plante que o governo garante”, com programas de financiamento de longo prazo.

Acompanhando esse financiamento havia um pacote tecnológico que incluía sementes selecionadas e tratadas, máquinas e implementos, adubos químicos e agrotóxicos, os quais propiciavam o aumento da produtividade, tornando terras desgastadas novamente férteis. A partir daí, incentivava-se a monocultura destinada à exportação e a exploração capitalista da terra.

Pelo exposto até esta década de 1960, optou-se por outro recorte temporal para a próxima seção que será destinada a dar continuidade na discussão sobre as políticas voltadas para a implantação da modernização agropecuária na Região Oeste paranaense.

1.3. AS NOVAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANAENSE (1960 A 1980)

Como pode ser observado, o processo de ocupação para povoamento da Região Oeste do Paraná foi mais intenso a partir de 1950, mas se estendeu por muitos anos. Até 1965, algumas áreas ainda estavam em processo inicial de ocupação, especificamente as áreas pertencentes aos atuais municípios de Itaipulândia e Missal. Além destes, nas áreas pertencentes ao atual município de Assis Chateaubriand e municípios desmembrados, iniciava a atuação da Colonizadora Norte do Paraná.

O processo de ocupação de Missal ocorreu de maneira pacífica, porém, em Assis Chateaubriand e Itaipulândia, este foi cheio de conflitos de interesses muitas vezes decididos de forma violenta.

O governador Ney Braga, em sua Mensagem de Governo, chama a atenção para os problemas de titulação de terras. Conforme Braga (1961, p. 43), houve trocas de nomes de glebas para que pudessem ser tituladas sem chamar a atenção dos proprietários. Estas titulações de terras foram baseadas em fotografias aéreas de 1953, sem a realização de trabalho de campo para o qual trabalhadores foram pagos. Também foram enfatizados a insegurança e o descontentamento causados por essas políticas que trouxeram muitas mortes.

De acordo com o mesmo autor, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, juntamente com a Fundação Paranaense Colonização e o Departamento de Fronteiras, buscou dar mais clareza a este processo.

Ao mesmo tempo em que estas terras passaram por intenso processo de ocupação territorial, outros lugares onde a ocupação já se encontrava em estágio avançado até a primeira metade da década de 1960 estavam iniciando o processo de modernização da produção agropecuária.

A partir de 1960, a Colonizadora Norte do Paraná S/A, após regularizar a documentação, iniciou a demarcação das terras de Assis Chateaubriand e arredores, iniciando, assim, a segunda etapa de colonização.

Conforme Alvarez (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 222), a área de maior ocupação de Assis Chateaubriand era a Gleba Memória, atual município de Tupãssi, próximo ao Rio Memória e Lambari, ocupada principalmente por sulistas, local onde

a empresa teve maior dificuldade de “assentamento e regularização”. De acordo com o mesmo autor:

Quando nós começamos a medição para fazer o loteamento, os posseiros começaram a não gostar e aí você tem que ter autoridade, força, então nós cortávamos dez alqueires paulistas e fazíamos acerto com os posseiros, aqueles que queriam mais e tinham famílias maiores nós dávamos vinte alqueires paulistas, porem a posse dele era maior, então fazíamos esses acertos. Naquela época, nós começamos a vender o alqueire a vinte e oito contos. Vendíamos dez alqueires paulistas para o posseiro por sete contos, com quatro anos de prazo para pagar. Na época, o equivalente a cinco porcos gordos pagava a colônia de dez alqueires paulistas. Mas a grande maioria não legitimou, não quis pagar a terra porque era miserável, muito pobre, eram cidadãos cujo mundo era a mulher, os filhos barrigudinhos, um cachorro magro, uma espingardinha, umas galinhas, a mata, uns pés de mandioca, etc., mas o que eu senti nesses homens é que não queriam legitimar as terras porque tinham medo de pagar impostos, 99% dos posseiros preferiam vender as terras. Nós vendíamos por sete contos a colônia e comprava a posse deles por vinte a cinquenta contos conforme a benfeitoria que cada um tinha na época. Vejamos bem, nós vendíamos por sete contos e comprávamos por trinta a cinquenta contos, por isso o Dr. Oscar Martinez reclamava que estávamos pagando muito caro as posses. Não tínhamos objetivo comercial nessas posses e sim tranquilizar a área, senão, como iríamos vender essas terras?

Ao analisar o discurso de Alvarez, de imediato parece ser muito barato pagar sete contos por dez alqueires paulistas, quando se cobrava vinte e oito contos o alqueire, e ainda parcelados em quatro anos. No entanto, não parece injusto ter que pagar pela segunda vez por uma área em que estes posseiros já estavam produzindo, para ainda no final ter sua área reduzida? Na sequência, o autor diz que muitos não quiseram pagar pela terra “[...] porque era miserável, muito pobre, eram cidadãos cujo mundo era a mulher, os filhos barrigudinhos, um cachorro magro, uma espingardinha, umas galinhas, a mata, uns pés de mandioca, etc.”, considerando essas pessoas sem expectativa. Mas será que não saíram da região por não acharem justo pagar duas vezes por sua propriedade, ou, então, com medo de passarem pela mesma situação novamente? Alvarez, ao dizer que essas pessoas não queriam legitimar as terras por medo de pagar impostos, indiretamente diz que essas teriam a preferência em viver na ilegalidade. Será que essas pessoas não se sentiram ameaçadas pela falta de segurança e confiança na colonizadora? Será que a colonizadora queria realmente tranquilizar a área ou ter uma área maior disponível

para comercialização, para aumentar os seus lucros e atrair pessoas que fossem condizentes com o perfil produtivo pretendido?

Colognese, Gregory & Schallenberger (1999, p. 74) trouxeram depoimentos de colonos que foram atingidos por esta “regularização” de propriedades por parte da colonizadora. O senhor Klienüing disse que após ter comprado uma posse de 30 alqueires por dois contos e pouco, pagos com a venda de um lote de gado, a Colonizadora Norte do Paraná S/A só queria lhe entregar cinco alqueires, mas que, após muita luta, conseguiu ficar com o lote todo. O senhor Ângelo relata que só conseguiu legalizar uma área de terras após muitas mudanças realizadas devido a exigências da Companhia. Segundo o casal Nunes da Silva, eles tiveram que pegar um protocolo para conseguir terra, mas após a medição em 10 alqueires, suas terras coincidiam com as de Teobaldo, para o qual cederam seis alqueires.

A partir desses depoimentos, percebe-se o desrespeito da colonizadora em relação aos colonos que eram submetidos à redução do tamanho de suas propriedades e ao duplo pagamento das mesmas. E, além disso, eram ainda jogados de um lado para outro como se deles fosse tirado o direito de escolha.

Martinez (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 189) diz que as terras compradas pela Colonizadora Norte do Paraná S/A foram adquiridas do Governo do Estado do Paraná. Segundo ele, a Gleba Santa Cruz, adquirida pela colonizadora, era uma área concedida como posse na década de 1940, a qual nunca foi ocupada pelo dono do direito de posse.

Segundo o mesmo autor (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 195), a Colonizadora Norte do Paraná S/A ocupou esta área da seguinte maneira: fundou uma cidade, ao redor desta criou uma zona hortigranjeira, em seu entorno ficavam as pequenas propriedades e, mais distantemente, localizavam-se propriedades maiores. Isso teria contribuído para o sucesso na colonização. Martinez afirma ainda que foi uma colonização tranquila, sem o uso de violência por parte da colonizadora, pois nunca teria havido registro de inquérito policial com relação a brigas, assassinatos ou algo semelhante.

Esse formato de ocupação das terras era comum entre as colonizadoras que atuaram na região. Mas como seria possível colocá-la em prática numa área que já estava em adiantado processo de ocupação sem conflitos de interesse?

Colognese, Gregory & Schallenger (1999), através do relato das entrevistas de vários pioneiros da Gleba Memória, atual município de Tupãssi, deixam transparecer o ocorrência de conflitos na negociação das terras.

Um desse conflitos é relatado pelo advogado da Colonizadora Norte do Paraná S/A, José Bolivar Bretas, que disse sempre andar com arma junto à sua perna e ter agido com violência contra um posseiro, tendo em vista que a decisão do processo judicial sairia somente após já ter vencido o prazo de fixação mínima à terra do posseiro. Sendo assim, ele, juntamente com mais 12 pessoas, dentre eles cinco policiais e um trator esteira, foram à propriedade proceder à desapropriação com tiroteio, já que do lado do posseiro também estava um grupo de pessoas, mas em menor número. (BRETAS, *apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 264).

Este mesmo fato também foi relatado por Alvarez (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 238). Segundo ele, após o ocorrido, o posseiro denunciou a colonizadora ao Incra. Intimado, Alvarez teria ido, no dia seguinte, ao Incra e “berrado” que esse “negrão” não seria posseiro, pois não possuía calos em sua mão, que essa era a quinta área de propriedade da colonizadora ocupada pelo mesmo, e que o Coronel que os entrevistava teria ordenado ao posseiro sair das terras, baseado na reação de Alvarez.

Essa decisão parece, no mínimo, questionável, pois não houve uma investigação para saber quem estava com a razão. Basearam-se apenas na comoção transparecida nas falas dos envolvidos, tendo sua decisão em favor de quem mais se comoveu.

Segundo Colognese, Gregory & Schallenger (1999, p. 54), a área de maior ocorrência de conflitos se estendia de Cascavel até Formosa do Oeste, cerca de 150 km da fronteira paraguaia.

Por volta de 1961, iniciou a instalação de algumas fazendas na área do atual município de Itaipulândia, “[...] algumas adquiridas de maneira legal, através de compras ou concessões cedidas pelo Estado. No entanto, a maioria delas era obtida através de anexações, posses e grilagens” (SCARPATO & BÖHM, 2006, p. 53).

Esses posseiros, sabedores da condição de terras devolutas, dividiam suas posses em pequenos lotes e vendiam para o maior número possível de colonos, reduzindo, assim, o risco de despejo. Além da ameaça do Estado,

Existia também a possibilidade de aparecer o verdadeiro dono das terras, visto que o governo do Estado em épocas anteriores havia cedido concessões a muitas pessoas ligadas ao governo. Mas pelo fato do local estar situado em uma região de densas matas, difícil acesso e estradas precárias, eles não haviam se interessado por colonizar estas áreas, e foram revendendo-as ou doando-as como garantia de empréstimos, financiamentos e outros negócios. A maior parte dessas pessoas nunca sequer esteve na região onde as terras se localizavam (SCARPATO e BÖHM, 2006, p. 54).

Nesse caso, ficavam evidentes as manobras destes grandes posseiros para garantirem seus lucros com as propriedades apossadas, pois os mesmos sabiam da preferência do governo em titular posses de pequenos proprietários. Por outro lado, caso o governo resolvesse expulsar os posseiros, os prejuízos sobriam para os colonos ali instalados.

Embora os colonos soubessem dessa situação de risco por não terem a documentação das terras se sentiam atraídos a adquirir os direitos de posse devido às características topográficas e pedológicas que facilitavam a produtividade e a mecanização.

Scarpato & Böhm (2006, p. 52) destacam, ainda, a participação de dois posseiros no processo de colonização: Francisco Dornelles Taborda e Orcídio Ambrósio Dias (Sargento Dias), com posse de 800 alqueires cada um.

O primeiro teria loteado estas terras e as comercializado para colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esta posse estava localizada na atual sede do município de Itaipulândia, e boa parte de Santa Inês, chegando próximo a Caramuru.

O segundo teria doado vários terrenos para a comunidade de Caramuru. Sua posse situava-se nas localidades de Caramuru, Buriti, parte de Jacutinga, Guaraci e Lajeado do Cedro.

Ainda de acordo com os mesmos autores, essas propriedades somente foram legalizadas pelo Incra por ocasião da construção da hidrelétrica de Itaipu, para que as famílias com áreas atingidas pudessem ser indenizadas.

A partir daí, os conflitos existentes em torno da posse das terras perderam força, intensificando-se os conflitos provocados pelo transtorno causado na construção da usina hidrelétrica, como a expulsão dos moradores locais de seu espaço e os impasses em torno do recebimento de fato dessas indenizações e da aquisição de novas áreas de terras.

Por outro lado, o governador Ney Braga, além da preocupação com o processo colonizador do Estado, em sua Mensagem de Governo, também estende esta preocupação à produção agropecuária.

Este menciona que, no início da década de 1960, havia no Paraná a atuação de três tendências distintas da história econômica na economia paranaense.

Temos, de um lado, a economia agrícola de subsistência, que aliada à extração vegetal (mate e madeira), representa a primeira expansão da economia paranaense. Esse tipo de estrutura permanece em quase todo o Leste e Sul do Estado.

Sobre essa estrutura penetrou, há menos tempo, a economia agrícola exportadora (café), que em poucas décadas desbravou o Norte do Estado, e hoje alcança seus limites máximos de expansão geográfica no território paranaense.

Mais recentemente ainda, penetrou no Paraná o transbordamento da economia agrícola de mercado interno do Rio Grande do Sul, que hoje desbrava as extremidades Oeste e Sudoeste do Estado. (BRAGA, 1961, p. 03).

Mesmo com essa diversidade produtiva, o governador mostrava sua preocupação com relação à instabilidade de uma economia dependente da produção agrícola, principalmente do café. De acordo com ele, “A instabilidade do café não permitia prever nem mesmo a manutenção dos níveis atuais de bem estar”. (BRAGA, 1961, p. 06).

Por conta disso, Braga (1961) salientou a importância de adequação política em favorecimento da industrialização, que traria bases sólidas para o progresso. Enfatizava também que o Estado dispunha de recursos naturais, dentre eles o potencial hidráulico e reserva de carvão, necessários à geração de energia elétrica, restando apenas a implantação de medidas concretas. Todas essas medidas deveriam ser adotadas sem deixar de lado as atividades primárias.

A busca de soluções para os problemas na agricultura foi fomentada pelo incentivo à modernização agropecuária por parte do Governo Estadual, através do fornecimento de sementes, importação de maquinários, garantia de preços mínimos, encarecimento do preço do trigo importado, uso do dinheiro adquirido com a venda do café para aprimoramento da cafeicultura e criação de um Instituto de Economia Agrária, visando a formação e capacitação de pessoas para orientar os agricultores.

Essas políticas tinham como objetivo principal tornar o Paraná fornecedor de alimentos para as cidades mais industrializadas do país (BRAGA, 1961, p. 29).

Essas políticas adotadas no Estado do Paraná corroboravam as políticas desenvolvimentistas do Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pois um país que passara por um intenso processo de industrialização necessitava de estados fornecedores de alimentos e de matéria-prima para as indústrias.

Nesse momento, percebe-se um certo aumento da atenção dos poderes políticos voltados para algumas questões ambientais, que provavelmente chamaram a atenção dos mesmos devido a impactos econômicos gerados por alguns problemas já presentes na época.

Essa preocupação pode ser percebida pela criação, junto ao Governo Estadual, de um Grupo de Trabalho para estudar o problema da erosão em áreas urbanas e agrícolas. Como também a criação de áreas de preservação de recursos naturais estaduais, como o Parque Nacional das Sete Quedas, em 1961, e a Reserva Florestal da Serra do Mar, em 1961.

Em meio a essa tomada de medidas, e pensando na modernização agropecuária, foi iniciada, em 1963, a colonização da região de Missal, com o objetivo, segundo Klauck (2004, p. 20), de vender os três lotes de 1000 alqueires paulistas cada, doados pelo Governo do Estado do Paraná em 1956, às dioceses de Jacarezinho, Foz do Iguaçu e Palmas, pertencentes à Gleba nº 5, da Colônia Rio Quarto. Essa venda teve o intuito de arrecadar fundos para o estabelecimento destas dioceses e foi coordenada pela Sipal Colonizadora – Sociedade de Incremento a Propriedade Agrícola, que teve como sócio o Padre José Pascoalino Backes.

Klauck (2004, p. 75) enfatiza, ainda, que, além da ocupação da Gleba dos Bispos pela ação colonizadora empreendida pela Sipal, houve, também, embora com menor participação, registros de posseiros “[...] e da ocupação espontânea através da compra de lotes de terras de imobiliárias que atuavam na região”.

Percebe-se um diferencial quanto à destinação dos lucros obtidos do processo de colonização da Gleba dos Bispos. O objetivo dessa era arrecadar fundos para a consolidação das Dioceses Católicas, enquanto nas demais áreas da Região os lucros eram destinados somente aos sócios das colonizadoras. Isso ocorria porque a Sipal não era proprietária das terras que comercializava, era apenas contratada para efetuar a comercialização dos lotes pertencentes à Igreja.

De acordo com Klauck (2004, p. 38), nessa porção do atual município de Missal, nos momentos iniciais da colonização, houve ausência do luteranismo, mas

o autor afirma não haver evidências de que a Sipal tenha escolhido os colonos a ocuparem as terras; esses teriam optado pelas áreas devido à forte presença da Igreja Católica na colonização, “[...] por afinidade religiosa, pelo fator segurança ou pela credibilidade concedida ao empreendimento pela Igreja [...]”.

A presença da Igreja Católica no processo ocupacional da Região Oeste paranaense, de maneira geral, foi de auxílio religioso, assistencial e educacional, mas, na Gleba dos Bispos, de acordo com Klauck (2004, p. 76), influenciou diretamente na instalação de uma cooperativa, que tinha como objetivo “[...] dar assistência ao colono, (mas) também [...] orientar, dirigir seu trabalho e a produção no sentido de reverter para o crescimento pessoal, local e também regional”.

A cooperação era uma prática comum entre os colonos trazidos pelas empresas para ocupar as referidas terras paranaenses, mas esta não era formalizada pelas demais empresas colonizadoras.

Ainda segundo o autor, no ato da aquisição da terra, a colonizadora acordava formalmente com o comprador um compromisso de este se tornar sócio de uma cooperativa que seria criada pela Sipal para gerir a comunidade.

Esse acordo era quase que uma imposição da colonizadora, mas, para Klauck (2004), ao colono, esta era uma garantia de assistência técnica, econômica e financeira, aumentando a possibilidade de sucesso na nova área.

Essa cooperativa ainda atua sob o nome de Lar, mas, “[...] com o tempo, perdeu suas características comunitárias e se voltou mais para a área comercial e industrial” (Klauck, 2004, p. 91).

A fundação de uma cooperativa pela Sipal pode ser atribuída também ao fato de o início da colonização dessa área coincidir com o período de criação de políticas voltadas à modernização agropecuária. Sendo assim, promoveria a celeridade da inserção deste município no mercado e também na modernização produtiva.

Conforme ocorrido nas áreas de atuação de outras colonizadoras desta região, a Sipal priorizou a instalação de pequenas propriedades e pensou o espaço de maneira a proporcionar a ligação entre as propriedades, favorecendo a formação e a organização de comunidades (KLAUCK, 2004, p. 23).

Segundo Klauck (2004), a instalação da pequena propriedade pela Sipal era considerada pelos colonizadores a realização de uma reforma agrária sem ferir os direitos de propriedade privada, seguindo a Doutrina Social da Igreja Católica, que defendia não ser possível a ocorrência de uma reforma agrária igualitária, pois

levaria a conflitos e atritos, ou seja, “A pequena propriedade deveria ser difundida, mas não universalizada, para não se contrapor à manutenção de médias e grandes propriedades” (MAYER, 1960, *apud* KLAUCK, 2004, p. 33).

Essa forma de ocupação, na verdade, não pode ser considerada reforma agrária, pois não mexeu com a estrutura agrária que estava posta. Além disso, só tiveram acesso à terra pessoas com condições financeiras para adquiri-las, pois o parcelamento não era feito em longo prazo.

O mesmo vale para a citação de Souto Maior (1996), que diz que “[...] a Colonizadora Norte do Paraná S/A, implantou uma reforma agrária capitalista evitando a existência de grandes latifúndios que inviabilizaria, com certeza, o desenvolvimento do município de Assis Chateaubriand por muitos anos” (p. 117).

Nesse sentido, Martinez (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 193) ressalta que foi “[...] reforma agrária não paternalista, o que quer dizer, ela teve o cuidado de selecionar os compradores na medida em que eles tivessem capacidade para pagar a primeira parte da compra do lote”.

Na maioria das vezes, esses colonos já eram proprietários rurais, e tiravam dessas terras sua fonte de renda. Portanto, a comercialização dessas terras não tinha o objetivo atender os sem-terra. Fato transparecido no relato de Alvarez (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 219)

A colonização privada não dava terra, ela vendia a terra, tinha que ter passado. Passado agrícola, financeiro, alguma referência ele tinha que ter. Não era um cidadão sem qualificação. A seleção do colono na colonização privada era no guichê. Esse sistema de colonização foi muito útil porque cada colono que nós vendíamos a terra, não vinha de imediato assumir a terra, ele contratava o sem terra, o peão, o trabalhador braçal mais pobre.

Percebe-se que o sem-terra, o pobre, o peão a quem deveria ser destinada a reforma agrária não tinha acesso à terra. Esse era considerado desqualificado para produzir por conta própria, mas não para fazer o trabalho braçal e ajudar o agricultor capitalizado a produzir.

Uma preocupação enfatizada por Klauck (2004) é que a busca pela construção de uma identidade e uma memória para o município de Missal foi realizada somente a partir das características dos colonizadores da Gleba dos

Bispos não respeitando a diversidade que existente neste local, como, a colonização feita por outras empresas e a presença de outras etnias e religiões.

Essa construção de uma identidade comum a um povo com uma diversidade é também destacada por Laverdi (2005), que cita o caso de Marechal Cândido Rondon, onde ainda é constante a busca pela criação de uma cultura germânica para o município, a qual, na verdade, encontra-se modificada até mesmo entre os descendentes de alemães.

Ao analisarmos a Região Oeste paranaense, percebe-se que há uma construção regional, onde se tinha como objetivo ocupar essa porção do espaço de maneira homogênea, tanto no sentido étnico quanto no sentido econômico-produtivo. Sendo assim, é comum nesses municípios a busca de construções identitárias, desconsiderando, porém, as minorias.

Até mesmo os trabalhos científicos sobre o processo de colonização da Região raramente analisam as contribuições das minorias étnicas no processo de construção econômica e cultural das comunidades.

Embora já se percebesse no Estado algumas consequências ambientais em decorrência da colonização, nas áreas onde esse processo se iniciou, a partir de 1960, ou então naquelas onde se tinha o objetivo de expandir a área produtiva, não houve a observação da preservação de áreas florestadas.

Essa falta de observação pode ser constatada direta ou indiretamente nas produções científicas que retratam e analisam os fatos ocorridos nesta época. Um destes exemplos aparece no texto de Klauck (2004, p. 37), que enfatiza que, “A Sipal, em uma década de atividades, foi agente de uma grande transformação no cenário regional. Anteriormente coberto por florestas [...], agora ferve com movimento humano de ocupação”.

Güths (2000, p.155) destaca a celeridade no processo de desmatamento da região. De acordo com a mesma,

Na década de 60, a população que continuava crescendo, passou a ocupar mais o interior do município, porque já haviam estradas de acesso aos lotes rurais. E assim, a floresta, antes conquistada pelo homem através do rio, passou a ter sua área rapidamente diminuída, tanto na área urbana como na rural, através dos novos acessos – as estradas –, e já nos anos 70 estava praticamente eliminada do espaço do município de Marechal Cândido Rondon.

Além do problema do desmatamento, Scarpato e Böhm (2006, p. 62) relatam o desperdício da madeira, pois no começo só havia comércio para madeiras nobres (cedro, lapacho e marfim), enquanto que o restante era quase toda queimado. A principal preocupação das famílias era a de fazer a plantação para atender suas necessidades de subsistência.

As riquezas existentes na mata faziam parte, muitas vezes, da alimentação dos colonos, embora esses trouxessem em suas mudanças mantimentos e alguns animais, já que, antes de formar a sua produção de subsistência, frequentemente necessitavam de alimentação complementar que era extraída da mata. Isso pode ser constatado no relato de Oliveira (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 193):

A nossa alimentação era farta, pois existia muita caça e meu pai acabou sendo um dos melhores caçadores da região naquela época. Na minha casa nunca faltou carne de anta, paca, cateto, tatu, veado, sem falar que comíamos muito palmito, para dizer a verdade era dia sim e no outro também. O palmito, aqui na época era chamado de 'carne dos pobres', todas as famílias tinham em abundância. Funcionavam na cidade duas fábricas de palmito: A Fábrica de Palmito Regência e Fábrica de Palmito Erval.

Souto Maior (1996, p. 33), resumindo o processo de ocupação das terras pelas companhias colonizadoras, diz que:

[...] na vanguarda, como pelotão de frente, iam os desbravadores abrindo caminho na força do machado, foice, facão e serra braçal. Logo atrás, resfolegando, vinham os pistoleiros de aluguel ameaçando, espancando, incendiando ou, se necessário, tiroteando contra índios e posseiros, por acaso encontrados na área visada. Finalmente, fechando o processo inicial de colonização e ocupação das terras, chegavam, civilizados e educados, os engenheiros, topógrafos, contabilistas e corretores de terras. Feita a limpeza da área cobiçada ou em litígio, passada a fase do trabalho 'sujo', onde os Direitos Humanos na relação entre os posseiros e as empresas colonizadoras simplesmente viravam palavrão, aspiração e prática remota e inexistente, começava a fase da comercialização e capitalização. Rapidamente, as companhias colonizadoras investiam na montagem da estrutura que consistia no trabalho de metragem, divisão e venda dos lotes de 5, 10, 15 e 20 alqueires paulistas, paralelo ao estímulo, fundação e consolidação de povoados, vilas e cidades que serviam de base de irradiação das vendas dos lotes rurais, tornando-se no futuro, as metrópoles interioranas dos dias de hoje.

Para Souto Maior (1996, p. 32), nas áreas de colonização, a exemplo das demais experiências capitalistas de colonização, ocorreu a expulsão dos camponeses de suas posses através do uso da violência.

Ainda de acordo com este autor, o processo de colonização iniciava com a compra de glebas rurais por preços muito baixos ou por suspeitas de doações feitas pelos governos Estadual e Federal e se tornava, assim, um dos negócios mais rentáveis, pois os lucros eram praticamente certos e os riscos eram mínimos. Dessa maneira, o referido autor resumiu com propriedade as características de atuação das empresas colonizadoras.

A partir de 1960, houve uma redução gradativa da atuação das empresas privadas de colonização fato que levou a uma mudança organizacional na sociedade do Oeste paranaense, que, por sua vez, precisava também se adaptar às intensas mudanças técnico-científicas e produtivas pelas quais perpassava a sociedade mundial.

Numa sociedade mundial que vivia sob as disputas ideológicas entre socialismo e capitalismo, manifestações em prol de um ou de outro também eram frequentes no Brasil, mas como estes movimentos provocavam insatisfação em muitos grupos, principalmente entre os militares, o país foi tomado sob as rédeas curtas da ditadura militar, a partir de 1964.

O golpe militar alterava não só a estrutura política, mas também a organização econômica do país. Pois o governo obteve vários empréstimos para a construção de grandes obras, como usinas hidrelétricas, rodovias e pontes, e atraiu um grande número de indústrias estrangeiras para promover a industrialização do país. Desta forma, apesar da criação de instituições de pesquisa e centros de tecnologia, o Brasil ficou muito dependente de tecnologias estrangeiras, bem como de seus investimentos econômicos.

Para os agricultores que migraram para o Oeste do Paraná a partir de 1940 e que estavam habituados à policultura de subsistência através de técnicas consideradas rudimentares, com grande emprego de mão-de-obra familiar, a partir de 1960, surgiu uma nova fronteira a ser transposta: a implantação da monocultura através da modernização das técnicas produtivas. A partir daí, passa-se a priorizar a produção de soja, milho e trigo, defasando a produção de subsistência.

A política de modernização agropecuária foi intensificada a partir do Governo Militar. De acordo com Mertz (2000), em 1965, o governo criou a política de crédito

agrícola que inicialmente foi oferecida para os grandes proprietários, já usuários da tecnologia, e que só mais tarde foi expandida aos pequenos e médios proprietários para que estes também pudessem ampliar a mecanização.

Essa política de crédito vinha acompanhada de um

[...] pacote tecnológico, conhecido como a 'Revolução Verde' [...], que prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de alto rendimento, onde o seu aproveitamento efetivo estava condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos (SCHÖRNER, 2009, p. 64).

Para completar o cenário em que ocorreu a implantação da modernização agropecuária, Schörner (2009, p. 65) destaca que

[...] a conjuntura dos preços internacionais de matérias-primas, extremamente favorável, a adoção maciça de medidas eficazes do governo destinadas a impulsionar a modernização – como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica, serviços de extensão e preços mínimos – completaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira.

Entretanto, o processo de inserção na modernização não ocorreu de maneira igualitária, ou seja, essa celeridade de sua implantação não atingiu a todos os agricultores e nem ocorreu de maneira igual em todos os lugares.

Além da preferência, dada pelo governo, de acesso ao crédito pelos grandes proprietários, as regras impostas para a aquisição de máquinas dificultava ainda mais o acesso de pequenos e médios proprietários rurais, além de intensificar sobremaneira o desmatamento.

Para ter acesso ao financiamento, era exigido o desmatamento de pelo menos 10 ou 15 alqueires de área total para a compra de um trator e de 20 alqueires desmatados ou 30 de área total para a aquisição de uma colheitadeira, levando muitos produtores a constituírem sociedade na compra de maquinários e também a desrespeitarem a reserva legal de 20% de mata nas propriedades, exigida no Estatuto da Terra (GERMER *et al.*, 1982, *apud* MERTZ, 2000).

Segundo Mertz (2000), com a modernização, muitos dos pequenos agricultores foram expulsos do campo (proprietários, agregados e arrendatários),

pois a mecanização permitiu a produção de extensas áreas com pouca mão-de-obra, ampliando a produção monocultora, sob o binômio soja/trigo.

A mecanização demorou a se instalar na região devido à falta de tecnologias adaptadas às áreas menores e à falta de apoio inicial do Estado. Corroborando esta discussão, Schörner (2009, p. 64) escreve que:

No Brasil, o governo escolheu um modelo que se denominou modernização conservadora. Visando aumentar rapidamente a produção agrícola para exportação, o programa agrícola direcionou créditos aos grandes proprietários, favorecendo os setores sociais que apoiavam o regime militar e afastando, assim, qualquer indício de reforma agrária. Esse modelo contribuiu para a concentração da propriedade e do uso da terra, uma vez que expulsou do campo um grande número de pequenos agricultores, posseiros, proprietários, parceiros e arrendatários.

O mesmo pode ser constatado em Mertz (2000), quando diz que a partir da década de 1970, houve uma redução drástica de arrendamento e de propriedades ocupadas por parceiros e agregados.

Mas, segundo Mertz (2000), Marechal Cândido Rondon entrou em crise ainda na década de 1960, no início da modernização. Com a produção monocultora em larga escala na região, começaram a faltar alimentos básicos, com consequente elevação de preços. Com a ocorrência seguida de duas secas, percebeu-se a necessidade, novamente, da policultura.

A manutenção da pequena propriedade também foi percebida no comércio, pois suas vendas concentravam-se na época das colheitas. Com as secas, comerciantes e funcionários tinham consideráveis perdas econômicas, porque, na região, não eram produzidos nem os alimentos básicos, como a mandioca, a batata-doce, as frutas e as hortaliças, dentre outros.

O município de Marechal Cândido Rondon, como ocorreu posteriormente em outros municípios da região, incentivou a diversificação produtiva.

No início, segundo Mertz (2000), a produção de maior destaque era a criação de suínos, mas gradativamente eram ampliadas as produções de leite, aves, mandioca, hortaliças, embora os produtores não tenham deixado de destinar extensas áreas para a produção de soja, milho e trigo.

O autor ainda ressalta que, desde o início, ocorreu a ampliação da produção da suinocultura, do leite e das aves, com investimentos em melhoramento genético

(busca de novas raças), melhoramento da alimentação (rações balanceadas) e a adoção do sistema de integração entre produtor e indústria.

Com essas medidas, o produtor rural voltou a ter diversas fontes de renda, reduzindo, teoricamente, os riscos de falência. Mas, com a constante evolução técnica, que ampliava a produtividade, também ocorreu o aumento dos custos que, nem sempre, foi compensado pelos preços pagos. Fato que ainda no tempo presente promove a crise de muitos pequenos produtores.

A inovação tecnológica fez-se necessária porque a produção policultora, nesse segundo momento, passou a ter um objetivo muito mais de fornecedor de matéria-prima para a indústria do que para a produção de subsistência.

Por outro lado, difundia-se em praticamente toda a Região Oeste, a partir de 1970, a produção da hortelã, primeira produção monocultora a ser implantada, a qual permaneceu por um curto período devido à necessidade de solos muito férteis para seu desenvolvimento, contribuindo com a celeridade do desmatamento.

Bretas (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 262) ressalta que a extração de palmito e a produção de hortelã foram realizadas antes do processo de destoca. Sendo assim, as águas dos rios permaneciam claras e límpidas, com grande quantidade de peixes.

O plantio da hortelã era realizado em meio aos troncos de árvores, nas lavouras recém-derrubadas. Portanto, teria que ser realizado manualmente e, portanto, requeria grande empenho de mão-de-obra.

A mão-de-obra empregada neste processo produtivo teria que vir de outras regiões do país, pois não havia disponibilidade da mesma na região Oeste.

Scarpato & Böhm (2006, p. 87) ressaltam que:

O cultivo da hortelã ocasionou uma certa mudança na corrente migratória de nossa região [...] Com a implantação da hortelã, os *nortista* passaram a ser atraídos para as comunidades locais de maneira acelerada e numerosa, como forma de suprir a *necessidade* de mão-de-obra especializada. Os *nortistas*, como eram conhecidos pelas pessoas do sul, compunham-se em sua grande maioria de mineiros, baianos, pernambucanos e pequenos grupos vindos de outros estados do nordeste.

Ainda de acordo com Scarpato & Böhm (2006, p. 89), “Os nortistas trabalharam como arrendatários ou meeiros para os proprietários locais, e raramente possuíram terras [...]”, realizavam todo tipo de serviço nas lavouras, para o qual

recebiam por dia trabalhado ou por porcentagem. Além disso, viviam em casas de chão batido, com paredes feitas de lascas de madeira e cobertas com folhas de coqueiro ou tabuinhas.

O momento histórico em que ocorreu o incentivo da migração nortista para a Região Oeste do Paraná dificultou a estes migrantes o acesso à terra, pois a área já estava quase toda ocupada por sulistas e o preço das terras ainda disponíveis para negociação certamente era bem maior. Ou seja, em nenhum momento, os nortistas foram vistos, pela sociedade do Oeste do Paraná, como colonizadores, embora tenham contribuído sobremaneira com o desenvolvimento econômico da região.

De acordo com Alvarez (apud SOUTO MAIOR, 1996, p. 224), durante o período de produção da hortelã, Assis Chateaubriand recebeu cerca de duas mil mudanças por ano, pois, para a sua produção, era necessária muita mão-de-obra para a derrubada da mata e limpeza da terra até o cultivo e colheita da produção.

Scarpato & Böhm (2006, p. 90) também destacaram a ocorrência de uma explosão demográfica no município de Itaipulândia em decorrência da produção de hortelã.

O uso dessa mão-de-obra na produção da hortelã ocorreu num curto período de tempo, pois, em no máximo quatro anos, este tipo de produção depauperava, inviabilizando a continuidade da sua produção.

Ao fim dessa produção, em Itaipulândia, grande parte dos alambiques ali existentes foi transferida para o Paraguai, onde ainda havia matas nativas a serem exploradas que viabilizavam o cultivo da hortelã, motivando um processo migratório destes trabalhadores para o país vizinho (SCARPATO & BÖHM, 2006, p. 91).

Certamente que essa migração dos trabalhadores da hortelã não ocorreu somente pelo fim de sua produção, mas pelas características produtivas dos cultivos que a sucederiam.

Souto Maior (1996) também relata a intensa migração ocorrida no município de Assis Chateaubriand causada pelo fim da produção da hortelã, pela grande geada de 1975 que levou os cafeicultores do município a desistirem desta forma de plantio e pela mecanização para implantação de soja, que provocou a redução de 120 mil habitantes para 40 mil, ou seja, dois terços de sua população migraram para outras regiões em busca de novas oportunidades de trabalho.

Segundo Scarpato & Böhm (2006, p. 92):

Com o declínio do cultivo da hortelã e com a mecanização da maioria das lavouras, o algodão, o milho, o trigo e a soja passaram a predominar nas paisagens agrícolas da região. O algodão foi uma das poucas culturas que ainda aproveitou uma parte da mão-de-obra existente nas comunidades locais, no entanto boa parte das pessoas que haviam trabalhado nas lavouras de hortelã procuraram outras regiões para se estabelecerem, ou simplesmente ficaram no lugar exercendo outras atividades como arrendatários, diaristas (bóias-frias) ou peões de fazenda.

Para a realização da mecanização, era necessária a destoca das áreas, mas não eram todos os colonos que possuíam condições de adquirir esses maquinários, portanto precisavam contratar esses serviços.

Segundo Reginato (1979, p. 179), a destoca mecanizada custava ao produtor seis mil cruzeiros por alqueire, enquanto que cada alqueire valia dez mil cruzeiros, o que, quando somado, resultava que o agricultor precisaria de seis anos, empregando todo o seu lucro, para pagar a destoca.

Esse custo alto para a mecanização afastou muitos pequenos agricultores da modernização agropecuária, o que provocou a saída do campo também de proprietários de terras.

Bretas (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 262) diz que:

[...] quando começou o processo de destoca, as noites se enfeitavam como se fossem verdadeiras cidades. Saíamos à noite nas estradas viajando de Toledo para cá, daqui para Palotina e víamos aquelas centelhas no meio dos campos e todos os campos estavam como incendiados, porque eram aqueles tocos enfileirados como dizia na época, 'ilheiras', postos em ilheiras e aquilo queimava noite adentro, a noite inteira queimando, aquilo fazia um espetáculo impar. Durante o dia ficava tudo esfumaçado [...].

Com relação a este processo, Oliveira (*apud* SOUTO MAIOR, 1996, p. 292) relata:

Um fato curioso que nunca vou esquecer é quando iniciou o desmatamento em massa, pois o povoado crescia assustadoramente e se plantava muito hortelã, então os colonos queimavam as derrubadas e a noite ficava toda iluminada de vermelho, é como se estivesse pegando fogo no mundo. Apesar de ser uma imagem excepcionalmente linda, me causava muito medo, até hoje ainda sonho com todo aquele fogaréu do passado.

A queima dessas madeiras para possibilitar a entrada dos tratores para a realização da destoca deixava uma paisagem tão peculiar que não saiu da mente de muitas pessoas que viveram esta época. Um espetáculo que ao mesmo tempo era lindo e devastador.

Reginato (1979, p. 179) ressalta que, depois de destocado, o terreno ficava livre dos obstáculos, possibilitando a adoção da mecanização do meio rural. Essa foi considerada pelo autor como sendo “[...] de elevado sentido humanizante, contribuindo para suavizar o trabalho duro do agricultor, obrigado ao sol causticante, dez meses por ano”.

Vendo sob o âmbito da dificuldade do trabalho braçal, realmente a mecanização possui um sentido humanizante, o qual, por outro lado, é perdido quando causa inúmeros desempregos. Além disso, acelera a destruição da natureza que também causa problemas à humanidade.

Segundo Rodrigues (2009, p. 185):

A ocupação/ a produção destrutivas tornam-se dominantes em atividades antes denominadas como ocupação produtiva, em especial com a revolução agrícola, calcada no avanço da indústria química e na tecnologia, no uso intensivo de elementos químicos para ‘corrigir’ o solo, aumentar a ‘produtividade’, combater ‘pragas agrícolas’, que alteram a possibilidade de recomposição dos sais minerais, água e demais nutrientes. A ‘revolução agrícola’ promoveu o aumento da produtividade por um curto espaço de tempo, mas logo depois demonstrou que restringe a potencialidade para recuperação natural do solo e diminui progressivamente a produtividade agrícola.

Ainda segundo essa autora, a produção destrutiva e a ocupação produtiva fazem-se presentes também nas sociedades primitivas, mas a partir da revolução industrial, que trouxe avanços técnicos e a aceleração da produção, com o uso mais intensivo do espaço.

Esse uso mais intensivo do espaço era necessário para atender às expectativas de um país em processo também de industrialização. De acordo com Schörner (2009, p. 64), a partir da modernização agropecuária, houve maior integração entre o espaço agrário e o espaço industrial, onde, “[...] a agricultura, tradicional fornecedora de alimentos e matérias-primas, passou também a constituir importante mercado de bens de produção e de insumos industriais para utilização agrícola”.

Além da integração entre espaço agrário e industrial, houve uma ampliação geral da relação entre campo e cidade, pois o agricultor que até o momento produzia praticamente todos os alimentos necessários para sua subsistência passou a destinar grande parte de sua área para a produção monocultora e a adquirir parte dos alimentos, antes por ele produzidos, na cidade.

A modernização do campo provocou tanto o intenso processo migratório para a cidade (onde os migrantes buscavam beneficiar-se dos empregos, criados pelo desenvolvimento industrial) e de uma área rural para outra (contribuindo com o desenvolvimento capitalista, através do cultivo de produtos destinados à exportação e de matéria-prima para a indústria nacional) como a expulsão de trabalhadores do campo, os quais, ao venderem sua força de trabalho por salários baixos, buscavam a sobrevivência, quando não engrossavam o número de desempregados (SCHÖRNER, 2009, p. 43). Fato que corrobora essa discussão é que:

[...] ao analisar-se a migração como fenômeno sócio-político-econômico, a região de 'origem' [...] e a região de 'destino' [...] não são realidades estanques e nitidamente separadas, mas, sim, face e contraface da mesma moeda [...] não são propriamente as luzes da cidade que atraem os migrantes; a falta de reais condições de trabalho e de vida é que expulsa do campo, negando-se ao homem o direito de viver em sua própria terra (SCHÖRNER, 2009, p. 51).

Essas condições de expulsão e de atração são criadas pelas decisões políticas tomadas pelos governantes, as quais são consequência do poder econômico vigente.

Como exemplo, temos o Estado do Paraná. Quando houve o interesse em ocupar a sua área de fronteira, foram criadas condições para a instalação de pequenas propriedades rurais, que possibilitaram a celeridade ocupacional. Mas com a implantação da modernização agropecuária, o Governo não criou condições para a manutenção dessas. Em contrapartida, criou condições para a instalação das pessoas expulsas do campo nas cidades ou em outras regiões do país que até então ainda não estavam ocupadas.

Diante do exposto, Schörner (2009) ainda ressalta que a Região Oeste do Paraná, até a década de 1960, foi polo de atração de fluxo migratório. Passando, na década de 1970, para um polo de repulsa, onde a modernização do campo reduziu a necessidade de mão-de-obra, levando muitos trabalhadores a buscar emprego nas

idades mais desenvolvidas do país e outros a expandirem a ocupação de novas fronteiras agropecuárias do Brasil e do Paraguai.

Corroborando, Colognese, Gregory & Schallenberger *et al.*, (1999, p. 136) enfatizam que:

[...] a população liberada do campo não foi atraída em sua totalidade para as cidades menores, mas sim para os polos de maior urbanização, onde as alternativas de subsistência eram potencialmente maiores ou para outras frentes de colonização no Mato Grosso, Bahia e até mesmo no Paraguai e Bolívia. É isto que explica o crescimento negativo da população de Tupãssi ao longo dos últimos vinte anos.

Para Schörner (2009, p. 53):

Não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os migrantes a deslocarem-se no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição espacial da população, ou, especificamente, da força de trabalho 'livre'.

Para Schlosser (2000), os agricultores não optaram livremente pela modernização porque tiveram influência de programas e órgãos governamentais criados na época, como, por exemplo, a Associação de Crédito à Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e os programas de rádio que colocavam a necessidade do colono se modernizar para melhorar a sua qualidade de vida. Fato questionado pela autora, pois as máquinas que substituíam a mão-de-obra também obrigavam os filhos dos agricultores a migrarem para a cidade para trabalhar.

Corroborando esta discussão, Klein (2004 e 2006) também ressaltou a migração dos filhos de agricultores da comunidade de Linha Fazenda Branca, Novo Sarandi, município de Toledo, para a cidade, em decorrência da modernização agropecuária.

Embora os migrantes sejam impulsionados pela conjuntura, eles:

[...] não são apenas reflexos das forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem inseridos nelas; eles também são agentes do seu próprio movimento e, dessa forma, através de estratégias diversas, contribuem na configuração do processo migratório (SCHÖRNER, 2009, p. 52).

De acordo com Moreira (1993, p. 37), “Quando a formação econômico-social comporta diferentes modos de produção, um hegemoniza os demais, tecendo a unidade do todo”. Pois, para o mesmo autor, “Como qualquer meio de produção, como qualquer ‘condição de reprodução’, a natureza social do espaço é determinada pela natureza das relações de produção, em particular das de propriedade” (1993, p. 42).

Ainda segundo Moreira (1993, p. 38), a articulação estrutura-conjuntura ocorre de maneira dialética, pois “[...] é a estrutura econômica da formação econômico-social que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e formas)”.

Esses fatos são evidenciados tanto no processo de colonização quanto no de modernização agropecuária, quando são criadas políticas que contribuem com a celeridade de suas respectivas implantações.

Diante do exposto, pode-se concluir que, a partir da década de 1970, a implantação da modernização agropecuária hegemonizou a produção para adaptá-la aos mercados nacional e internacional, obrigando os produtores rurais a se adequarem ou a se excluírem do meio produtivo.

Para Evangelista (1986), a produção de soja foi a grande responsável pela modernização agrícola paranaense, pois levou, a partir de 1980, a uma maior produção de soja e maior concentração de terras e liberação de mão-de-obra do campo.

Resumindo, tem-se uma concentração fundiária de ordem considerada uma agricultura tecnificada, principalmente soja e trigo, chegando a 100% de mecanização o que consequentemente levou a liberação de mão-de-obra. Tornou-se um setor primário modernizado, através de uma política agrícola governamental, via crédito agrícola, custeio, investimento e comercialização, estabelecendo assim uma produção capitalista e uma divisão de trabalho cada vez mais definida (EVANGELISTA, 1986, p. 26).

Segundo ele, essa modernização pode ser percebida pela intensidade da mecanização ocorrida nas regiões e do uso de adubação química na implantação do binômio soja/trigo, sendo a região do Extremo-Oeste paranaense a que se inseriu nesse contexto de maneira mais intensa no estado. Para conseguir inserção nessas tecnologias, os agricultores recorriam a financiamentos bancários para os quais

havia diversas exigências que dificultavam o acesso dos mesmos aos pequenos proprietários.

Para a implementação da modernização agropecuária, o governo contava com a colaboração de diversos profissionais da área, dentre eles agrônomos que realizavam pesquisas justificando as medidas tomadas.

Um exemplo deste tipo de trabalho científico é o livro “Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas”, de Augusto Testa (1983). Segundo o autor, a fome e o crescimento populacional levavam à necessidade de um aumento de produção, e, para que isso ocorresse, era preciso o melhoramento das técnicas produtivas e o desmatamento de novas áreas produtivas, mesmo ressaltando que a produção de alimentos deveria ocorrer dentro dos países subdesenvolvidos, por serem os que mais sofriam com a fome. A justificava para a necessidade do desmatamento também serviu para fixar

[...] os nativos, reduzindo os fluxos migratórios e os fenômenos sociais, como o urbanismo, o desemprego de mão-de-obra não especializada, a marginalização de indivíduos frustrados, a formação de favelas, e, sobretudo, a improvisada e descontrolada invasão de grandes massas aos centros urbanos. A colonização, portanto, investe o plano social, isto é, estabelece a sociedade humana, fixando o homem a sua terra. A lembrança das dificuldades superadas pelo esforço coletivo será incentivo da confiança do homem no homem; isso criará um otimismo pelo futuro e formação de novos núcleos familiares, e empreendimentos econômicos felizes, que, elevando os rendimentos *‘per capita’* permitirá, com o acúmulo das reservas financeiras, chegar a estaca final, isto é, um prospero cooperativismo (TESTA, 1983, p.15).

Testa (1983) afirma, ainda, que é necessária a preservação de recursos naturais produtivos, mas os improdutivos economicamente devem ser substituídos por meios produtivos. Para ele, deve existir “uma ecologia pelo homem”, pois os discursos de ambientalistas estariam assassinando vidas que sofrem com a fome. O autor ressalta que

Enfim precisamos determinar o ambiente ecológico para o Homem [...] os povos deverão aprender a produzir os alimentos, mediante uma agricultura racional, removendo a cobertura vegetal natural improdutiva e colonizar, para enfim ser substituída como cobertura vegetal artificial produtiva de alimentos e madeiras industrializáveis; se este plano não for realizado em um prazo razoável e fome não abandonará o homem, e os quilômetros quadrados serão só uma expressão de medição topográfica (TESTA, 1983, p. 22).

Ainda segundo este autor, o desmatamento deve ser realizado para o aproveitamento das terras, e não somente para realizar a extração de madeiras. Também ressalta a necessidade de ter cuidado para que a realização deste cause o menor dano possível ao solo.

O mesmo autor propõe o desmatamento mecanizado, para reduzir os impactos no solo, os quais ocorrem de maneira mais intensa em áreas onde são realizadas queimadas. Para eliminar os restos do desmatamento, o autor propõe o amontoamento dos resíduos em leiras para a decomposição e defende que “O desmatamento não é um fim, mas um meio que deverá prever o escopo ao qual se destina a área desmatada. A operação em si deverá criar um solo agricultável [...]” (TESTA, 1983, p. 23).

Esse tipo de discurso abre margem para justificar o desmatamento de vastas áreas com ampliação da produção agropecuária que passam a produzir predominantemente soja que, em sua grande maioria, é utilizada na fabricação de ração para alimentação animal.

Com esse tipo de produção, o Brasil reduziu as áreas destinadas à produção de alimentos consumidos internamente, pois passou a atender às necessidades do mercado externo e das indústrias.

O que se percebe, de fato, não foi uma redução da fome e da miséria, mas, ao contrário, a sua ampliação, pois o desmatamento de áreas maiores veio acompanhado de intensa ampliação tecnológica, o que levou à substituição intensa de mão-de-obra, dificultando o acesso dos pequenos produtores ao mercado. Ao contrário do que expôs esse autor, o que ocorreu foi a expulsão dos povos nativos de suas terras, pois a colonização foi realizada através de migrantes de outras regiões já saturadas; ou seja, os problemas sociais aumentaram.

Evidencia-se ao longo dessa primeira parte da dissertação que ocorreu uma ocupação seletiva que não proporcionou o direito igualitário de exploração da natureza a todos os grupos sociais, além de alteração da preferencia a implantação da inovação da técnicas produtiva. Pois os pequenos agricultores atraídos para ocupar as terras da Região não receberam a mesma atenção com a implantação da monocultura mecanizada.

2. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

O objetivo da segunda parte desta dissertação foi o de analisar as implicações socioambientais provocadas pelo processo de ocupação agrícola da Região Oeste do Paraná que, por sua vez, resultou de diversos fatos históricos e políticos. Essa análise foi realizada em dois períodos históricos: um entre 1940 e 1960, e outro entre 1960 e 1980. Essa divisão temporal foi decidida devido a importantes acontecimentos que alteraram a relação do homem com o meio refletindo na alteração da produção espacial e de suas implicações socioambientais.

Entre 1940 e 1960 a Região Oeste paranaense foi marcada pelo processo de expansão das fronteiras produtivas do país através da participação do Governo, de empresas colonizadoras e de agricultores. Sendo assim, essa porção espacial deixa de ser uma área de exploração obragera e passa para a produção policultora de subsistência. Nesse processo de transformação produtiva e crescimento populacional as principais implicações socioambientais são os conflitos pela posse de terra, o preconceito em relação aos “nortistas”, a migração, o desmatamento e a queimada.

Já entre 1960 e 1980 o Oeste paranaense, assim como as demais regiões do país, passa pelo processo de modernização das técnicas produtivas que teve a colaboração do Governo, das empresas agropecuárias e dos agricultores, resultando em um sistema produtivo baseado na monocultura comercial. As implicações socioambientais predominantes nesse período foram o desemprego, o êxodo rural e a saída de pessoas da Região em direção à outras regiões do país ou do Paraguai, o uso e manejo inadequados, a erosão, o assoreamento e a ampliação do uso de agrotóxicos e adubos químicos, além da intensificação das que já ocorriam no período anterior.

Mas o que se entende por implicações socioambientais? Essas são implicações sociais e ambientais resultantes da relação de dominação e exploração dos recursos ambientais.

Segundo Porto-Gonçalves (2011, p.166) é da relação de domínio sobre a exploração dos recursos naturais que resultam a opressão e a exploração de determinados grupos, sendo que o desafio ambiental está em entender a complexidade da organização societária e os efeitos dela resultantes.

Considerando a Região Oeste do Paraná percebe-se que não foi dada a mesma oportunidade de domínio dessa exploração a todos os grupos étnicos e sociais não resultando em uma justiça social e ambiental. De acordo com Acselrad, Mello & Bezerra (2009, p.146) a luta por justiça ambiental deve ser feita considerando os direitos das comunidades tradicionais a uma proteção ambiental sem segregação sociocultural e acesso igualitário aos recursos naturais. Acesso esse não oportunizado da mesma maneira entre pessoas oriundas dos estados sulistas e de outras regiões brasileiras.

Sendo assim, para entender as implicações socioambientais, foi necessário analisar a dinâmica populacional, a distribuição de propriedade, as características de uso do solo e as técnicas produtivas utilizadas em cada período estudado.

Mas antes de analisar as implicações socioambientais é necessário ressaltar a organização administrativa das comunidades regionais, pois com base nessa organização serão realizadas as análises e interpretações dos dados.

Até o ano de 1951, o único município localizado inteiramente na atual área da Região Oeste paranaense era Foz do Iguaçu⁴ (FIGURA 7), mas à medida que as comunidades foram crescendo populacional e economicamente ocorreram os desmembramentos e a criação de novos municípios. Em 1951 desmembravam de Foz do Iguaçu os municípios de Cascavel, Guaíra e Toledo, e o de Guaraniaçu, já, nesse caso, de Laranjeiras do Sul (FIGURA 8). Dessa maneira a comparação dos dados que buscará avaliar sua evolução temporal, até 1960, será realizada apenas referente à área que já, em 1940, pertencia a Foz do Iguaçu.

Entre 1960 e 1970 foram criados na Região 14 novos municípios. De Foz do Iguaçu foram desmembrados Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Céu Azul, Matelândia e Santa Helena. Já de Guaíra, Terra Roxa e Palotina. De Cascavel desmembraram Corbélia, Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques e Nova Aurora. Assis Chateaubriand teve áreas desmembradas de dois municípios: Cascavel e Toledo. Desse último também foi desmembrado o município de Marechal Cândido Rondon. Já de Guaraniaçu desmembrou Catanduvas (FIGURA 9).

Em 1976 Nova Santa Rosa foi desmembrado de Toledo (FIGURA 10), porém a análise de dados por município, em 1980, não individualizará os mesmos, visando a comparação entre áreas iguais.

⁴ O então município de Foz do Iguaçu correspondia a 89% da área atual da Região Oeste do Paraná.

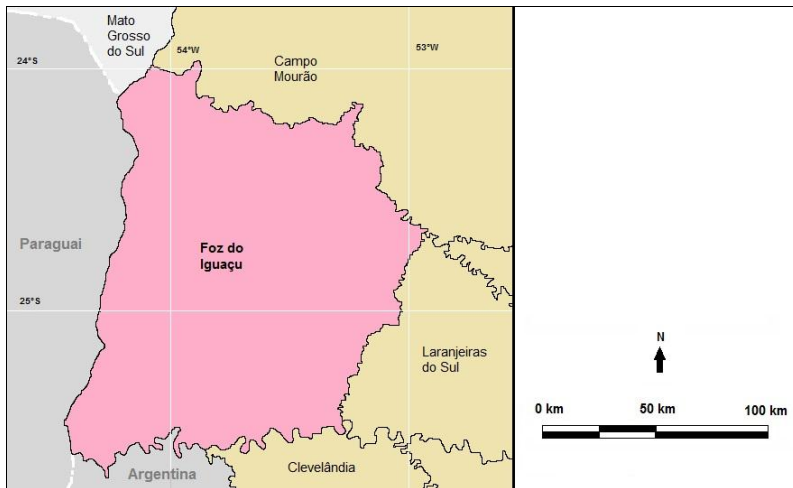


FIGURA 7 – Região Oeste do Paraná (1950)

Fonte: IPARDES Mapas, Base física e política
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

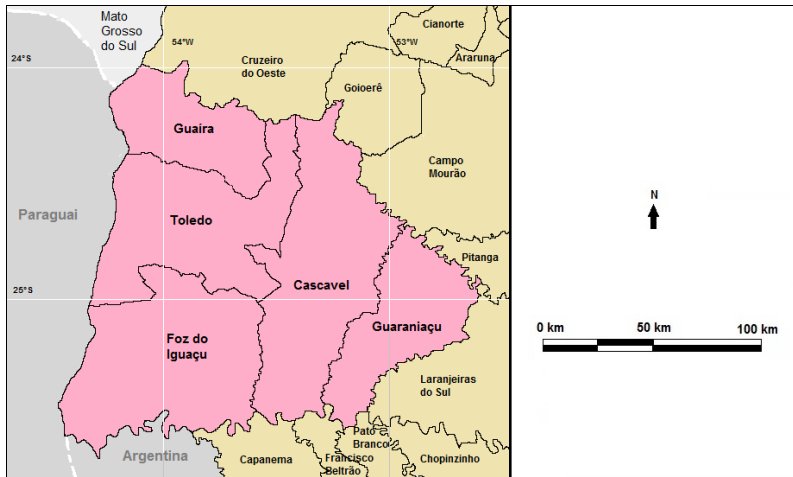


FIGURA 8 – Região Oeste do Paraná (1960)

Fonte: IPARDES Mapas, Base física e política
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

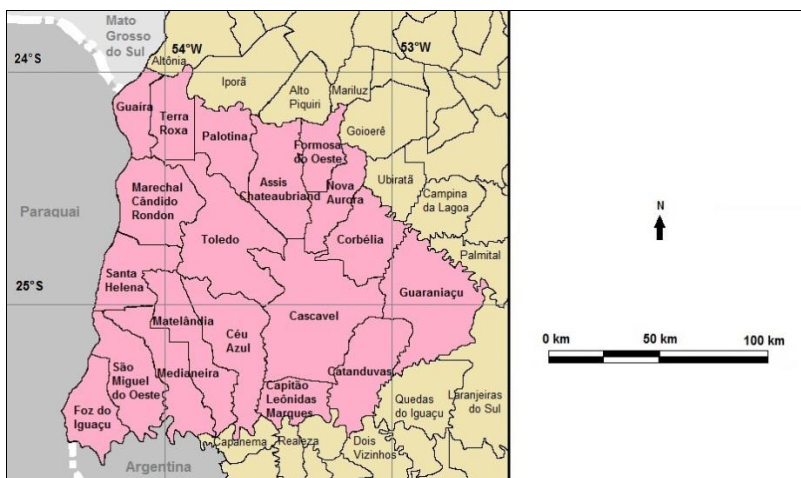


FIGURA 9 – Região Oeste do Paraná (1970)

Fonte: IPARDES Mapas, Base física e política
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

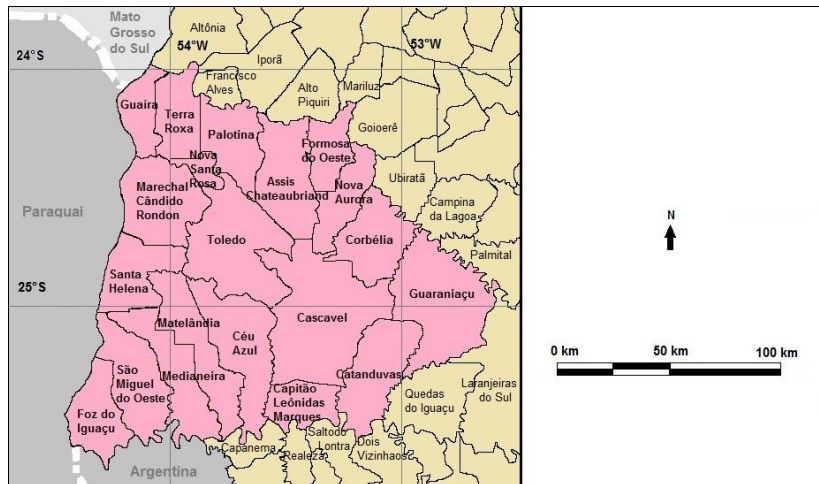


FIGURA 10 – Região Oeste do Paraná (1980)

Fonte: IPARDES Mapas, Base física e política

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

2.1. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS OCORRIDAS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1940 E 1960

O processo de ocupação populacional e produtiva, que estava de acordo com a política ocupacional de Vargas, na Região Oeste paranaense, ocorrido, principalmente, entre 1940 e 1960, teve como principais implicações socioambientais os conflitos pela posse de terra, o preconceito na escolha dos migrantes a adquirir as propriedades e decorrentes da mesma, a migração de pessoas para ocupar a Região, o desmatamento e a queimada para preparar a terra para o plantio e instalação da população. Sendo assim, neste item, serão analisadas a dinâmica populacional, a distribuição de propriedades, as características de uso do solo e as técnicas produtivas utilizadas na referida escala temporal e espacial, bem como as implicações socioambientais decorrentes.

As implicações socioambientais que marcaram esse período são resultantes da ocupação populacional dessa Região, pois as políticas ocupacionais colocadas em prática no Oeste paranaense a partir de 1940 contribuíram para a intensificação do processo migratório, principalmente nos anos de 1950, mais intensivamente na sua segunda metade (QUADRO 2).

Considerando que em 1940 a população total da Região, então representada apenas pelo município de Foz do Iguaçu (89% da área total), era de 7.644 habitantes, contata-se que o fluxo migratório até 1960 foi de aproximadamente 13 vezes essa população, que por sua vez contribuiu com o desmatamento e também

com a inserção da Região no cenário econômico estadual. Mas antes de fazer essa análise é necessário compreender um pouco mais sobre a dinâmica populacional nesse espaço.

QUADRO 2 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Estado do Paraná até 1960.

Período	Cascavel	Guaíra	Foz do Iguaçu	Toledo	Guarani- açú	TOTAL
Antes de 1950	3.369	817	1.546	700	2.464	8.896
1950 a 1954	6.010	1.385	3.067	6.744	4.516	21.722
1955 a 1960	18.591	16.257	14.503	13.350	7.685	70.386
TOTAL DE MIGRANTES	27.970	18.459	19.116	20.794	14.665	101.004
Percentual de migrantes	71%	86%	68%	84%	69%	75%
POPULAÇÃO TOTAL	39.513	21.386	28.079	24.774	21.284	135.036

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960, p.98.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

O estudo de muitos trabalhos científicos leva a entender que o processo migratório foi provocado pela atuação das empresas colonizadoras no Oeste paranaense, mas a migração igualmente ocorreu em áreas onde essas não atuaram. Um exemplo é Cascavel, que, conforme Piaia (2004) e Dias (2005), não teve a participação de colonizadoras privadas diretamente no processo de ocupação, mas mesmo assim possui 71% de migrantes na composição de sua população, e, o maior número desses entre os municípios da Região no período (QUADRO 2).

Portanto, pode-se concluir que a atuação dessas empresas não foi determinante para a ocupação da Região, embora possam ter influenciado indiretamente nas demais áreas, pois auxiliaram na organização espacial que atraía a vinda de outras pessoas. Ainda segundo os autores acima citados, as pessoas que não eram aceitas pelas colonizadoras adquiriam suas terras em áreas onde elas não influenciavam, como por exemplo, Cascavel.

A intensificação da migração na Região Oeste do Paraná da segunda metade da década de 1950 foi consequência, principalmente, do aumento da sua concentração nos municípios de Cascavel, Guaíra e Foz do Iguaçu, pois em Toledo e Guaraniáçu sua evolução ocorreu na mesma proporção que no período anterior (GRÁFICO 2).

O crescimento populacional da Região, nesse período, foi maior que a do Estado do Paraná. Entre os anos de 1940 e 1950, foi acima de 110%, sendo que o Estado teve um crescimento de cerca de 70%. Entre as décadas de 1950 e 1960,

houve um crescimento demográfico de quase 600% na Região, enquanto, no Estado, o índice alcançado foi de aproximadamente 100% (QUADRO 3).

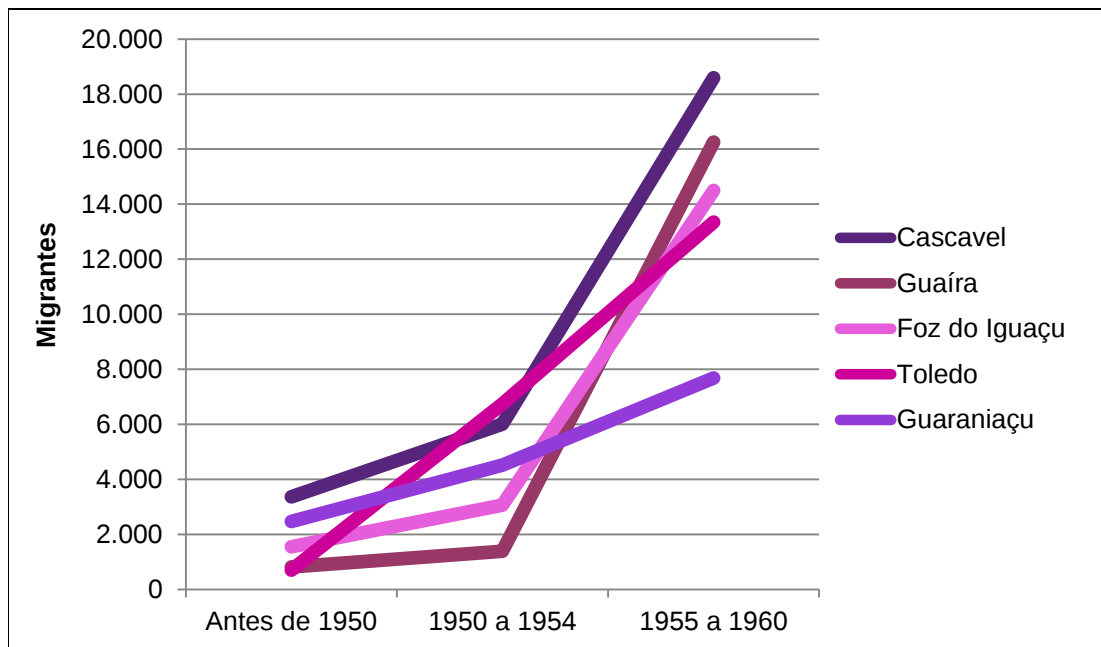


GRÁFICO 2 – Crescimento migratório para a Região Oeste do Paraná até a década de 1960.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960, p.98.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

QUADRO 3 - Crescimento populacional do Paraná e da Região Oeste do Paraná⁵ (1940 a 1960)

Ano	População		Densidade demográfica ⁶		Crescimento demográfico	
	Estado	Região	Estado	Região	Estado	Região
1940	1.236.276	7.645	6,18	0,38	-	-
1950	2.115.547	16.421	10,63	0,81	71,12%	114,79%
1960	4.268.239	113.752	21,45	5,66	101,76%	592,72%

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 51); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 65); Censo Demográfico de 1960 (p. 80).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Em 1960, o município que compunha o maior número de habitantes na Região era Cascavel (29,26% da população), reforçando a ideia de que municípios sem a ação direta das colonizadoras também atraíram importantes quantidades de pessoas. Na sequência aparece o município de Foz do Iguaçu (20,79%), seguido de Toledo (18,35%), de Guaíra (15,84%) e de Guaraniaçu (15,76%) (QUADRO 4).

⁵ Considera-se como Região Oeste do Paraná a área pertencente ao então Município de Foz do Iguaçu até 1950 e dos municípios dele desmembrados em 1951.

⁶ Conforme o Censo Demográfico de 1940 (BIBLIOTECA IBGE, p. X) a área do Paraná era de 199.897 km² e da Região Oeste do Paraná era de 20.278 km², considerando apenas o então município de Foz do Iguaçu.

QUADRO 4 – População da Região Oeste do Paraná em 1960

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	
	Absoluta	Relativa
Cascavel	39.513	29,26%
Foz do Iguaçu	28.079	20,79%
Guaíra	21.386	15,84%
Guaraniaçu	21.284	15,76%
Toledo	24.774	18,35%
TOTAL	135.036	100%

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960, p.80.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

O crescimento demográfico da Região, entre 1940 e 1960, resultou, sobretudo, da migração, sendo que os migrantes compõem em torno de três quartos da população regional, sendo que em Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaraniaçu correspondem a cerca de 70% da população, e, em Guaíra e Toledo os migrantes representam por volta de 85% da mesma (QUADRO 2 e GRÁFICO 3).

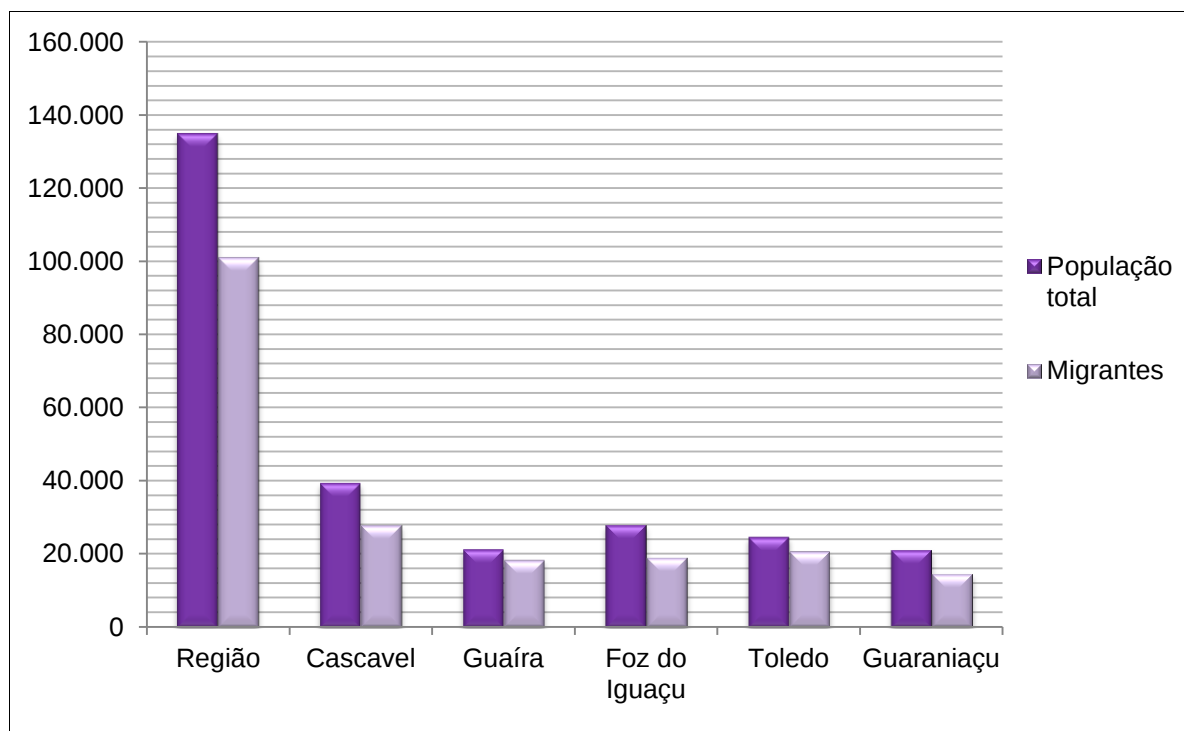


GRÁFICO 3 – Participação da migração na composição da população da Região Oeste do Estado do Paraná em 1960

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960, p.98 e p.79.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

A chegada de 101.004 migrantes em uma porção do espaço praticamente desprovida de infraestrutura trouxe dificuldades de adaptação ao novo lugar, embora essas tenham sido amenizadas, em alguns casos, devido ao fato de as empresas terem comercializado terras a um maior número possível de migrantes de uma

mesma comunidade ou de uma família, buscando afixar suas propriedades próximas umas às outras, conforme já destacado por Güths (2000). Mas, mesmo assim, aos primeiros que chegaram ao Oeste paranaense para se instalar em meio às densas matas, muitas vezes realizavam o trabalho de maneira árdua e solitária.

Como ressaltado por Schneider (2000) e Gregory (2002) além da opção por pessoas da mesma comunidade e/ou família, as colonizadoras priorizavam a comercialização das terras para agricultores sulistas descendentes de europeus, sendo dessa forma restringido o direito de propriedade e de exploração dos recursos naturais da Região a migrantes de outras regiões brasileiras, não atendendo a justiça ambiental proposta por Acselrad, Mello & Bezerra (2009).

A seleção de pessoas para ocupar a Região se caracteriza como uma atitude preconceituosa das empresas em relação às pessoas que não satisfaziam as características priorizadas pelas mesmas, além disso, incentivava, mesmo que indiretamente, atitudes preconceituosas dos migrantes sulistas em relação aos demais que por ventura viessem a migrar para essas terras.

QUADRO 5 – Participação da população rural e urbana na composição demográfica da Região Oeste do Estado do Paraná⁷ (1940 a 1960).

Ano	População rural		População urbana ⁸		População total
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	
1940	6.153	80,67%	1.432	19,33%	7.585
1950	12.613	79,35%	3.282	20,65%	15.895
1960⁹	85.862	76,73%	26.043	23,27%	113.752 ¹⁰

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 169); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 123); Censo Demográfico de 1960 (p. 89).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Conforme apontam Wachowicz (1987), Silva, Bragagnollo & Maciel (1988), Colodel (1988), Güths (2000), dentre outros, o que atraía os migrantes para o Oeste do Paraná, além do baixo preço das terras, era a promessa de condições naturais favoráveis à produção agropecuária. Dado confirmado devido à participação da população domiciliada na área rural, que nos anos de 1940 a 1950 compunham

⁷ Considera-se como Região Oeste do Paraná a área pertencente ao então Município de Foz do Iguaçu até 1950 e dos municípios dele desmembrados em 1960.

⁸ Como população urbana entende-se a soma da chamada população urbana e suburbana, conforme o Censo do IBGE.

⁹ A população urbana e rural foi obtida de acordo com o setor de atividade de dependência da população da Região, que coincide com o total da população.

¹⁰ Na soma do total da população estão incluídos os inativos.

cerca de oitenta por cento do total de habitantes da Região, reduzindo para 76, 73% em 1960 (QUADRO 5).

As características que chamavam a atenção dos migrantes eram o solo, o clima e a declividade favoráveis à prática da agricultura, além da vegetação densa que conotava as condições necessárias para a fertilidade das terras do Oeste paranaense.

A Região era coberta por vegetação típica de clima úmido, que fazem parte do bioma da mata atlântica, sendo floresta de araucária na sua porção mais a leste, onde, de acordo com a classificação climática de Köppen, predomina o clima Cfb (clima temperado úmido com verão temperado), e, floresta pluvial mais a oeste, onde predomina o clima Cfa (clima temperado úmido com verão quente), conforme pode ser observado nas FIGURAS 11 e 12.

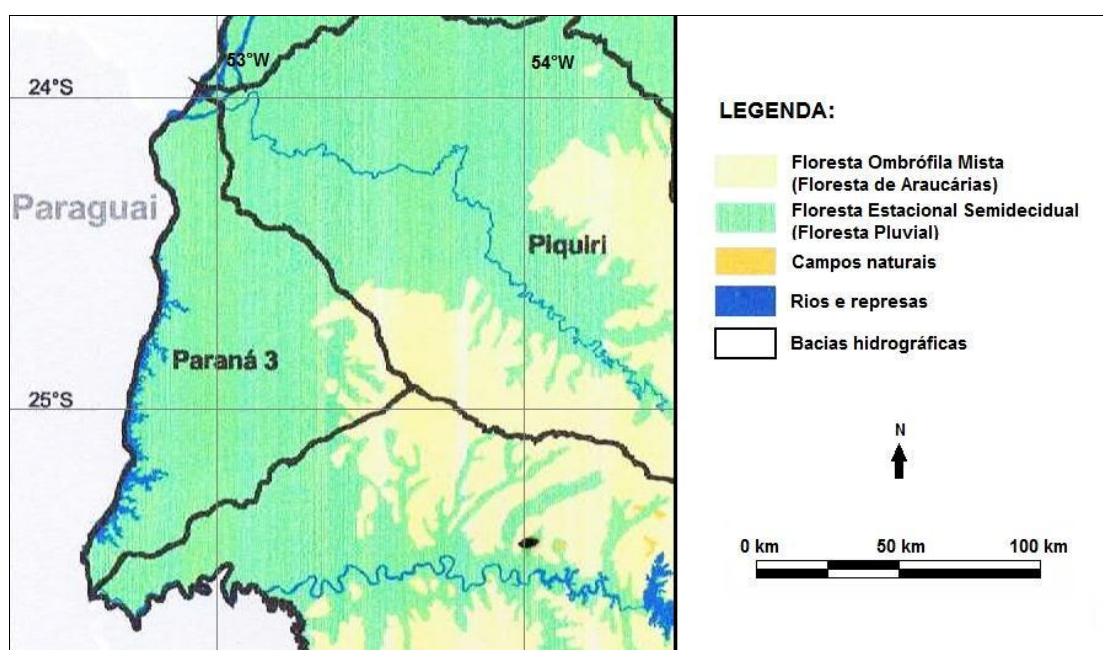


FIGURA 11 – Cobertura vegetal nativa – Região Oeste do Paraná

Fonte: IPARDES Mapas, Base ambiental.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

As características climáticas associadas aos solos férteis, predominantemente Latossolos e Nitossolos (Figura 13), que possuíam fertilidade aumentada pelos restos de matéria orgânica deixadas pela floresta, e sua localização em áreas de planalto, com declividade preponderante de até 20% (FIGURA 14), configuravam características de aptidão para a produção agrícola em praticamente todo Oeste paranaense.

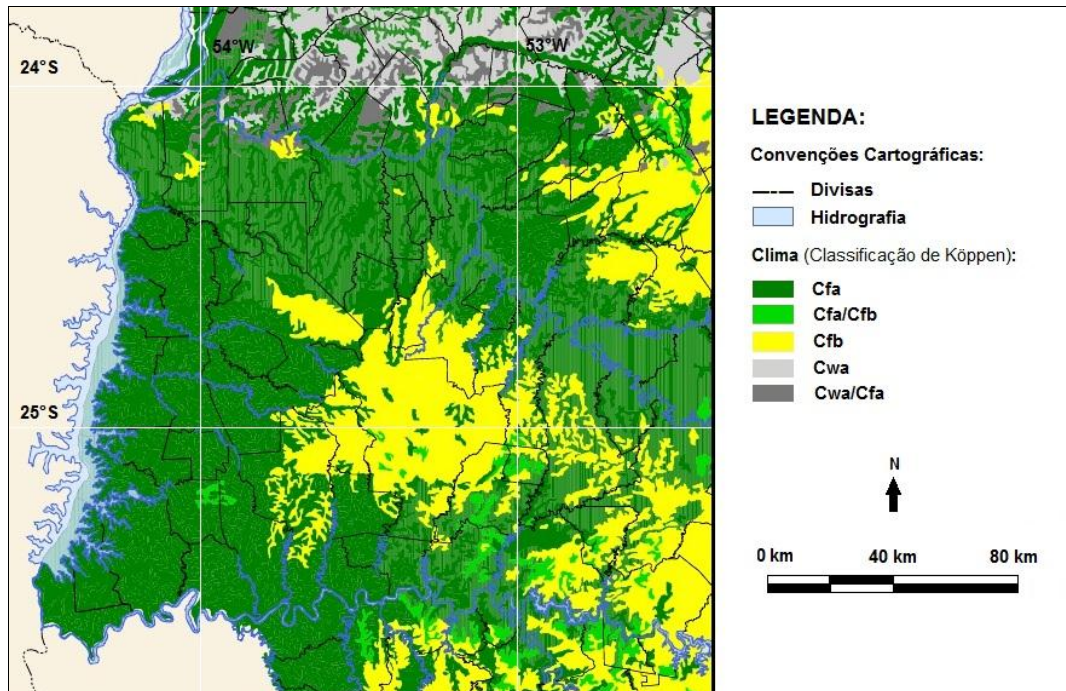


FIGURA 12 – Clima (Classificação climática de Köppen) – Região Oeste do Paraná

Fonte: ITCG, Dados e informações geoespaciais temáticos.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

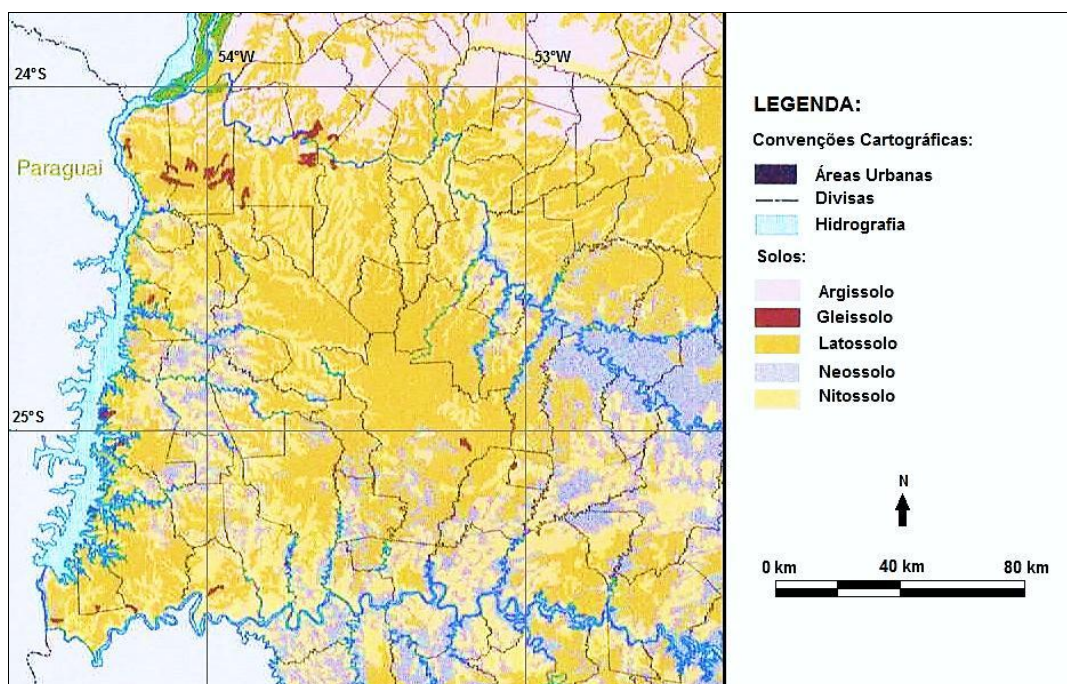


FIGURA 13 – Solo – Região Oeste do Paraná

Fonte: ITCG, Dados e informações geoespaciais temáticos.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Porém para a instalação dos migrantes e para a consequente implantação da produção agropecuária, era necessária a derrubada das matas. Com a abertura das clareiras na mata, as casas eram construídas para abrigar novos moradores

(FIGURA 15). Após a construção das casas, iniciava-se o processo de preparação da terra para a produção de alimentos para a subsistência dessa população. O primeiro passo era a derrubada da mata, seguida pela queimada. O uso agrícola era feito ainda em meio aos restos de madeira, conforme pode ser observado na FIGURA 16.

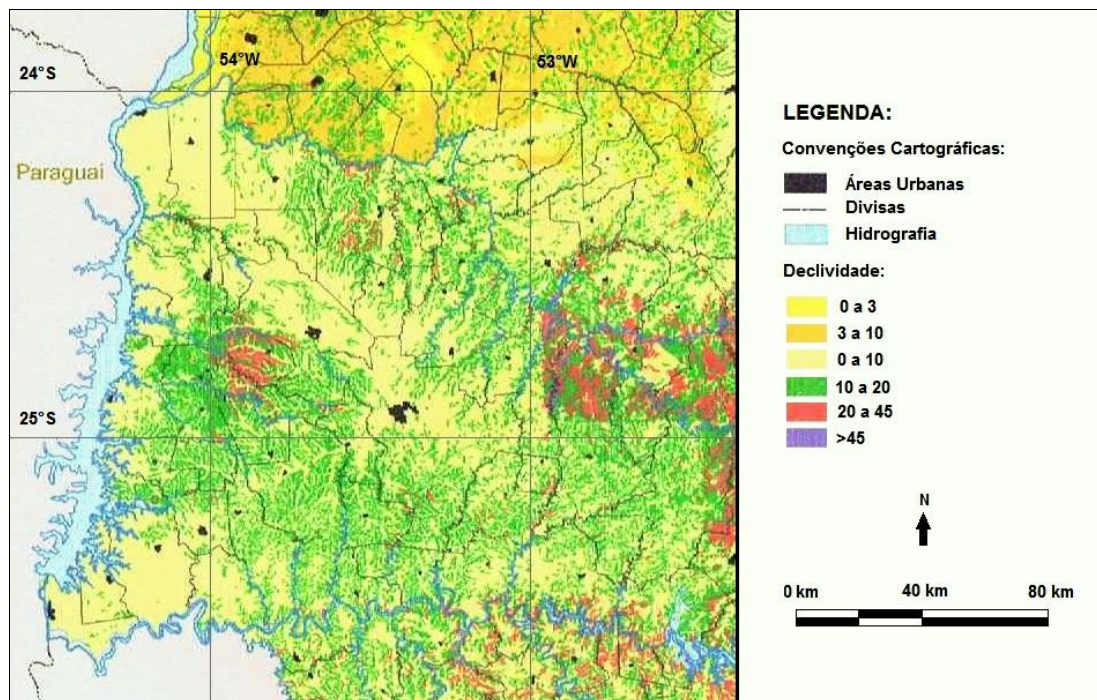


FIGURA 14 – Declividade – Região Oeste do Paraná

Fonte: ITCG, Dados e informações geoespaciais temáticos.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Nesse processo, eram queimadas madeiras que poderiam ser utilizadas na fabricação de móveis e de tábuas. De acordo com Scarpato & Böhm (2006) apenas as árvores de maior valor comercial eram vendidas ou utilizadas na construção de casas.

A mesma figura retrata o cultivo de arroz, comum na Região durante o período de colonização e que, atualmente, raramente é encontrado, pois, conforme já mencionado, predominava a prática da policultura de subsistência.

Essa forma de cultivo permitia, mesmo que inconscientemente, uma maior rotatividade de cultura, que reduzia o desgaste do solo, mas, por outro lado, não era comum a utilização de adubação de nenhuma natureza, pois o solo possuía nutrientes remanescentes de sua cobertura florestal que proporcionava, nos

primeiros anos, produções expressivas. Mas, com o uso constante, esse solo acabou perdendo nutrientes e se tornando mais frágil.

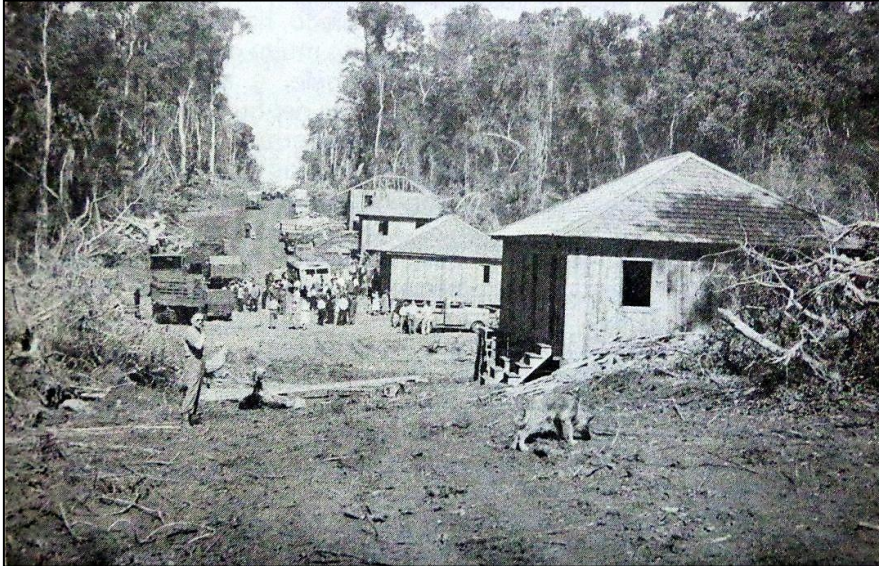


FIGURA 15 – Derrubada de matas para a instalação dos migrantes em Palotina, Região Oeste do Paraná.

Fonte: Reginato (1979, p. 93).



FIGURA 16 – Plantação de arroz em meio a restos da mata recém-derrubada em Maripá, Região Oeste do Paraná.

Fonte: Reginato (1979, p. 174).

Analisando o QUADRO 6, percebe-se que boa parte das atividades agropecuárias em 1940 era voltada à exploração florestal, pois metade da área dos estabelecimentos agropecuários era utilizada com essa finalidade, mais de um

quarto dessa área não era explorada economicamente, 9,2% eram destinados à implantação de lavouras temporárias e 7,3% para a utilização de pastagens.

QUADRO 6 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída de acordo com o tipo de uso¹¹, na Região Oeste do Paraná¹² em 1940.

Estabelecimentos recenseados	Área (ha)							
	Em exploração					Não explorada	Improdutiva	TOTAL
	Lavouras		Pastagens	Matas	TOTAL			
	Permanentes	Temporárias						
420	1.551	7.374	5.880	40.223	55.028	24.716	289	80.033

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 243).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Comparando o crescimento demográfico de 1940 a 1950, o mesmo não condiz com o número de estabelecimentos agropecuários. Em 1950, percebe-se uma redução desses estabelecimentos e também da área destinada para a exploração agropecuária (QUADRO 7). Isso ocorre, pois nesse período, as áreas passaram por uma reconfiguração de propriedade, ou seja, terras que eram exploradas pelos obrageros foram transferidas através de compras ou doações para as empresas colonizadoras, particulares, de capital nacional, a fim de serem loteadas e comercializadas para a intensificação da ocupação espacial da Região Oeste do Paraná por brasileiros.

QUADRO 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída de acordo com o tipo de uso, na Região Oeste do Paraná¹³ em 1950.

Estabelecimentos	Área (ha)								
	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras incultas	Improdutiva	TOTAL
	Permanentes	Temporárias	Naturais	Plantadas	Naturais	Reflorestadas			
387	158	4.053	2.377	1.771	18.550	362	6.301	483	34.055

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 177).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Em 1950, mais de 55% da área dos estabelecimentos agropecuários era coberta por matas, enquanto o restante era dividido em lavouras temporárias (12%), pastagens (12%), terras incultas (terras não utilizadas, mas em condições de uso para fins de lavoura e pastagem – 19%) e área improdutiva (2%).

¹¹ O termo usado pelo IBGE é: condições de utilização.

¹² Em 1940 o único município que possuía toda a sua área dentro dos limites da atual Região Oeste do Paraná.

¹³ Em 1950 o único município que possuía toda a sua área dentro dos limites da atual Região Oeste do Paraná.

Percebe-se que em decorrência da redução da área total de estabelecimentos agropecuários, entre 1940 e 1950, houve também uma redução da área destinada aos diversos tipos de uso tendo aumentado apenas a área considerada improdutiva (QUADROS 6 e 7).

A ampliação da área improdutiva resultou da alteração das características de apropriação dos recursos naturais. Durante a atividade obragera era realizada a exploração dos recursos oferecidos pela floresta presente na Região, porém com a atividade agrícola era necessária a extração da mesma, e muitas vezes o solo não oferecia as condições favoráveis à agricultura por se localizar em áreas íngremes e/ou ser pouco desenvolvido.

Na área que até 1950 compreendia o município de Foz do Iguaçu, de 1950 a 1960 houve um aumento de quase 3000% no número de propriedades, enquanto a área dessas aumentou cerca de 1300%. Até esse período, a área dos estabelecimentos coberta por matas ainda atingia cerca de 50% (QUADRO 8), o que não significa dizer que não houve aumento de desmatamento, pois, com o incremento no número de estabelecimentos agropecuários e da área a eles destinada, a derrubada das matas foi uma consequência natural devido às necessidades de sobrevivência dos agricultores que migraram para a Região.

QUADRO 8 – Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída de acordo com o tipo de uso, segundo os municípios da Região Oeste do Paraná em 1960.

Área (ha)										
Muni- cí- pios	Esta- beleci- mentos	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras incul- tas	Impro- dutiva	TOTAL
		Perma- nentes	Tempo- rárias	Natu- rais	Plan- tadas	Natu- rais	Reflo- resta- das			
Gnu	2.412	2.273	22.671	13.740	2.999	61.065	4.503	43.328	374	150.953
Cvl	4.621	8.015	35.428	3.170	10.333	119.280	2.433	41.151	3.006	222.816
Igu	1.503	5.190	9.376	648	7.870	57.909	1.659	2.425	1.212	86.289
Gua	2.711	3.192	24.314	571	5.725	32.500	126	334	269	67.031
Too	2.738	2.943	19.522	1.034	5.527	60.909	1.154	1.957	888	93.934
SM¹⁴	11.573	19.340	88.640	5.423	29.455	270.598	5.372	45.867	5.375	470.070
Gnu: Guaraniacu; Cvl: Cascavel; Igu: Foz do Iguaçu; Gua: Guaíra; Too: Toledo; SM: Soma										

Gnu: Guaraniaçu; **Cvl:** Cascavel; **Igu:** Foz do Iguaçu; **Gua:** Guaíra; **Too:** Toledo; **SM:** Soma

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Considerando a Região Oeste como um todo, em 1960, havia 279.485 ha dos estabelecimentos agropecuários desprovidos de cobertura florestal, que significava

¹⁴ Soma dos municípios, com exceção de Guaraniaçu que não foi desmembrado de Foz do Iguaçu.

um desmatamento de 12% em relação à área total da Região, (2.285.100 ha). Em 1950 esse desmatamento representava 1% da área total (QUADRO 9).

QUADRO 9 – Área desmatada nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste paranaense (1950 – 1960)

Custo para desmatar (1950 - 1960)								
	Estabe- leci- mentos	Área (ha)						Percentual de área desma- tada ¹⁵
		Matas			Desma- tada	TOTAL		
		Naturais	Plantadas	Total		Estabele- cimentos	Mesor- região	
1950 ¹⁶	387	18.550	362	18.912	15.143	34.055	2.285.100	1%
1960	13.985	331.663	9.875	341.538	279.485	621.023	2.285.100	12%

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 177); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

O aumento do desmatamento para a instalação de atividades agrícolas no Oeste paranaense decorreu do tempo de ocupação associado à necessidade de produzir alimentos, para subsistência e excedentes, e de construir casas por parte dos agricultores migrantes. Essa ampliação não foi maior devido às técnicas existentes à época para o desmatamento e para as atividades agrícolas.

Cabe ressaltar que os números de desmatamento tratados nesta dissertação referem-se apenas ao mesmo em áreas utilizadas para atividades rurais, sendo assim, o total dessas desprovidas de cobertura florestal é ampliada quando somadas as áreas das sedes municipais e distritais.

Os números apresentados demonstram que a ocupação da Região Oeste do Paraná, para reduzir o desmatamento, conforme diziam pretender os governantes, não se confirmaram, pois os colonos precisavam produzir para o seu sustento e também produzir excedentes para conseguir saldar suas dívidas com as empresas colonizadoras. Consequentemente, precisavam também desmatar.

Dessa maneira, pode-se concluir que essa forma de ocupação agride mais intensamente o meio natural do que o sistema obragero que coletava a erva-mate sem necessariamente derrubar as árvores, o que não era possível com a produção baseada na exploração de lavouras e pastagens.

A partir dos dados obtidos nos censos de 1940, 1950 e 1960, é possível perceber uma evolução do percentual da área utilizada para a produção

¹⁵ Percentual da área desmatada, em estabelecimentos agropecuários, calculado em relação à área total da Região.

¹⁶ Dados referentes apenas ao então município de Foz do Iguaçu, mas o percentual de área desmatada foi calculado em relação à área total da Região.

agropecuária, considerando-se a área destinada à pastagem e lavoura, com destaque para a implantação de lavoura temporária. Outra característica que merece destaque é a inexistência de áreas consideradas como não exploradas nos censos de 1950 e 1960. Além disso, nesse período houve redução do percentual de áreas de terras incultas, isso devido à ocupação produtiva das áreas já ter se intensificado devido ao tempo de chegada de migrantes na Região (GRÁFICO 4), sendo que essas eram terras que haviam sido preparadas para a exploração produtiva, mas não usadas, devido à falta de tempo para realizar tal tarefa concomitantemente à prática do desmatamento.

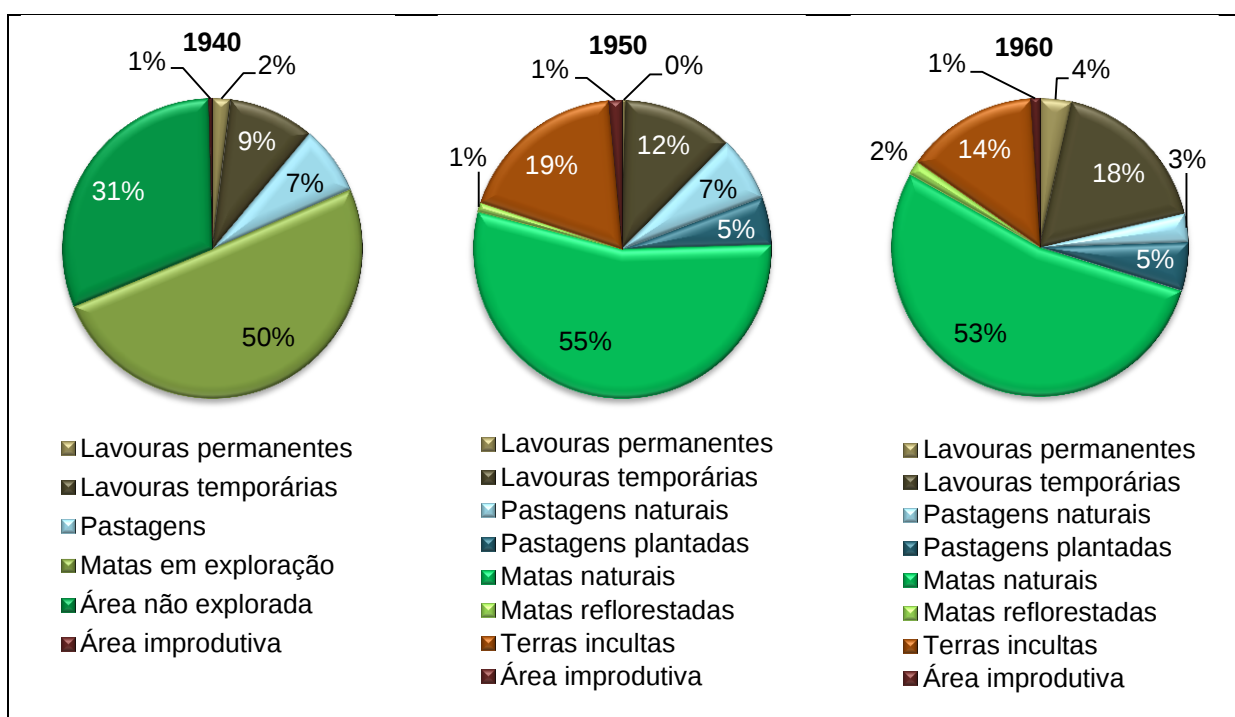


GRÁFICO 4 – Quadro comparativo do percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pelo tipo de uso produtivo, entre 1940 e 1960.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 243); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 177); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

É necessário destacar, no GRÁFICO 4, a ampliação do percentual de área coberta por matas naturais, de 1940 a 1950. Isso ocorre porque no censo de 1940 é discriminada a área não explorada, que também não é desmatada, e, portanto, soma-se à área de matas em exploração, totalizando 81% da área dos estabelecimentos agropecuários com cobertura floresta. Esse item não se faz necessário nos demais censos, pois o que configura área não explorada é a

cobertura florestal, mas se fazia necessária anteriormente devido a realização de atividades econômicas a partir dos recursos florestais.

Observando o GRÁFICO 5 é possível constatar o tipo de uso das terras nos diversos municípios da Região em 1960. É perceptível que Foz do Iguaçu e Toledo possuem um percentual de área dos estabelecimentos agropecuários coberta por matas acima da média regional, porém, Guaíra possui a maior porcentagem de área explorada economicamente através de lavouras e pastagens.

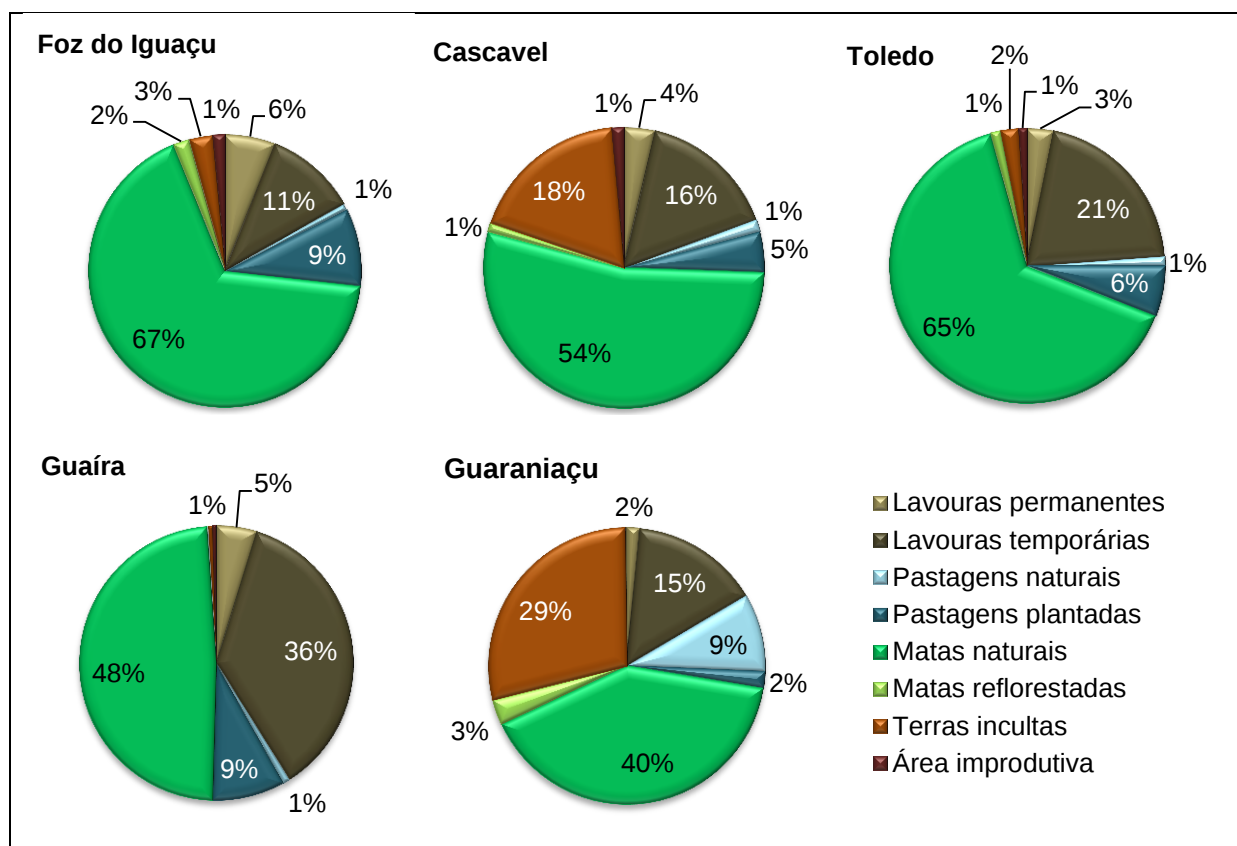


GRÁFICO 5 – Percentual da área total de estabelecimentos agropecuários dos municípios da Região Oeste do Estado do Paraná, distribuída pelo tipo de uso (1960).

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Outra característica que merece atenção especial é a existência de terras incultas. Os municípios de Cascavel e de Guaraniaçu possuem um percentual acima dos demais (GRÁFICO 5), características de uma ocupação produtiva menos avançada. Essa pode resultar do tempo de chegada da população, ou, da maneira de realização das atividades em que, alguns implantaram as lavouras à medida que

realizam o desmatamento, outros realizaram desmatamento de grandes áreas e inseriram a produção em ritmo mais lento.

Mas, para minimamente compreender como era realizada a produção agrícola durante esse período, há que se destacar o número e as características das máquinas e dos instrumentos agrários utilizados nessa prática (QUADRO 10).

QUADRO 10 – Máquinas e instrumentos agrários e de defesa agrícola, recenseados nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná (1940-1960)

Ano	Municípios	Estabelecimentos	Tratores	Arados		Grades	Rolos	Semeadeiras	Cultivadores	Pulverizadores
				Disco	Aiveca					
1940	Foz do Iguaçu	420	-	-	41 ¹⁷	26	24	11	2	-
1950	Foz do Iguaçu	387	-	6	111	20	1	81	-	9
1960	TOTAL¹⁸	11.573	60	250	2.384	137	-	15	97	394
	Cascavel	4.621	3	113	351	47	-	2	79	8
	Foz do Iguaçu	1.503	9	47	205	22	-	1	1	10
	Guaíra	2.711	16	17	219	28	-	11	14	366
	Toledo	2.738	32	73	1.609	40	-	1	3	10
	Guaraniaçu	2.412	7	35	296	34	-	5	1	1

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 255); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 192); Censo Agrícola de 1960 – 2ª parte (p. 48).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Observando o QUADRO 10, é perceptível que, de 1940 a 1950, apesar de ter ocorrido uma redução no número de estabelecimentos agropecuários, houve uma ampliação significativa do número de arados de aiveca e de semeadeiras, ambos movidos a tração animal, provocada pela alteração das características produtivas da Região. Antes de 1940, predominava a exploração florestal e, a partir de então, passou a se intensificar a produção agrícola.

Mas essa produção é ainda mais intensificada com o aumento do número de propriedades agropecuárias de 1950 a 1960, resultando também na ampliação do número de maquinários e demais equipamentos.

A partir desse período, destaca-se também a aquisição dos primeiros tratores, com maior concentração no município de Toledo, 32 tratores, seguido de Guaíra, com 16 (QUADRO 10), fato que contribuiu com o maior percentual de área destinada ao uso de lavouras temporárias e menor índice de terras incultas nesses municípios (GRÁFICO 5).

¹⁷ No censo não há discriminação de qual o tipo de arado, porém deduz-se que todos os arados sejam de aiveca, por não haver tratores.

¹⁸ Soma dos municípios, com exceção de Guaraniaçu que não foi desmembrado de Foz do Iguaçu.

Mesmo assim, percebe-se que, em 1960, o uso de força mecânica ainda era reduzido, dada a menor quantidade de arados de disco, de tração mecânica, em relação ao número de arados de aiveca, movidos a tração animal, e o reduzido número de tratores em relação à quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes.

Cabe ainda destacar do QUADRO 10 o grande número de pulverizadores existentes no município de Guaíra em relação aos demais municípios da Região, muito embora não se tenha conhecimento do motivo.

Os dados até então apresentados permitem perceber uma intensificação do uso e apropriação dos recursos naturais pelo homem na porção espacial em estudo, principalmente com o início da tecnificação das atividades ocupacionais.

Pode ainda ser observada uma seleção dos recursos naturais a serem utilizados pelo homem. Tendo como base o GRÁFICO 4, evidencia-se que em 1940 predominava o extrativismo vegetal, ou seja, o homem necessitava da floresta e da madeira para a realização de sua atividade econômica. Porém, a partir de 1950 a exploração econômica voltou-se para a agricultura de subsistência necessitando do solo para a realização das atividades, provocando o desmatamento e a destruição dos restos de madeira para possibilitar a preparação do solo para o uso agrícola.

Entre 1940 e 1960 houve aumento do número de propriedades na Região Oeste do Paraná e redução do tamanho médio das mesmas (QUADRO 11). Conforme indicado por Colodel (1988), Güths (2000), Gregory (2002), entre outros, essa redução gradativa, ocorreu em decorrência da preferência dada pelas empresas colonizadoras e pelo Governo à comercialização e à titulação de pequenas propriedades.

QUADRO 11 – Média de área (ha) por estabelecimento na Região Oeste do Paraná (1940 - 1960)

Ano	Estabelecimentos	Área (ha)	Média
1940	420	80.033	190
1950¹⁹	387	34.055	88
1960	13.985	621.023	44

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 285); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 155); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

¹⁹ A redução do número de estabelecimentos e da área dos mesmos em relação ao censo anterior decorre da transição da atuação das fazendas de exploração de erva-mate para a ação das empresas colonizadoras, sendo que haviam sido comercializadas poucas áreas de terra até então.

Mesmo com essa forma de atuação da maioria das colonizadoras, o tamanho médio de propriedades não atingiu uma homogeneidade na Região. Ao se observar o QUADRO 12, percebe-se uma variação entre a área média dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Toledo e Guaíra em relação a Foz do Iguaçu e Guaraniaçu, a qual, possivelmente, é consequência das diferentes formas ocupacionais implantadas.

QUADRO 12 – Média de área (ha) por estabelecimento nos diferentes municípios da Região Oeste do Paraná em 1960

	Estabelecimentos	Área (ha)	Média
Cascavel	4.621	222.816	48
Foz do Iguaçu	1.503	86.289	57
Guaíra	2.711	67.031	25
Toledo	2.738	93.934	34
Guaraniaçu	2.412	150.953	63

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 17).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

No QUADRO 13, percebe-se que em 1940 a distribuição próxima do número de propriedades até 100 há (223 estabelecimentos) e de 100 ha e mais (196 estabelecimentos), enquanto que quase totalidade da área dessas propriedades era destinada às de 100 ha e mais (63.368 ha), caracterizando a concentração de terras nas fazendas de exploração de madeira e erva-mate, que ainda não haviam sido negociadas com as empresas colonizadoras que atuavam a partir de então.

Já em 1950, evidenciou-se que três quartos das propriedades possuíam até 100 ha (296 estabelecimentos), mas dois terços da área dos estabelecimentos agropecuários pertenciam a proprietários com áreas de 100 ha e mais (20.793 ha – QUADRO 13), demonstrando que a maior parte das terras do Oeste paranaense era distribuída em médias e grandes propriedades²⁰.

Mas, em 1960, observando o QUADRO 13, identificou-se maior concentração do número de propriedades e de área entre 20 ha e 50 ha (4.789 estabelecimentos somando 140.252 ha). De acordo com Colodel (1988) e Gregory (2002) o tamanho de propriedades priorizadas pela maioria das colonizadoras era em torno de 24 ha, sendo assim, pode se dizer que esse objetivo foi, em partes, atendido.

²⁰ De acordo com o Incra (2011) a pequena propriedade possui de 1 a 4 módulos fiscais (até 72 ha), a média propriedade de 4 a 15 módulos fiscais (até 270 ha) e a grande propriedade acima de 15 módulos fiscais, sendo o Módulo fiscal da Região Oeste do Paraná de 18 ha.

QUADRO 13 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná segundo o tamanho das propriedades (1940 a 1960).

	1940		1950		1960	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 5 ha	-	-	4	16	885	3.333
De 5 a menos de 10ha	2	(x)	5	37	1.382	10.037
De 10 a menos de 20 ha	57	848	32	469	2.554	34.312
De 20 a menos de 50 ha	125	3.546	150	4.697	4.789	140.252
De 50 a menos de 100 ha	39	3.247	105	8.043	1.266	88.861
De 100 a menos de 200 ha	78	11.572	67	10.915	434	57.148
De 200 a menos de 500 ha	65	19.216	17	4.557	179	50.188
De 500 a menos de 1000 ha	45	32.580	6	3.385	31	21.387
De 1000 ha e mais	8	(x)	1	1.936	24	64.552
TOTAL²¹	420	80.033	387	34.055	11.573	470.070

(x) Resultado omitido, pelo IBGE, a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos estão inclusos no total.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 285); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 165); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Por outro lado, cabe ainda destacar que quase totalidade das propriedades agrícolas, em 1960, possuía até 100 ha (10.876 estabelecimentos), mas que menos de dois terços da área total (276.795 ha) era destinada a esse tamanho de propriedade (QUADRO 13), ou seja, apenas 668 proprietários tinham o controle de 193.275 ha de terras do Oeste paranaense.

Observando as GRÁFICOS 6 e 7 evidencia-se uma dinâmica de redução de área e de quantidade de estabelecimentos agropecuários entre 1940 e 1950 e uma ampliação dos mesmos entre 1950 e 1960.

No primeiro período, conforme já destacado anteriormente, houve a redução mencionada devido à dinâmica de transição das fazendas de exploração de erva-mate para a ação das empresas colonizadoras, sendo que, havia sido loteado e comercializado, ou ocupado através de posse das terras, em torno de 1,5% da área total da Região²² (QUADRO 9).

Entre 1950 e 1960, ocorreu uma ampliação de 18 vezes a área ocupada por estabelecimentos agropecuários, embora significasse 27,2%, menos de um terço, de ocupação do Oeste paranaense (QUADRO 9).

A área destinada a propriedades que variam de 20 ha a 100 ha, a partir de 1950, teve um crescimento acima dos demais tamanhos de propriedade (GRÁFICO 6), enquanto que o maior aumento de número de propriedades, nessa mesma época

²¹ No total estão incluídas as propriedades com área não declarada.

²² Percentual calculado com base em dados referentes a área do então município de Foz do Iguaçu em relação ao total da área da atual Região Oeste do Paraná.

ocorreu nas propriedades de 10 ha a 50 ha (GRÁFICO 7), embora mereçam maior destaque, nos dois gráficos, as propriedades de 20 ha a 50 ha, resultado da forma de divisão de propriedades priorizada pelas colonizadoras.

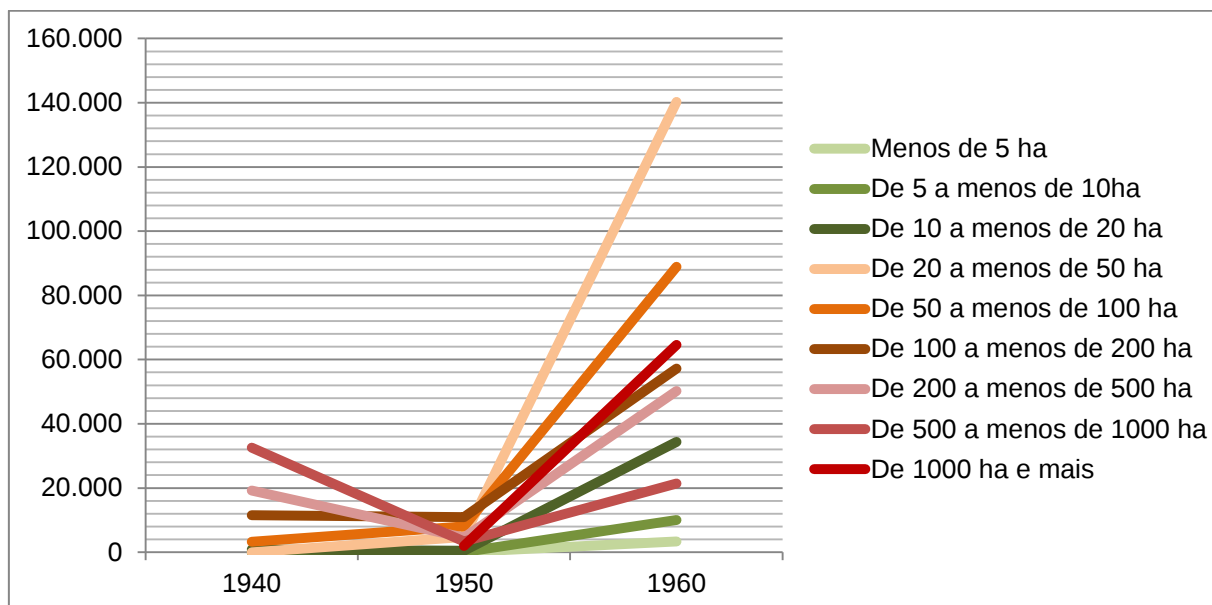


GRÁFICO 6 – Variação da área destinada a cada grupo de área de 1940 a 1960.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 285); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 165); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

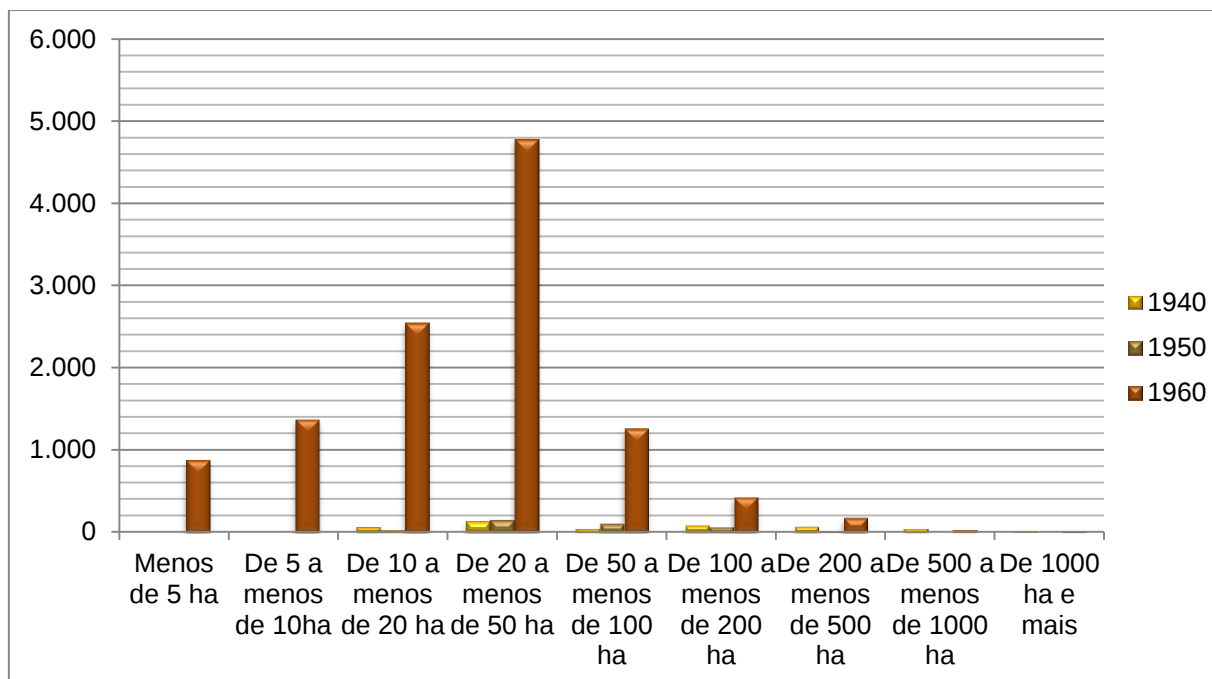


GRÁFICO 7 – Variação do número de propriedades presentes em cada grupo de área de 1940 a 1960

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico e Econômico de 1940 (p. 285); Censo Demográfico e Econômico de 1950 (p. 165); Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Mesmo a maioria dos estabelecimentos agropecuários sendo pequenos, não se pode afirmar que ocorreu uma reforma agrária, conforme sugeriam as empresas colonizadoras, pois, na seleção de pessoas a adquirir essas terras não eram priorizadas as que necessitavam de terra para produzir, mas aquelas que tinham condições financeiras e/ou produtivas de arcar com as dívidas contraídas. Além disso, em 1960, mais de 40% da área dos estabelecimentos agropecuários estava distribuída em médias e grandes propriedades.

O período de 1940 a 1960 foi marcado pelo processo de ocupação produtiva da Região Oeste do Paraná resultando num processo migratório que levou a um crescimento demográfico de cerca de 1500%, que contribuiu para a aceleração do desmatamento para a implantação de casas e lavouras de subsistência.

Esse desmatamento, segundo Pfluck (2008), era, prioritariamente, iniciado próximo às margens dos cursos d'água para facilitar o acesso à água, deixando assim o solo mais suscetível à ocorrência de processos erosivos. Após a derrubada das árvores era realizada a queimada para permitir o plantio destruindo a camada superficial do solo e provocando a poluição do ar.

A seleção de pessoas pelas colonizadoras foi uma prática preconceituosa que restringiu a possibilidade de acesso à propriedade da terra e ao direito de exploração dos recursos naturais do Oeste paranaense, contribuindo com a diferenciação social por características de origem das pessoas e a negação da contribuição cultural de grupos não sulistas.

Conforme pode ser observado nos dados censitários, em 1960, percebe-se a presença de tratores na Região, ou seja, já iniciava a mecanização das atividades agrícolas. Esse processo de inserção da modernização das técnicas de produção agrícola se intensificou a partir de então, embora algumas áreas ainda estivessem em processo de ocupação populacional. Dessa maneira, para finalizar esta segunda parte, a seguir, serão analisados esses fatos, contribuindo com o melhor entendimento das implicações socioambientais ocorridas entre 1960 e 1980.

2.2. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS OCORRIDAS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1960 E 1980

O período de 1960 a 1980 foi marcado pela implantação gradativa da inovação das técnicas produtivas que resultaram da chamada “Revolução Verde”,

porém na Região Oeste paranaense, concomitante a isso, até 1970, ocorria o processo migratório de chegada de pessoas.

Sendo assim nesse intervalo temporal ocorreu a intensificação das implicações socioambientais já presentes no período anterior (conflitos pela posse de terras, migração, preconceito, desmatamento), agregadas do desemprego, do êxodo rural, da ocorrência de processos erosivos e contaminação química da água, do ar e do solo decorrentes do novo sistema produtivo implantado.

Visando entender as implicações decorridas serão analisadas nesse item a dinâmica populacional, a distribuição de propriedade, as formas de uso do solo e as técnicas produtivas utilizadas nesse período e porção espacial.

A atuação de algumas empresas colonizadoras até 1970 contribuiu com a vinda de muitos migrantes para o Oeste do Paraná, atraídos pelo objetivo de adquirir terras. Por outro lado, também migraram pessoas que auxiliariam no processo de desmatamento e de implantação da horteia, conforme destacam Scarpato & Böhm (2006). Essas atividades resultaram na chegada de 575.119 migrantes, até 1970, que contribuíam com a composição da população (QUADRO 14).

QUADRO 14 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Paraná até 1970

	Antes de 1960	De 1960 a 1964	De 1965 a 1970	TOTAL
Assis Chateaubriand	2.138	10.346	54.507	66.991
Capitão Leônidas Marques	865	4.242	13.827	18.934
Cascavel	11.217	12.935	39.050	63.202
Catanduvas	2.974	3.813	11.557	18.344
Céu Azul	2.643	2.881	13.045	18.569
Corbélia	4.015	6.344	19.926	30.285
Formosa do Oeste²³	3.209	6.243	24.401	33.853
Foz do Iguaçu	4.337	4.412	12.877	21.626
Guaíra	2.700	7.458	14.752	24.910
Guaraniaçu	6.162	3.391	7.319	16.872
Marechal Cândido Rondon	5.672	11.323	16.652	33.647
Matelândia	1.907	3.612	14.662	20.181
Medianeira	2.517	6.744	15.562	24.823
Nova Aurora	1.915	5.016	17.171	24.102
Palotina	3.218	8.792	22.524	34.534
Santa Helena	577	4.088	17.784	22.449
São Miguel do Iguaçu	2.274	4.141	13.317	19.732
Terra Roxa	2.992	8.371	19.143	30.506
Toledo	9.033	12.551	29.975	51.559
TOTAL	70.365	126.703	378.051	575.119

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 336).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

²³ No censo de 1970 aparecia com o nome de Formosa.

Mais uma vez pode se observar que a migração ocorreu com a mesma intensidade em municípios de atuação de empresas colonizadoras e naqueles em que predominou o sistema de posse das terras, pois os municípios com maior número de migrantes são Assis Chateaubriand, Cascavel e Toledo (QUADRO 14).

Para melhor entender a participação do processo migratório em cada município da Região Oeste do Paraná, foi elaborado o gráfico abaixo. O crescimento migratório ocorreu de maneira mais acentuada na segunda metade da década de 1960, principalmente nos municípios de Assis Chateaubriand e Cascavel. Merece destaque, também, os municípios de Toledo, Formosa do Oeste, Palotina e Corbélia (GRÁFICO 8). Nesse sentido, vale ressaltar que Guaraniaçu apresentou o mesmo índice migratório na segunda metade da década que no período anterior a 1960.

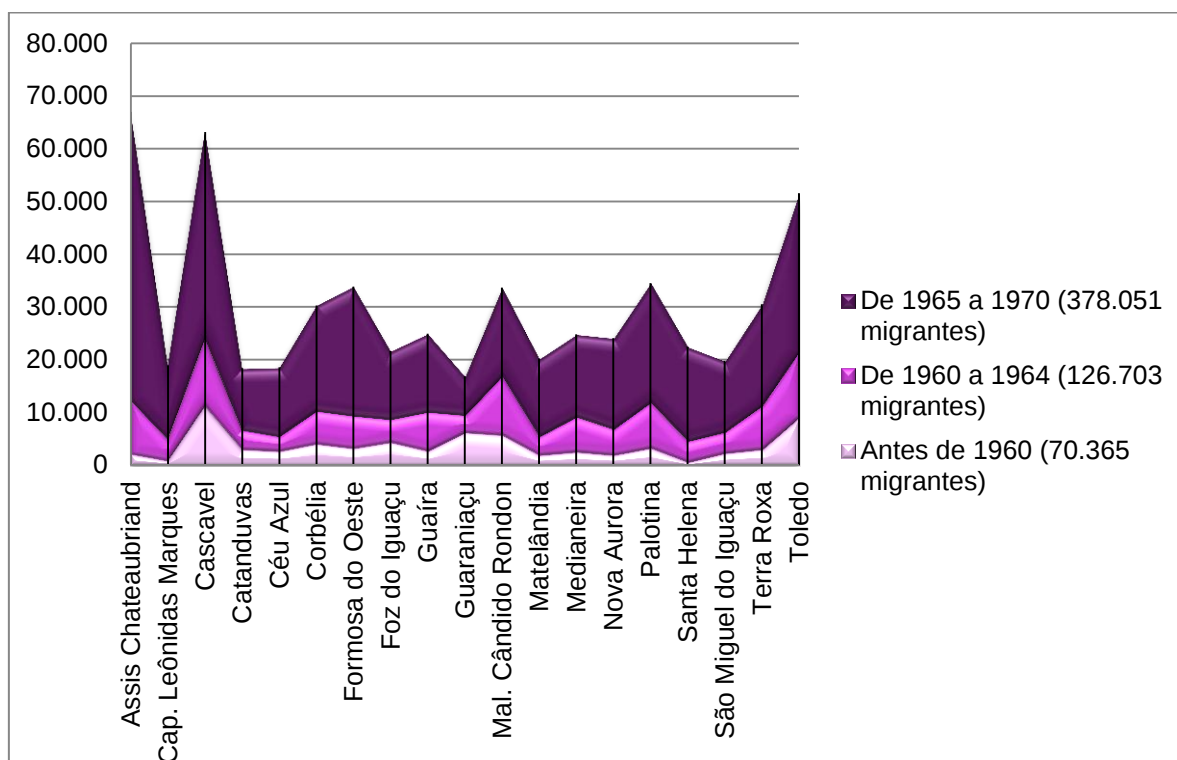


GRÁFICO 8 – Pessoas que migraram para a Região Oeste do Paraná até 1970.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 336).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Cabe destacar o município de Assis Chateaubriand, que, conforme destacam Souto Maior (1996) e COLOGNESE, GREGORY & SCHALLENBERGER (1999), até 1970 passava pela ação da Colonizadora Norte do Paraná S/A que contribuía com atração de migrantes para o município ao mesmo tempo em que passava por conflitos de interesse entre a empresa e as pessoas que já ocupavam a área, pois a

colonizadora pretendia a ocupação através de pequenas propriedades negociando a adequação do tamanho dos estabelecimentos já existentes nessa área. Essa adaptação nem sempre ocorreu de maneira pacífica.

Comparando o GRÁFICO 8 e o GRÁFICO 2, é possível perceber que o processo migratório de chegada de pessoas para a Região Oeste do Paraná ocorreu de forma ascendente de 1940 até 1970, ou seja, durante esse período a mesma foi um polo de atração populacional, devido às suas características naturais e organizacionais.

A migração, de 1960 a 1970, contribuiu para o crescimento demográfico de mais de 450% na Região, enquanto o Estado teve crescimento de pouco mais de 62% (QUADRO 15).

QUADRO 15 – Crescimento populacional do Paraná e da Região Oeste paranaense (1960 a 1980)

Ano	População		Densidade demográfica		Crescimento demográfico	
	Estado	Região	Estado	Região	Estado	Região
1960	4.268.239	135.036	21,45	5,91	-	-
1970	6.929.868	752.432	34,84	32,92	62,36%	457,21%
1980	7.629.392	960.709	38,35	42,04	10,09%	27,68%

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960 (p. 80); Censo Demográfico de 1970 (p. 368); Censo Demográfico de 1980 (p. 2).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Ainda observando o QUADRO 15, evidencia-se que, na década seguinte (1970 -1980), o crescimento demográfico regional reduziu para cerca de 30%, e o do Estado para em torno de 10%. Essa diminuição no ritmo de crescimento demográfico se deve à redução da chegada de migrantes, pois a área já estava quase toda ocupada. Além disso, com a modernização agropecuária, ocorreu também a redução na necessidade de mão-de-obra que contribuía para o processo migratório dessas pessoas para outras regiões do país e do Paraguai, conforme destacado por Schörner (2009). Mas mesmo com esse início de movimento migratório de saída de população da Região Oeste do Paraná, o avanço populacional até 1980 provocou uma ampliação da densidade demográfica regional, passando a ser maior que a do Estado.

A organização espacial trazida para a Região por meio das colonizadoras refletiu tanto nas próprias áreas como no seu entorno, pois os “colonos” sentiam mais confiança na estrutura já existente. Consequência disso é que a reorganização

do espaço ajudou na migração de pessoas em direção a essa porção espacial. Outro fator que atraía a população, especialmente, a partir da segunda metade da década de 1960 era a oferta de mão-de-obra na produção da hortelã (SCARPATO & BÖHM, 2006).

Nos municípios do Oeste paranaense, em 1970, os migrantes compunham mais de 55% da população total. Sendo em Guaraniaçu e Foz do Iguaçu os migrantes eram cerca de 60%, já em Cascavel e Catanduvas somavam em torno de 70%. Em Toledo, Guaíra, Corbélia, Formosa do Oeste e Marechal Cândido Rondon totalizavam aproximadamente 75%. Em São Miguel do Iguaçu, Nova Aurora, Medianeira, Terra Roxa, Céu Azul, Palotina, Capitão Leônidas Marques e Matelândia se aproximavam de 80% e de 85% em Santa Helena e Assis Chateaubriand (GRÁFICO 9 e ANEXO I).

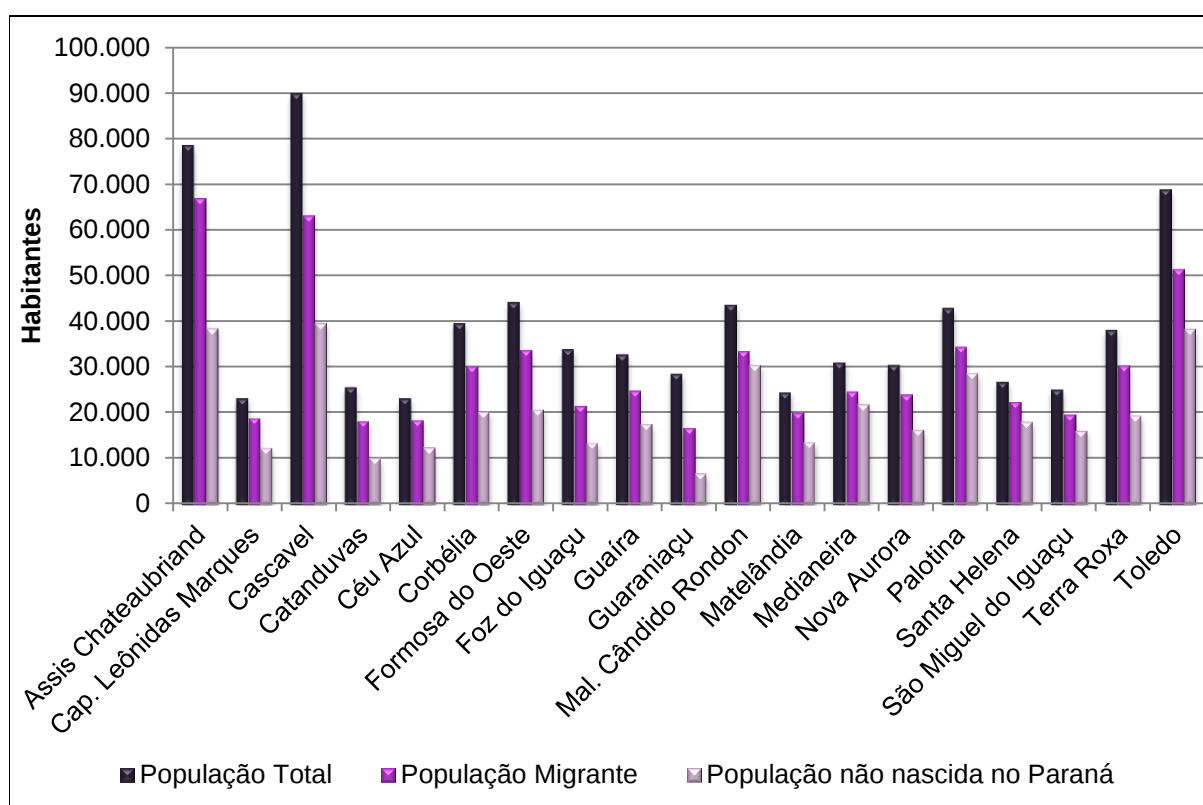


GRÁFICO 9 – Participação da população migrante e não paranaense na composição da população total dos municípios da Região Oeste do Paraná (1970)
 Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 336).
 Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Ainda com base nos dados apresentados no GRÁFICO 9 e no ANEXO I percebe-se que a importância dos migrantes vindos de outros estados brasileiros

para o Oeste do Paraná, até 1970, na composição da população total diferencia-se de acordo com os diversos municípios. Em Guaraniaçu essa participação era em torno de 25%; já em Catanduvas e Foz do Iguaçu era cerca de 40%; em Cascavel e Formosa do Oeste era de aproximadamente 45%; em Assis Chateaubriand, Terra Roxa e Corbélia compunha próximo de 50% da população; Capitão Leônidas Marques, Guaíra, Nova Aurora, Céu Azul, Toledo e Matelândia tinham perto de 55% de seus habitantes não nascidos no Paraná; por sua vez em São Miguel do Iguaçu, Palotina e Santa Helena esse índice se elevava para 65%, e, com os maiores percentuais aparecem Marechal Cândido Rondon e Medianeira, cerca de 70%.

Considerando esses dados somados ao fato de que a população total da Região Oeste paranaense era de 752.432 habitantes, sendo desses 575.119 (76,43%) migrantes e 395.580 (52,57%) não nascidos no Paraná (ANEXO I), se faz necessário rapidamente caracterizar a naturalidade da população não nascida no Estado, que por sua vez contribuiu com as implicações socioambientais e sentiu seus efeitos.

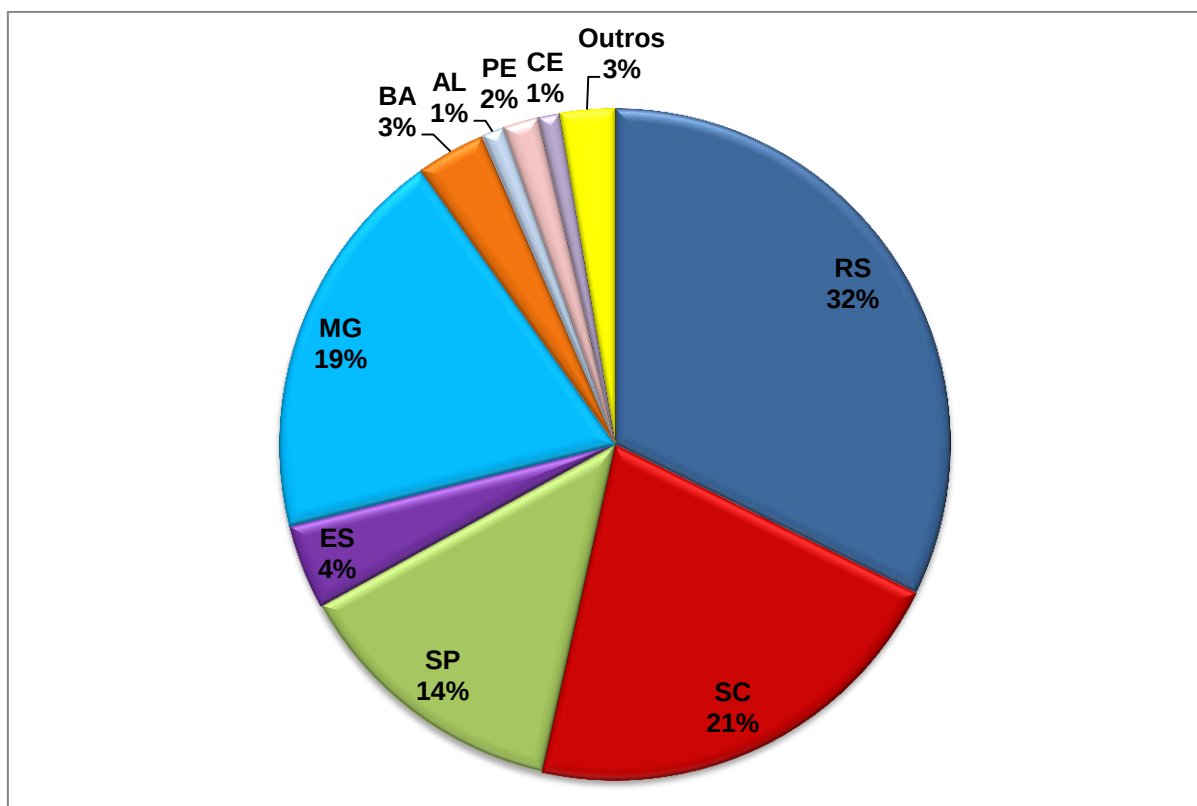


GRÁFICO 10 – Naturalidade da população da Região Oeste do Paraná não nascida no Estado em 1970.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 206).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Observando o ANEXO II desta dissertação, evidencia-se que no processo de composição populacional houve a participação de pessoas de todos os estados brasileiros como é o caso dos municípios Assis Chateaubriand, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaíra, Nova Aurora e Terra Roxa, porém, devido à prioridade dada pelas empresas colonizadoras aos migrantes sulistas esses configuram a maioria na Região (GRÁFICO 10).

Abalizado nos dados do GRÁFICO 10 e do ANEXO II percebe-se que a população nascida no Rio Grande do Sul, moradora no Oeste paranaense a época do censo de 1970, somava 123.047, compondo 16,4% da população total e 21,4% da população migrante. Por sua vez os naturais de Santa Catarina eram 80.829, sendo 10,7% do total de moradores da Região e 14% dos migrantes. Com índices semelhantes aparecia a população oriunda de Minas Gerais com 72.676 habitantes, participando com 9,7% do total e com 12,6% dos migrantes. Logo abaixo vinha a população nascida em São Paulo, totalizando 51.480 pessoas, colaborando com 6,9% da população total e com 9% dos migrantes.

Esses números evidenciam a participação de pessoas da Região Sudeste do país, que se intensificam, em alguns lugares, quando analisados os dados referente a naturalidade dos habitantes de cada um dos municípios que compunham a Região em 1970, além de ressaltarem a participação de pessoas nascidas em outras regiões brasileiras.

No GRÁFICO 11 são apresentados os municípios em que a maioria da população não nascida no Paraná é natural dos demais Estados Sulista – Rio Grande do Sul e Santa Catarina – variando entre 55% em Matelândia e 97% em Capitão Leônidas Marques.

Cabe destacar que nos municípios de Capitão Leônidas Marques, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, os sulistas somam mais de 95% da população migrante nascida em outros estados. Nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Catanduvas essa população fica em torno de 85%, já em Foz do Iguaçu equivale a 79% (GRÁFICO 11).

No município de Guaraniaçu os migrantes naturais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, compõem 76% da população não nascida no Paraná, porém, cabe ressaltar que a participação dessa era de aproximadamente 25% em 1970, enquanto em Catanduvas e Foz do Iguaçu era em torno de 40% e nos demais municípios superior a 45% (GRÁFICO 9).

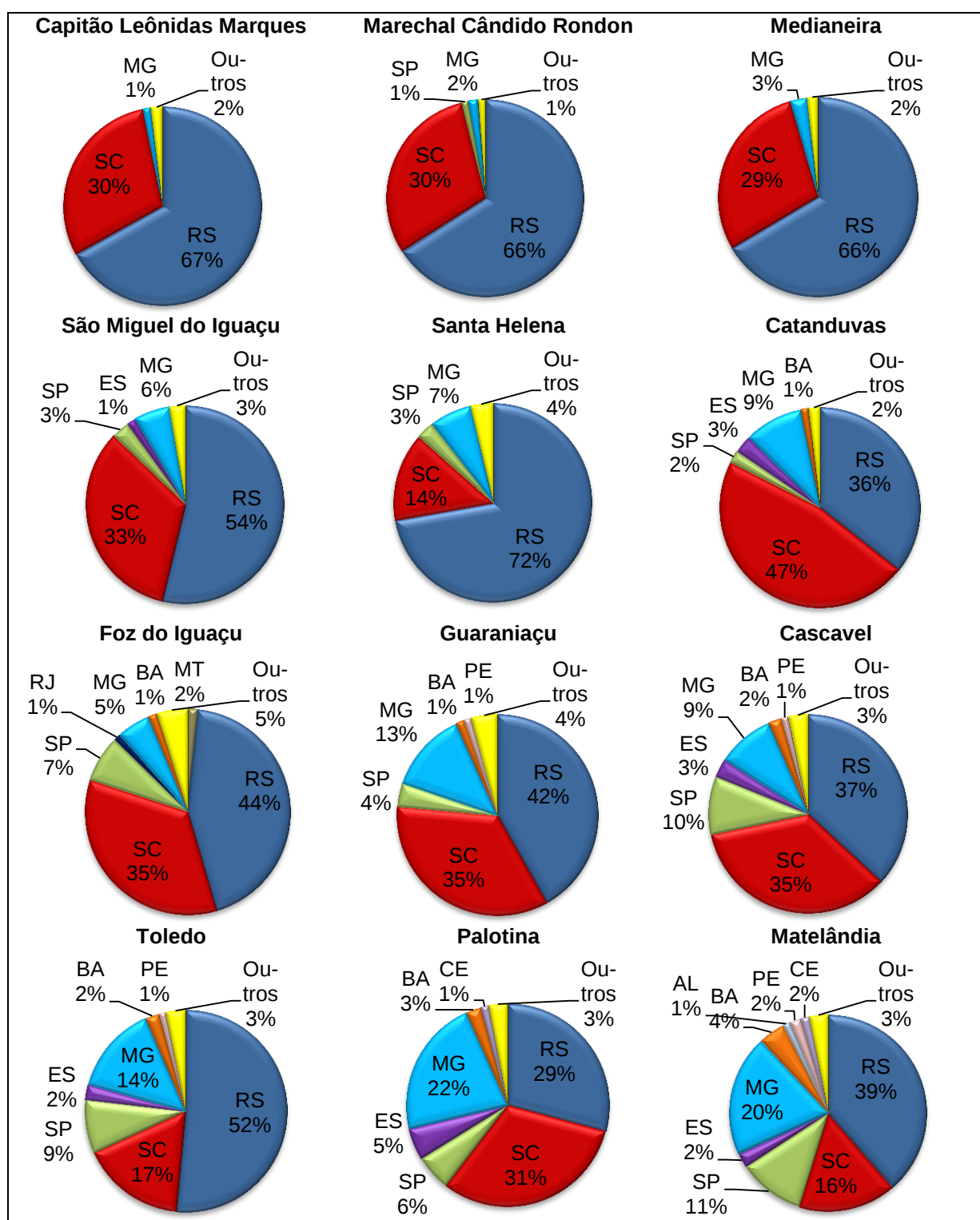


GRÁFICO 11 – Municípios da Região Oeste do Paraná em que a maioria da população não paranaense é natural de estados sulistas (1970). Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 206). Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Já nos municípios de Cascavel e Toledo, a população nascida nos estados do Sudeste do Brasil ultrapassava os 20%, enquanto que as do Rio Grande do Sul e de

Santa Catarina somavam cerca de 70% da população não nascida no Paraná (GRÁFICO 11). Esses percentuais comparados com o GRÁFICO 9 permitem concluir que, embora tenham passado por diferentes formas de ocupação, até 1970, por posse em Cascavel e por ação de colonizadoras em Toledo, há certa semelhança nas características da população entre esses dois municípios, diferente do que menciona Dias (2005), os percentuais de migrantes não paranaenses ficavam em torno de 45% em Cascavel e de 55% em Toledo.

Em Palotina e Matelândia, as pessoas nascidas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul somavam cerca de 60%, enquanto a população nascida no Sudeste brasileiro ultrapassa os 30% de pessoas não nascidas no Paraná e que residiam nos municípios citados (GRÁFICO 11).

O GRÁFICO 12 tem por objetivo apresentar os municípios em que a maioria de sua população não paranaense é oriunda de estados não sulistas, principalmente do Sudeste brasileiro. O número de migrantes naturais dos estados do Sudeste variava entre 50% em Céu Azul e 78% em Formosa do Oeste.

Nos municípios de Céu Azul e Corbélia, a população natural de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul configuram, respectivamente, 40% e 35% dos não nascidos no Paraná, enquanto a população nascida nos estados do Sudeste do país equivaliam à 50% e 55% (GRÁFICO 12).

Nos demais municípios do GRÁFICO 12 a maioria da população não nascida no Paraná também era natural dos estados da Região Sudeste do Brasil. Esses significavam 69% em Terra Roxa, 70% em Assis Chateaubriand, 71% em Guaíra, 73% em Nova Aurora e 78% em Formosa do Oeste. Sendo que a população nascida nas demais regiões não sulistas variava entre 13% e 23% do total.

Relacionando o GRÁFICO 9 com os municípios do GRÁFICO 12 é possível que a participação da população não paranaense na composição do total de habitantes desses em 1970 era de 45% a 55%, número inferior à média de participação dessa população na maioria dos municípios do GRÁFICO 11, mas mesmo com essa inferioridade os números apresentados conotam diferenciação na composição populacional, quanto à naturalidade dos habitantes, entre os municípios do GRÁFICO 11 e os municípios do GRÁFICO 12, resultando em distintas características culturais.

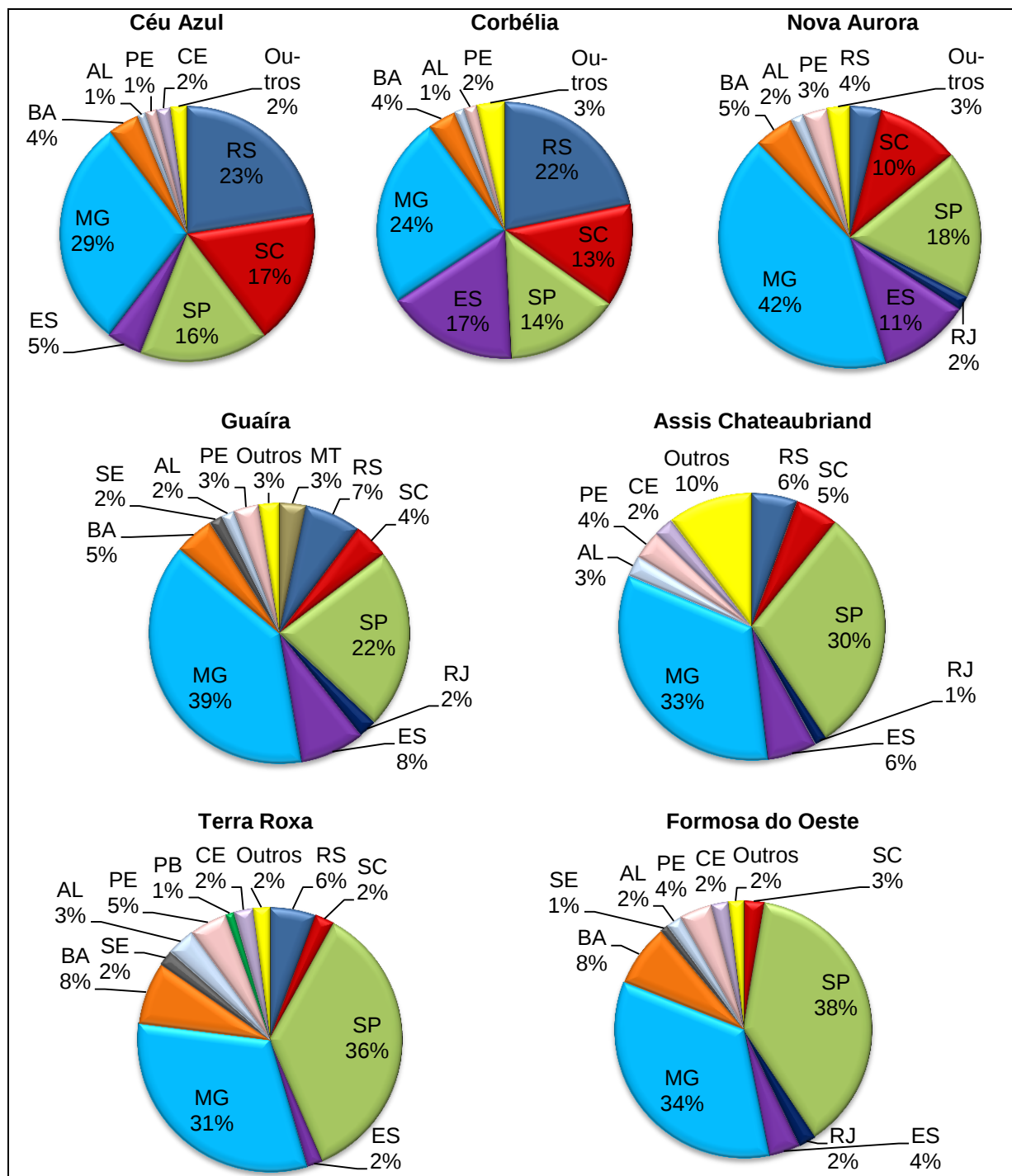


GRÁFICO 12 – Municípios da Região Oeste do Paraná em que a maioria da população não paranaense é natural de estados não sulistas (1970)

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 206).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Ao se rotular a Região Oeste paranaense como típica de cultura gaúcha e catarinense²⁴, embora essa seja, sem dúvida, a origem da maioria das pessoas não paranaenses que ocuparam essa porção espacial, corre-se o risco de excluir a

²⁴ Gaúcha: originada no Rio Grande do Sul. Catarinense: Originada em Santa Catarina.

importância da contribuição cultura e econômica das minorias que participaram dessa composição populacional, conduzindo a um preconceito em relação a esses grupos.

Mas não é por ser minoria que a contribuição econômica e cultural de pessoas naturais de estados, principalmente, do Sudeste e do Nordeste do Brasil, não sejam importantes, porém há uma tendência histórica a se valorizar apenas a contribuição dos donos dos meios de produção, mesmo que a maioria desses seja pequenos proprietários.

Grande parte das pessoas não sulistas migrou para a Região para a realização de trabalhos braçais, principalmente no desmatamento e na produção da hortelã, conforme destacam Souto Maior (1996), Laverdi (2005) e Scarpato & Böhm (2006), não sendo lhes dada a mesma oportunidade de acesso à apropriação dos recursos naturais que fora dada aos sulistas. Dessa forma grande parte desses habitantes migrou para as cidades ou para outras regiões do país ou do Paraguai, quando sua mão-de-obra não se fazia mais necessária.

Pode-se concluir que o fluxo migratório, até 1970, que contribuiu com a aceleração do desmatamento, proporcionou diferentes relações dos diversos grupos de origem com exploração dos recursos naturais. Enquanto os sulistas eram priorizados no acesso à propriedade do direito de exploração lucrativa dos mesmos, os não sulistas eram preferidos para a realização dos trabalhos mais pesados.

A redução da necessidade de mão-de-obra na realização do trabalho agrícola ocorreu gradativamente no decorrer da década de 1960, mas se fortaleceu, principalmente, a partir da década de 1970, devido a ampliação do processo de inovações tecnológicas da agricultura adentrado no Estado do Paraná, a Região Oeste paranaense também foi atingida com implicações nas questões econômicas e ambientais e na dinâmica populacional.

Analisando o ANEXO III e o GRÁFICO 13, percebe-se que houve um crescimento demográfico de aproximadamente 30%, com destaque para alguns municípios, (Cascavel e Foz do Iguaçu), devido ao intenso incremento populacional, enquanto outros (Assis Chateaubriand, Corbélia, Formosa do Oeste, Guaíra, Nova Aurora, Palotina e Terra Roxa) tiveram redução no seu contingente populacional.

Cabe ressaltar que o crescimento acentuado do município de Foz do Iguaçu foi devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que atraiu mão-de-obra. Como consequência, Guaíra teve um decréscimo populacional, pois, com a

construção da barragem e a formação do lago, as Sete Quedas, principal ponto turístico do município e uma de suas principais fontes de renda, ficaram submersas, fazendo com que muitas pessoas ligadas à atividade turística migrassem para outros lugares.

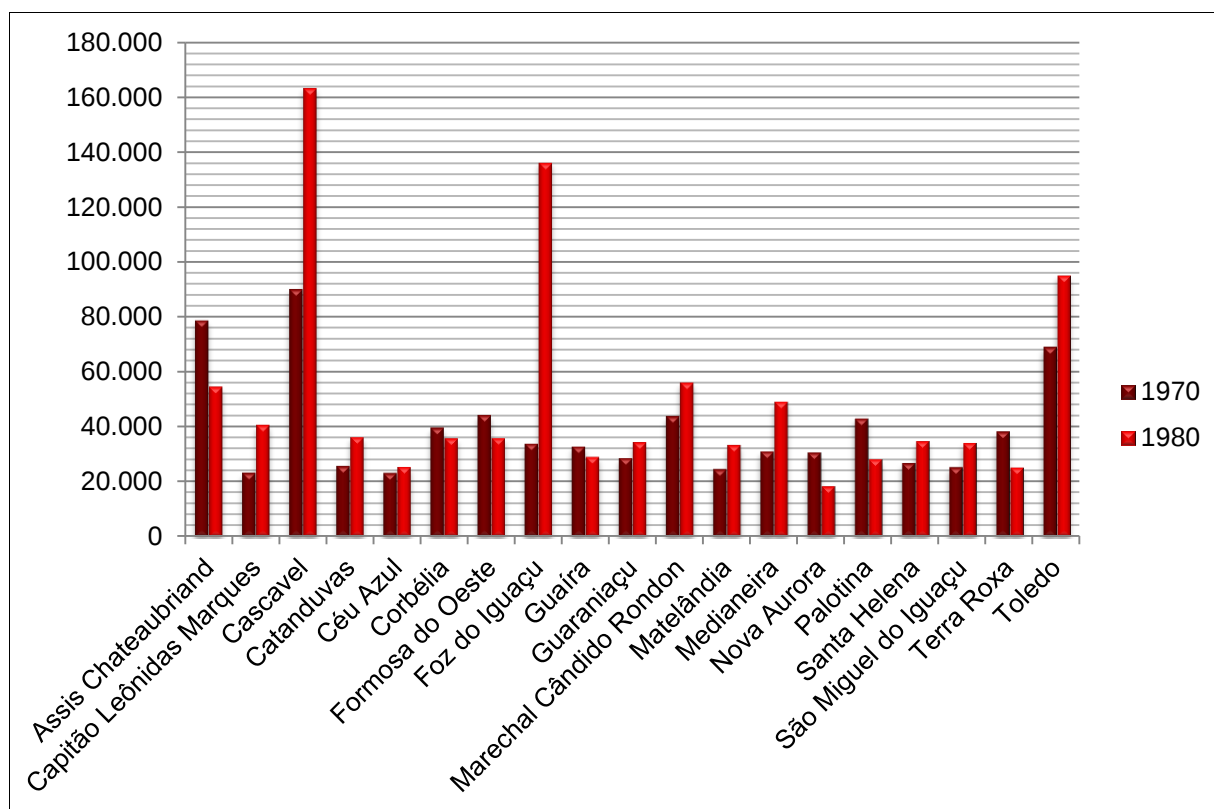


GRÁFICO 13 – Comparativo da quantidade de pessoas residentes nos municípios do Oeste paranaense em 1970 e 1980.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 368); Censo Demográfico de 1980 (p. 2).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

A redução do número de habitantes ou do crescimento populacional dos demais municípios a partir de 1970 está associada ao processo de modernização das técnicas produtivas no setor agrícola, fato que provocou a migração de inúmeras pessoas para outras regiões do país e do Paraguai.

Esse processo migratório que também levou ao êxodo rural fez aparecer alterações nas características de domicílios da população. Em 1970, mais de 80% morava na zona rural e, em 1980, esse índice chegou próximo de 50% (QUADRO 16).

Se no período de 1940 a 1960 o crescimento populacional foi um dos principais causadores da intensificação do desmatamento e, conseqüentemente, das

alterações das características naturais da Região, a redução da população em alguns municípios, a partir de 1970, não refletiu em menor alteração dessas características. Ao contrário, elas se intensificaram devido às inovações das técnicas produtivas, bem como de equipamentos utilizados na derrubada de árvores.

QUADRO 16 – Participação da população rural e urbana na composição demográfica do Oeste do Paraná (1970 a 1980)

	População rural		População urbana ²⁵		População total
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	
1960 ²⁶	104.171	78,36%	28.770	21,64%	135.036 ²⁷
1970	602.916	80,13%	149.516	19,87%	752.432
1980	476.205	49,57%	484.504	50,43%	960.709

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1960 (p. 89); Censo Demográfico de 1970 (p. 368); Censo Demográfico de 1980 (p. 2).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

No início do processo de ocupação, o desmatamento de áreas para a implantação das atividades agropecuárias, bem como da instalação das famílias era realizado com o uso de machados e serras manuais, mas, a partir de 1960, passou a ser realizado com a utilização de motosserras (FIGURA 17), facilitando e acelerando o trabalho de desmatamento, embora, para a limpeza dessas áreas, ainda continuasse sendo realizada a queima do material.

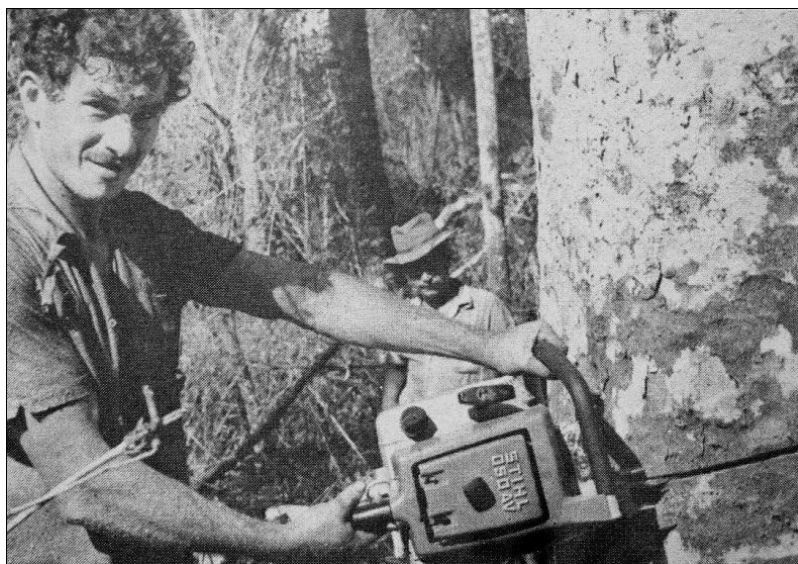


FIGURA 17 – Derrubada de árvores com a utilização de motosserra em Palotina

Fonte: Reginato (1979, p.171)

²⁵ Como população urbana entende-se a soma da chamada população urbana e suburbana conforme o Censo do IBGE

²⁶ A população urbana e rural foi obtida de acordo com o setor de atividade de dependência da população da Região, que coincide com o total da população.

²⁷ Na soma do total da população estão incluídos os inativos.

Já a partir de 1970, iniciou-se o processo de destoca das áreas a serem preparadas para o plantio através de máquinas escavadeiras (FIGURA 18), reduzindo, assim, as queimadas que destruíam a camada superficial do solo, mas aumentando a possibilidade de erosão, porque com a destoca o solo fica mais vulnerável, havendo alteração nas características estruturais do mesmo.



FIGURA 18 – Destoca com utilização de retroescavadeira em Palotina
Fonte: Reginato (1979, p. 178)

A mecanização do processo de desmatamento provocou uma redução drástica da área dos estabelecimentos agropecuários coberta por matas, passando de 57%, em 1960, para 8%, em 1980 (GRÁFICO 14).

Por outro lado, como consequência da mecanização das atividades produtivas, a utilização de áreas por lavouras temporárias triplicou, enquanto que a utilização por pastagens cresceu somente de 8% para 20% (GRÁFICO 14), no mesmo período.

Os dados apresentados no GRÁFICO 14 podem ser comprovados na FIGURA 19, que mapeia o uso do solo em 1980 na Região, destacando que de cerca de 60% da área se destinavam para a prática agrícola e, com exceção do Parque Nacional do Iguaçu, restavam apenas alguns remanescentes florestais.

Confrontando a FIGURA 19 com as FIGURAS 13 e 14 é perceptível que uso de pastagens predomina nas áreas de maior declividade, em que ocorrem os Neossolos. Isso ocorre, pois essas áreas possuem solos mais rasos e com maior

tendência ao carregamento de material (principalmente siltes e argilas) dificultando a prática agrícola.

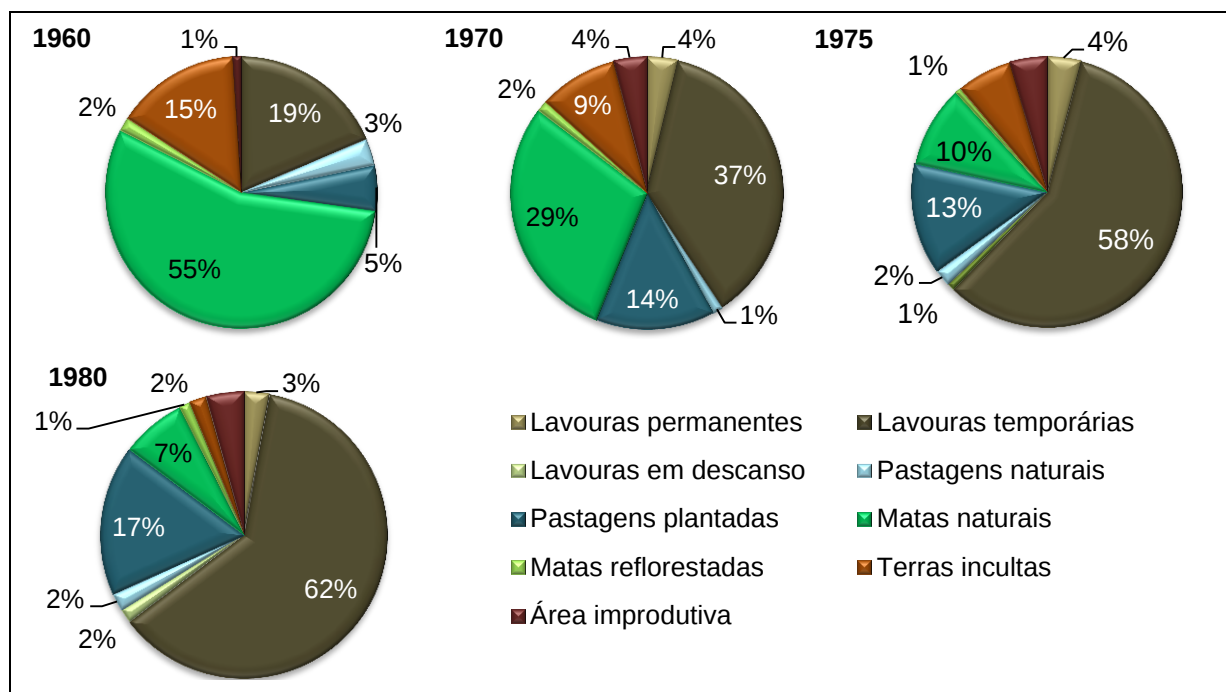


GRÁFICO 14 – Quadro comparativo do percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pelo tipo de uso produtivo, entre 1960 e 1980

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32); Censo Agropecuário de 1970 (p. 156); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 276); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 320).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

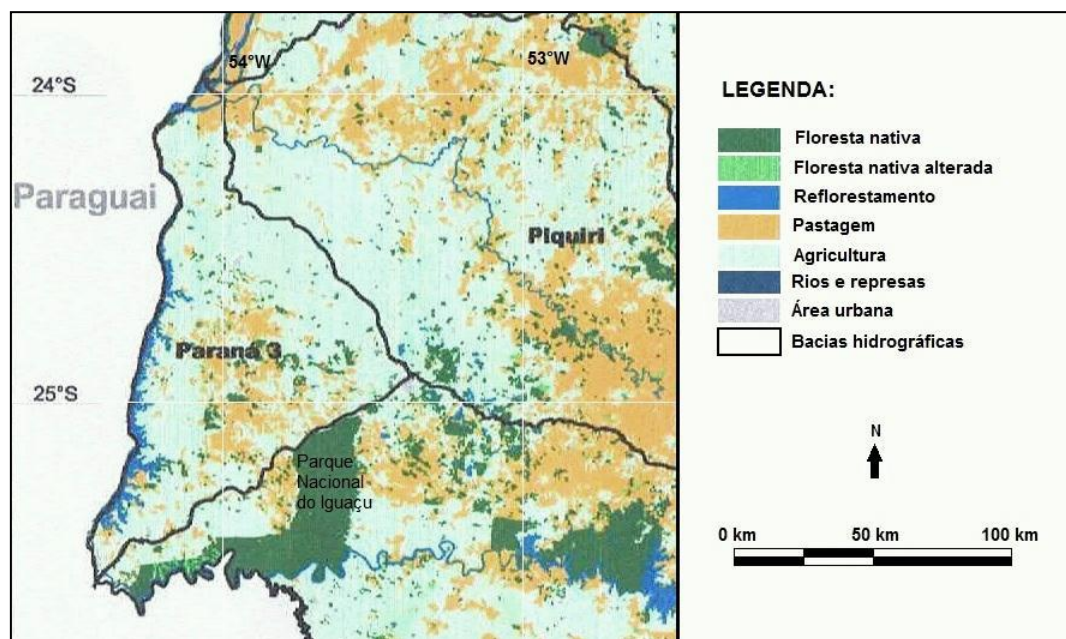


FIGURA 19 – Uso do solo – Região Oeste do Paraná – 1980

Fonte: IPARDES Mapas, Base ambiental.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

A ampliação das áreas produtivas da Região Oeste do Paraná contribuiu para o desenvolvimento econômico da mesma, mas não significou, necessariamente, melhoria da qualidade de vida da população ou das características naturais.

Observando o QUADRO 17 percebe-se que a área destinada a implantação lavouras temporárias teve um aumento de quase 540% de 1960 para 1970 e de cerca de 70% entre 1970 e 1975, enquanto que as pastagens tiveram um acréscimo de 480% e de 8%, respectivamente. Por outro lado a cobertura florestal reduziu em torno de 70% de 1970 para 1975. Pode-se ainda destacar a redução de 70% em terras incultas de 1975 para 1980.

QUADRO 17 – Área dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Estado do Paraná, distribuída de acordo com o tipo de uso (1960-1980)

Estado do Paraná, distribuída de acordo com o tipo de uso (1960-1980)											
	Esta- bele- cimen- tos	Área (ha)									
		Lavouras			Pastagens		Matas		Terras incul- tas	Impro- dutiva	TOTAL
		Perma- nentes	Tempo- rárias	Des- canso	Natu- rais	Plan- tadas	Natu- rais	Plan- tadas			
1960	13.985	21.613	111.311	-	19.163	32.454	331.663	9.875	89.195	5.749	621.023
1970	82.570	59.398	599.111	-	20.069	228.251	472.686	22.341	150.621	64.247	1.616.724
1975	91.133	70.445	1.017.295	15.588	34.373	232.588	170.917	13.036	115.895	78.243	1.748.380
1980	75.094	52.770	1.135.295	29.903	36.394	311.961	135.161	23.383	35.448	77.214	1.837.529

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32); Censo Agropecuário de 1970 (p. 156); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 276); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 320).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Essa dinâmica no uso do solo da Região entre 1970 e 1980 decorreu da mecanização das atividades agrícolas que permitiu ampliação da área produtiva devido à facilitação da realização do trabalho.

Contudo, conforme mencionado por Mertz (2002) e Schörner (2009) os pequenos produtores não tiveram o mesmo acesso a mecanização ocorrendo assim a saída de muitos pequenos proprietários do campo em direção à cidade ou do Oeste paranaense em direção a outras regiões, conduzindo a um avanço de concentração fundiária. Isso pode ser constatado no QUADRO 17 que representa aumento da área destinada aos estabelecimentos agropecuários entre 1975 e 1980, ao mesmo tempo em que houve uma redução desses em número.

O aumento de todos os dados apresentados no QUADRO 17, entre 1960 e 1970, resultou do processo ocupacional que se estendeu até então, devido às áreas que estavam em fase inicial de ocupação, sobretudo Missal, Assis Chateaubriand e Itaipulândia, mas também pela continuidade desse processo nas demais localidades da Região.

A ampliação da área destinada a lavouras temporárias foi facilitada pelo emprego da força mecânica na realização dos trabalhos agrários. Entre 1970 e 1980, houve um crescimento de cerca de 600% do emprego dessa força, enquanto o uso da força animal teve um crescimento em torno de 50% (QUADRO 18).

QUADRO 18 – Tipo de força empregada nos trabalhos agrários (1970-1980)

Ano	Número de estabelecimentos		
	Animal	Mecânica	Animal e mecânica
1970	23.094	7.086	8.587
1975	35.025	46.431	-
1980	31.516	49.056	-

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agropecuário de 1970 (p. 200); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 302); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 242).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

O emprego da força mecânica nos trabalhos agrícolas, além de facilitar a realização dessas atividades (FIGURA 20), provocou o desemprego de muitos trabalhadores, contribuindo para o processo migratório de saída de população da Região Oeste do Paraná para outras regiões brasileiras ainda não exploradas economicamente ou para o Paraguai.



FIGURA 20 – Colheita e transporte de produtos através da utilização da força mecânica em Palotina.

Fonte: Reginato (1979, p. 179)

O uso de mecanização intensa associada ao uso e manejo inadequado do solo, além de provocar alterações na sua organização estrutural, contribuiu para a instalação e evolução dos processos de compactação e de erosão, provocados,

quase sempre, pela movimentação de maquinários pesados e revolvimento constante da terra pelo uso de arados e de grades.

Essa mecanização pode ser evidenciada pela ampliação, em 240%, o número de tratores presentes na Região entre 1960 e 1980, e de cerca de 750% a quantidade de arados de tração mecânica. Já os arados de tração animal, de 1960 a 1970, tiveram um crescimento em torno de 130%, mas a partir de então este número se estabilizou (QUADRO 19).

QUADRO 19 – Máquinas e instrumentos agrários, recenseados nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná.

Ano	Estabelecimentos	Tratores	Arados		Colheadeiras ²⁸	Semeadeiras ²⁹
			Tração animal	Tração mecânica		
1960	13.985	67	2.680	285	-	20
1970	82.570	1.725	35.519	1.485	8.199	-
1975	91.133	10.216	35.414	13.684	5.968	-
1980	75.094	16.247	35.819	21.761	9.064	13.709

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 2ª parte (p. 48); Censo Agropecuário de 1970 (p. 232); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 308); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 392).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Todavia para tornar viável a mecanização era necessária a ampliação da área produtiva o que provocou um intenso desmatamento (FIGURA 21), muitas vezes até à margem dos rios (FIGURA 22). Essa prática associada à ocorrência de processos erosivos desencadeou o assoreamento em diversos rios da Região de estudo.

Confrontando a FIGURA 21 com a FIGURA 11 ressalta-se que, com exceção da área do Parque Nacional do Iguaçu restaram apenas alguns resquícios da vegetação nativa que recobria a Região Oeste do Paraná. Isso fica evidente no QUADRO 20 que demonstra a evolução da área desmatada nos estabelecimentos agropecuários de 12% em 1960 para 73% em 1980 em relação a área total da Região, sendo necessário ainda considerar o desmatamento em áreas urbanas.

Como mostrado na literatura, o desmatamento realizado de maneira devastadora nas áreas com menor declividade (FIGURA 22) foi realizado com o intuito de explorar ainda mais as atividades agrícolas. Entretanto, mesmo em áreas onde as formas de relevo são mais suavizadas, ocorre o escoamento superficial com

²⁸ Equipamento usado na colheita agrícola.

²⁹ Equipamento usado no plantio agrícola.

carregamento de matéria (principalmente siltes e argilas) e de produtos químicos utilizados nas lavouras para dentro dos rios.

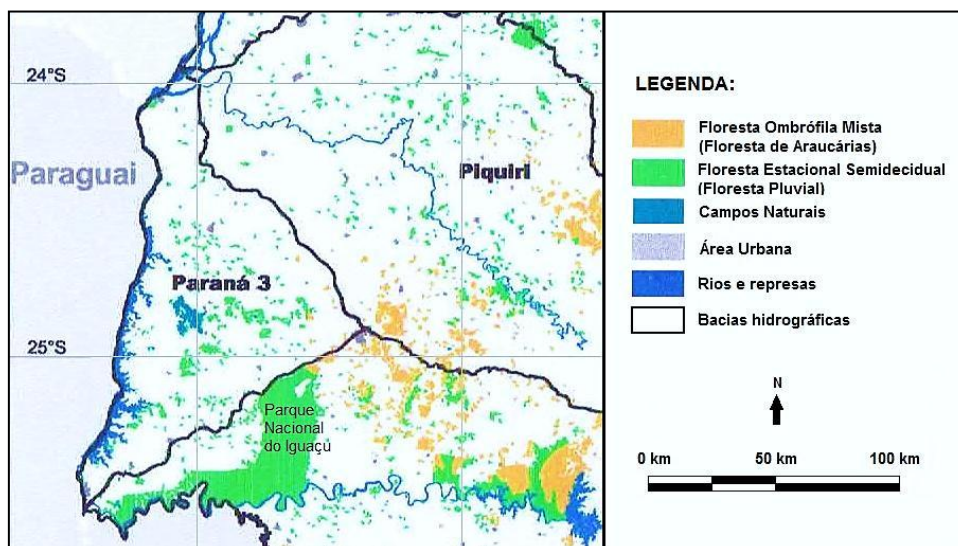


FIGURA 21 – Cobertura vegetal remanescente – Região Oeste do Paraná – 1980

Fonte: IPARDES Mapas, Base ambiental.

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.



FIGURA 22 – Desmatamento até as margens do Rio Piquiri (Palotina) associado ao uso agrícola em suas vertentes.

Fonte: Reginato (1979, p. 224)

O uso de adubação, principalmente química, também foi intensificado a partir da modernização das técnicas agrícolas, conforme pode ser observado no QUADRO 21. A adubação total teve um crescimento de 775% de 1960 a 1970, e de 490% de 1970 a 1980. Já a adubação química, que não tinha registro de uso em 1960,

passou a ser usada em 1970 em 2092 propriedades, com aumento de até 2000% no ano de 1980.

QUADRO 20 – Área desmatada nos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste paranaense (1950 – 1980).

Custo parâmetros (1960 - 1980):								
	Estabe- lecimen- tos	Área (ha)						Percentual de área desma- tada ³⁰
		Matas			Desmatada	TOTAL		
		Naturais	Plantadas	Total		Estabele- cimentos	Mesor- região	
1960	13.985	331.663	9.875	341.538	279.485	621.023	2.285.100	12%
1970	82.570	472.686	22.341	495.027	1.117.697	1.612.724	2.285.100	49%
1975	91.133	170.917	13.036	183.953	1.564.427	1.748.380	2.285.100	68%
1980	75.094	135.161	23.383	158.544	1.678.985	1.837.529	2.285.100	73%

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 32); Censos Agropecuários de 1970 (p. 156), de 1975 – 1ª parte (p. 276) e de 1980 – 1ª parte (p. 320).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

QUADRO 21 – Propriedades que fizeram uso de fertilizantes (1960-1980)

	Número de propriedades					
	Adubação			Calagem	Calcário	TOTAL
	Química	Orgânica	Química e orgânica			
1960	-	873	6	56	-	879
1970	2.092	5.247	319	277	-	7.685
1975	26.129	7.043	-	-	2.900	27.709
1980	44.338	5.005	-	-	3.547	45.368

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 2ª parte (p. 58); Censo Agropecuário de 1970 (p. 200); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 296); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 254).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

A adubação, geralmente realizada de maneira inadequada e excessiva, também contribui com o processo de contaminação e desestruturação das características naturais dos solos, que é intensificado quando associado à mecanização produtiva.

Contudo o uso da adubação se tornou necessário para alcançar a produtividade desejada em decorrência da redução da fertilidade natural do solo resultante do uso e manejo adotados.

A adubação resultou ainda e elevação das despesas produtivas do Oeste paranaense. O QUADRO 22 destaca que o aumento da participação do uso de adubação no total das despesas agropecuárias, entre 1960 e 1980, foi de 0,03% para 15,7%, tendo sua maior ampliação de 1970 para 1975.

³⁰ Percentual da área desmatada, em estabelecimentos agropecuários, calculado em relação à área total da Região.

QUADRO 22 – Participação absoluta e relativa adubos e corretivos e defensivos agrícolas no total de despesas nos estabelecimentos agropecuários.

	Despesas nos estabelecimentos agropecuários				
	Adubos e corretivos		Defensivos		Total
	Valor Cr\$ 1.000,00	Percentual	Valor Cr\$ 1.000,00	Percentual	Valor Cr\$ 1.000,00
1960	200	0,03%	10.474	1,30%	797.588
1970	3.366	2,30%	2.760	1,90%	145.108
1975	268.546	14,80%	84.423	4,70%	1.810.250
1980	2.899.197	15,70%	1.550.115	8,40%	18.456.916

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 2ª parte (p. 26); Censo Agropecuário de 1970 (p. 276); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 470); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 500).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

Outro dado que pode ser observado no QUADRO 22 é a aumento do uso de agrotóxicos destacado pela ampliação do percentual de participação nas despesas dos estabelecimentos agropecuários que foi de 1,3% em 1960 e evoluiu para 8,4% em 1980. Os defensivos agrícolas em uso até 1980 eram predominantemente fungicidas e pesticidas, ou seja, usados no controle de doenças e pragas que atingiam a produção, não sendo comum o uso de herbicidas para o controle das ervas daninhas, prática realizada através do uso de arados e grades.

Esse processo de modernização atingiu os trabalhadores rurais e também os pequenos produtores, pois, além de reduzir a mão-de-obra, também dificultou a competitividade de muitos pequenos agricultores, principalmente para parceiros, arrendatários e ocupantes, conforme destacado por Mertz (2002), o que pode ser confirmado observando-se o QUADRO 23. A maioria dessas pessoas que deixaram o campo para trabalhar na cidade ou em outras regiões do país que estavam iniciando o processo de ocupação foram os não proprietários de terras.

QUADRO 23 – Quantidade e área de estabelecimentos agropecuários distribuídos de acordo com a condição do responsável pela produção no estabelecimento.

	1960		1970		1975		1980	
	Quan- tidade	Área (ha)	Quan- tidade	Área (ha)	Quan- tidade	Área (ha)	Quan- tidade	Área (ha)
Proprietário	8.220	319.162	48.748	1.259.099	55.171	1.421.122	53.544	1.587.355
Arrendatário	684	12.260	10.171	99.371	10.479	98.578	5.355	76.536
Parceiro	-	-	11.823	93.697	16.459	132.885	10.386	115.500
Ocupante	4.752	213.413	11.828	164.558	9.024	95.794	5.809	58.136

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 27); Censo Agropecuário de 1970 (p. 138); Censo Agropecuário de 1975 – 1ª parte (p. 206); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 212).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

A mecanização, que facilitou a realização do trabalho no campo, dificultou o acesso ao direito de exploração dos recursos naturais à medida que, devido ao custo para sua implantação restringiu, economicamente, quem seriam esses agricultores em condições favoráveis. Dessa maneira concentrou a exploração dos recursos naturais e coibiu esse direito a outros, que deixavam de ser competitivos por não conseguirem se adequar ao novo modelo produtor.

Analisando o QUADRO 24, percebe-se que as propriedades da Região que possuem até 100 ha somam mais de 90%, sendo 93% em 1960, 98% em 1970 e 97% em 1980.

QUADRO 24 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários da Região Oeste do Paraná segundo grupos de área (1960 a 1980).

	1960		1970		1980	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 5 ha	1.041	3.924	21.554	75.214	18.161	56.305
De 5 a menos de 10ha	1.485	10.896	20.324	150.991	17.348	130.371
De 10 a menos de 20 ha	2.855	38.378	21.128	290.398	19.334	270.337
De 20 a menos de 50 ha	5.963	177.760	15.633	455.176	14.575	436.030
De 50 a menos de 100 ha	1.722	124.083	2.525	173.703	3.381	232.913
De 100 a menos de 200 ha	590	78.594	831	113.276	1.371	188.957
De 200 a menos de 500 ha	257	72.236	400	117.260	679	204.410
De 500 a menos de 1000 ha	33	22.613	104	72.700	155	108.824
De 1000 ha e mais	35	92539	68	168.006	89	209.376
TOTAL³¹	13.985	621.023	82.570	1.616.724	77.214	1.837.529

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42). Censo Agropecuário de 1970 (p. 164); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 284).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Pode-se ainda destacar no QUADRO 24, que em 1960, mesmo com apenas 7% das propriedades possuindo acima 100 ha e mais essas possuíam cerca de 50% da área dos estabelecimentos agropecuários (173.443 ha), já em 1970 essa participação reduziu para 30% do total (481.243 ha). Essa diminuição da concentração das terras para médios e grandes proprietários decorreu da ocupação das mesmas por parte dos migrantes, que adquiriram terras das colonizadoras, ter se intensificado nesse período.

Em 1980, com a ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários e redução do número de propriedades, as que possuíam 100 ha e mais passaram a controlar em torno de 40% (711.567) das terras (QUADRO 24), consequência da

³¹ No total estão incluídas estabelecimentos sem declaração de área.

saída de pequenos produtores rurais devido à falta de condições de acesso às novas tecnologias.

Cabe ainda destacar que, nos três censos, a maior quantidade de área e de estabelecimentos está destinada às propriedades com até 50 ha, priorizadas pela colonizadoras que atuaram na Região.

Observando os GRÁFICOS 15 e 16 destaca-se uma dinâmica de redução da concentração fundiária entre 1960 e 1970, consequência da intensificação da ocupação das propriedades pelos colonos que haviam adquirido as terras das empresas mencionadas, e, uma ampliação da mesma entre 1970 e 1980, decorrente a mecanização da produção que não permitiu o mesmo acesso a todos os agricultores.

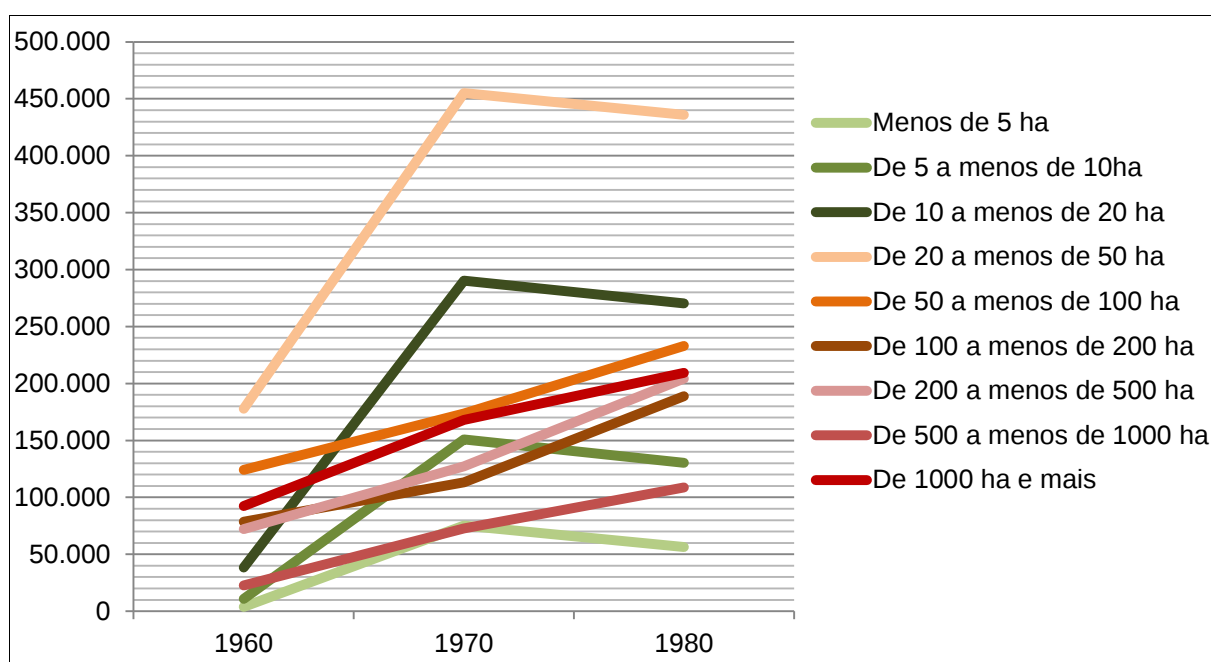


GRÁFICO 15 – Variação da área destinada a cada grupo de área de 1960 a 1980.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42). Censo Agropecuário de 1970 (p. 164); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 284).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

O GRÁFICO 15 evidencia que até 1970 a área destinada a todos os tamanhos de propriedades estava em crescimento, sendo que a partir daí os estabelecimentos com até 50 ha começam a ter essa área diminuída em contrapartida à ampliação da mesma para as propriedades maiores. Essa dinâmica também ocorreu com o número de estabelecimentos dos diferentes tamanhos (GRÁFICO 16).

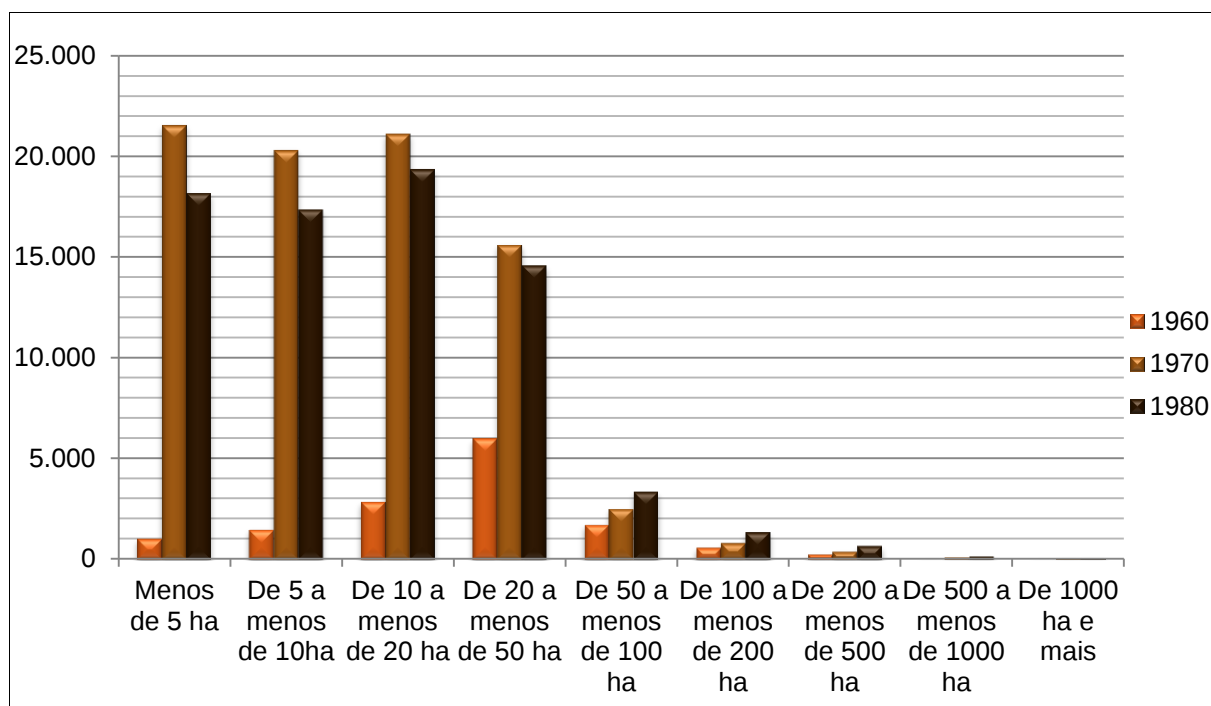


GRÁFICO 16 – Variação do número de propriedades presentes em cada grupo de área de 1960 a 1980.

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Agrícola de 1960 – 1ª parte (p. 42). Censo Agropecuário de 1970 (p. 164); Censo Agropecuário de 1980 – 1ª parte (p. 284).

Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

Essa dinâmica, que proporcionou a expulsão de muitos dos pequenos agricultores que não possuíam condições financeiras de acompanhar a evolução técnica e tecnológica que atingiu o campo brasileiro, por perderem mercado de seus produtos devido à concorrência de preços com a produção em larga escala evidencia alteração nas prioridades governamentais.

Os mesmos agricultores que atendiam as expectativas, não somente das colonizadoras, como também dos governantes, até 1970, para ocupar produtivamente a Região Oeste do Paraná, não convinham mais para o novo modelo de produção pretendido.

Se até 1970 se priorizava a exploração dos recursos naturais por pequenos proprietários, após esse período a preferência passa a ser dos grandes, concretizada devido às dificuldades impostas ao acesso a financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos e a não criação de políticas voltadas à manutenção das pequenas propriedades policultoras. Ampliando dessa forma os excluídos do direito de acesso aos meios produtivos.

No item anterior foi ressaltada a ampliação da exploração dos recursos naturais pela produção de subsistência em relação à exploração de madeira e erva-

mate, entretanto essa ocorreu de maneira ainda mais intensa com a prática da monocultura mecanizada, pois além de usufruir os recursos oferecidos pela natureza usa de aparatos e produtos que potencializam o seu aproveitamento.

Pode-se concluir que até 1970 o fluxo migratório de chegada de pessoas para a Região ocorria na mesma proporção que nas décadas anteriores, com o diferencial de que além das pessoas que vinham para a ocupação das terras também eram atraídos trabalhadores para a realização das atividades de produção da hortelã. Esses, em sua maioria, com já mencionado anteriormente, eram oriundos de outras regiões brasileiras e não tiveram o mesmo direito de acesso a propriedade das terras que os sulistas, pois as áreas estavam quase todas ocupadas.

Com o fim da atividade da hortelã a maioria de seus trabalhadores migrou para outras regiões do país ou do Paraguai ou para as cidades, assim como os demais trabalhadores rurais e diversos pequenos produtores rurais.

Com a implantação das novas técnicas de produção ocorreu a intensificação do desmatamento, muitas vezes até as margens dos rios, para a implantação da monocultura mecanizada que implicou em compactação do solo, ocorrência de processos erosivos, assoreamento de cursos d'água, poluição do solo, da água e do ar. Mas, além disso, acarretou em um intenso processo migratório provocado pelo desemprego no campo e a falência de muitos pequenos agricultores, que marcou o início da ampliação da concentração fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da dissertação constata-se que a intensificação do uso do solo ocorre concomitantemente à ampliação populacional da Região e da área destinada aos estabelecimentos agropecuários.

Observando a dinâmica ocupacional da Região evidencia-se que a evolução da área dos estabelecimentos agropecuários, o desmatamento desses e o seu uso para a implantação de lavouras ocorre no mesmo ritmo em que ocorre o crescimento demográfico, ou seja, o crescimento populacional interferiu no tipo de uso do solo significando alteração das características naturais do Oeste paranaense, embora não tenha sido o único fator.

A ocupação das terras da Região Oeste do Paraná antes da década de 1940, apesar de muito criticada pelo poder político da época, em particular sobre a devastação dos recursos naturais, ainda mantinha maior preservação das matas que as formas ocupacionais que se sucederam, pois a exploração de madeira e erva-mate necessitava da floresta para ocorrer, enquanto a exploração agrícola precisava do solo desprovido dessa cobertura vegetal.

Por outro lado, há de se destacar que a atuação do sistema obragero das grandes fazendas de exploração da erva-mate mantinha uma exploração excessiva da mão-de-obra. Esse sistema de exploração da erva-mate somente foi enfraquecido após a exigência, por parte do governo, da utilização de dois terços da mão-de-obra nacional, pois os obrageros e os *mensus* seriam, em sua grande maioria, de origem estrangeira.

Com a criação da política nacional conhecida como Marcha para o Oeste, a partir de 1930, o Governo Vargas iniciou a política de ocupação das fronteiras nacionais que ainda considerava vulneráveis. Na Região Oeste do Paraná, essa ocupação se intensificou a partir da década de 1940.

Apesar de o governo priorizar a atuação de empresas colonizadoras para a comercialização das terras, o sistema de posses também esteve presente na Região, como foi o caso dos municípios de Assis Chateaubriand, Cascavel e Itaipulândia. Vale destacar que essa região do Oeste paranaense enfrentou conflitos pelas posses de suas terras e que em muitos municípios ainda hoje esses conflitos não estão solucionados.

Nas áreas de atuação de empresas colonizadoras, não ocorreu uma homogeneidade em termos de características organizacionais, porque parte das colonizadoras priorizava a implantação de pequenas propriedades, prática coerente com as intenções dos governantes brasileiros, enquanto outras loteavam grandes ou médias áreas para a comercialização.

A implantação de pequenas propriedades, embora tenha tido o intuito de desenvolvimento regional, provocou o desmatamento generalizado e rápido da Região, pois eram muitas as famílias que chegavam precisando de instalações e de trabalho para a sua sobrevivência. Fato que ajuda a entender esta afirmativa é que, até a década de 1950, metade da área dos estabelecimentos agropecuários já estava desmatada, índice que perdurou até 1960.

Outra característica que divergia entre as colonizadoras era a escolha do elemento humano que iria ocupar a Região, o que resultou em certa heterogeneidade populacional, embora se priorizassem agricultores sulistas para expandirem o sistema produtivo praticado nos demais estados da Região Sul do Brasil.

Os maiores problemas socioambientais até 1960 eram aqueles resultantes do desmatamento e do intenso crescimento populacional, como, por exemplo, o desmatamento seguido de queimada dos restos de madeiras para possibilitar a implantação da produção agropecuária. Essas alterações das características naturais, iniciadas nesse período, contribuíram significativamente para a continuidade dos problemas socioambientais, principalmente porque o agricultor preferia iniciar o desmatamento nas margens dos rios do que facilitar o acesso à água para a família e para os animais.

Entre 1960 e 1980, a implantação das inovações técnicas de produção agropecuária intensificou os problemas socioambientais, aumentando as áreas desmatadas, as quais, associadas ao uso de máquinas e equipamentos, provocaram a erosão e a compactação dos solos e o assoreamento de rios. Além disso, o uso de adubação química e de agrotóxicos contribuiu para a contaminação dos solos e das águas, esse último principalmente devido a não preservação das margens dos rios.

A utilização dessas inovações tecnológicas, que facilitou a produção, acabou provocando um movimento migratório de saída de pessoas desta Região Oeste do Paraná para outras regiões brasileiras ou até mesmo fora do país, como foi o caso

do Paraguai. Dentre os migrantes, estavam trabalhadores rurais, agricultores que utilizavam o sistema de parceria ou arrendamento e pequenos agricultores com condições financeiras menos favorecidas.

Ao finalizar este estudo, percebe-se que ao longo do intervalo temporal estudado ocorreram mudanças nas formas de apropriação da natureza que resultaram na exclusão de pessoas no acesso a esses recursos e no uso expressivo e inadequado dos mesmos acarretando em implicações socioambientais que influenciaram nas características organizacionais da Região Oeste do Paraná.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 160 p.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987, 133p.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA. **Resgate da Memória de Medianeira**. Curitiba: CEFET-PR, 1996.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo demográfico e econômico do Paraná de 1940**. Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%20e%20Economico%201940_pt_XVIII_PR.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo demográfico e econômico do Paraná de 1950**. Rio de Janeiro: 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_XXVI_PR.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agrícola de 1960 do Paraná e de Santa Catarina (parte 1)**. Rio de Janeiro: 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agricola_1960_PR_SC_1Parte.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agrícola do Paraná e de Santa Catarina de 1960 (parte 2)**. Rio de Janeiro: 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agricola_1960_PR_SC_2Parte.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo demográfico do Paraná de 1960**. Rio de Janeiro: 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Parana.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agropecuário do Paraná de 1970**. Rio de Janeiro: 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuário_1970_PR.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo demográfico do Paraná de 1970**. Rio de Janeiro: 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_PR.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agropecuário do Paraná de 1975** (parte 1). Rio de Janeiro: 1975. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1975_PR_1Parte.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agropecuário do Paraná de 1975** (parte 2). Rio de Janeiro: 1975. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1975_PR_Parte2.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo demográfico do Paraná de 1980**. Rio de Janeiro: 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_PR.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agropecuário do Paraná de 1980** (parte 2). Rio de Janeiro: 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1980_PR_2Parte.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BIBLIOTECA DO IBGE. **Censo agropecuário do Paraná de 1980** (parte 1). Rio de Janeiro: 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1980_PR_1Parte.pdf>. Acessado em: 09 de Novembro de 2012.

BRAGA, N. A de B.. **Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf>. Acessado em: 16 de março de 2012.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988, 292 p.

_____. **Matelândia**: história & contexto. Cascavel: ASSOESTE, 1992, 436 p.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi**: do mito à história. Cascavel: Edunioeste, 1999, 2 ed., 153 p.

DIAS, C. S. **Cascavel**: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

EVANGELISTA, V. M. **Modernização da agricultura paranaense: o caso da soja.** Londrina, 1986. 119 p. Trabalho Acadêmico (TCC) – Geografia, Universidade Estadual de Londrina.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954).** Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

GÜTHS, L. D. Zona Bonita nos caminhos da colonização da fronteira. *In*: LOPES, M. A. (org.). **Espaços da memória.** Fronteiras. Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 135-160.

GREGORY, V.. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970).** Cascavel: Edunioeste, 2002, 306 p.

GREGORY, V.; VANDERLINDE, T.; MYSKIW, A. M. **Mercedes: uma história de encontros.** Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004, 159 p.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2011, 179 p.

IBGE, **Atlas geográfico escolar.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Terra e cidadania: coletânea de legislação e estudos.** Curitiba: ITCG, v. 1, 2008, 211 p. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra_e_Cidadania_v1.pdf>. Acessado em: 02 de setembro de 2012.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná.** Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acessado em: 10 de Novembro de 2012.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Dados e informações geoespaciais temáticos.** Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#>>> Acessado em: 01 de Julho de 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mapas: Base ambiental.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=26>. Acessado em: 20 de setembro de 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mapas: Base física e política.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25>. Acessado em: 20 de setembro de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **STF acolhe entendimento do Incra/PGF sobre classificação da extensão de propriedades rurais.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=article&id=11904:stf-acolhe-entendimento-do-incrapgf-sobre-classificacao-da-extensao-de>

propriedades-rurais&catid=327:destaques&Itemid=279>_. Acessado em: 10 de Julho de 2013.

KLAUCK, S. **Gleba dos Bispos**: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social. Porto Alegre: EST, 2004, 120 p.

KLEIN, V.S.. **Noções básicas de solos aplicadas a pequenos agricultores do distrito de Novo Sarandi - Toledo – PR**. Marechal Cândido Rondon, 2004. 26 p. Trabalho acadêmico (TCC) – Geografia, UNIOESTE.

_____. **Agrotóxicos**: Consequências sócio-econômicas e ambientais na Linha Fazenda Branca, Novo Sarandi, Toledo, PR. Marechal Cândido Rondon, 2006. 36 p. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K. da; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARÃES, D. P. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012, p.199. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>>. Acessado em: 10 de Julho de 2013.

LAVERDI, R. **Temos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 2005, 341 p.

LOPES, S. **O Território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002, 264 p.

LUPION, M. **Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1948. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1948_MFN_941.pdf>. Acessado em: 16 de março de 2012.

MARTINS, J. de S. O Tempo da fronteira. *In*: **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, p.147-203.

MERTZ, U. **Um estudo das transformações sociais e econômicas de uma sociedade de colonos da Região Oeste do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro, 2002. 248 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. População. *In*: **Recenseamento de 1920**: 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.

MITCHELL, S. A. **Brazil. (with) two inset maps: Paraguay and Environs of Rio Janeiro.** Philadelphia: S.A. Mitchell, 1846. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~2005~150040:Brazil---with--two-inset-maps-->

Para?showTip=false&showTipAdvancedSearch=false&title=Search+Results%3A+List_no+equal+to+%270537.041%27&thumbnailViewUrlKey=link.view.search.url&helpUrl=http%3A%2F%2Fwww.lunaimaging.com%2Fsupport%2F6_0%2FLUNA%2Fen%2FAbout_Luna_and_Insight.htm&fullTextSearchChecked=&advancedSearchUrl=http%3A%2F%2Fwww.lunaimaging.com%2Fsupport%2F6_0%2FLUNA%2Fen%2FAdvanced_Search.htm>. Acessado em: 10 de Dezembro de 2012.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005, 154 p.

MOREIRA, R. Repensando a geografia. *In*: SANTOS, M. (org.) **novos rumos da geografia brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993, p. 35-49.

MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem:** a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011, 252p.

NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso.** Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992. 285 p.

PFLUCK, L. D. **Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano:** Marechal Cândido Rondon – PR (1950-1997). Cascavel: Edunioeste, 2008.

PIAIA, V. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel:** as singularidades de uma cidade comum. Rio de Janeiro, 2004. 400 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ O. da C. P.; IWAKE S. Criação dos municípios e processos emancipatórios. *In*: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Mesorregião Oeste do Paraná:** diagnóstico e perspectiva. 2002. Relatório final de projeto de pesquisa – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

RATZEL, F. O povo e o seu território. *In*: MORAES, A. C. R. **Ratzel – geografia.** São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82.

REGINATO, P. **História de Palotina:** 1954-1979. Santa Maria: PALLOTTI, 1979, 237 p.

RIBAS, M. **Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Estado.** Curitiba, 16 de maio de 1935. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1935_MFN_938.pdf>. Acessado em: 16 de março de 2012

_____. **Relatório de Governo apresentado a sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas.** Exercícios de 1940 e 1941. Curitiba. Dezembro de 1942. Disponível

em: < <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1940-1941MFN827.pdf>>. Acessado em: 16 de março de 2012

_____. **Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Estado.** Curitiba, 1º de setembro de 1936. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1936_MFN_939.pdf>. Acessado em: 16 de março de 2012

RODRIGUES, A. M. A abordagem ambiental: questões para reflexão. **GeoTextos**, vol. 5, n 1, jul. 2009, p. 183-201.

SCARPATO, R. & BÖHM, I. B. **Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história.** Cascavel: Gráfica Assoeste e Editora Ltda., 2006, 171 p.

SCHLOSSER, M. T. S. Modernização agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na Região Oeste do Estado do Paraná (1966-1980). *In*: LOPES, M. A. (org.). **Espaços da memória: Fronteiras.** Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 67-78.

SCHNEIDER, C. I. Contribuição para o estudo de um projeto de colonização no Oeste do Paraná: fundamentos socioculturais. *In*: LOPES, M. A. (org.). **Espaços da memória: Fronteiras.** Cascavel: Edunioeste, 2000, p. 93-110.

SCHÖRNER, A. **Paranaenses em movimento: trajetórias e travessias migratórias (1980-2000).** Guarapuava: Unicentro, 2009, 206 p.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: Editora da UNB, 1990, 103 p.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C.F. **Toledo e sua história.** Toledo: Prefeitura, 1988, 496 p.

SPERANÇA, A. **Cascavel: a história.** Curitiba: Lagarto, 1992.

SOUTO MAIOR, L. **História do Município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná.** Maringá: Clichetec Gráfica e Editora, 1996, 391 p.

TESTA, A. **Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas.** São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1983, p. 314.

TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, 338 p.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste.** Curitiba: Vicentina, 2ed., 1987.

ANEXO I

Participação da população migrante e não paranaenses na composição total do demográfico da Região Oeste do Paraná (1970).

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO				
	Migrante		Não nascida no Paraná		Total
	Absoluta	Relativa ³²	Absoluta	Relativa ³³	
Assis Chateaubriand	66.991	85,23%	38.501	48,98%	78.600
Capitão Leônidas Marques	18.934	81,42%	12.405	53,34%	23.256
Cascavel	63.202	70,29%	39.652	44,10%	89.921
Catanduvas	18.344	71,31%	10.213	39,70%	25.726
Céu Azul	18.569	79,97%	12.478	53,74%	23.219
Corbélia	30.285	76,34%	20.284	51,13%	39.672
Formosa do Oeste	33.853	76,46%	20.813	47,01%	44.278
Foz do Iguaçu	21.626	63,67%	13.501	39,75%	33.966
Guaíra	24.910	75,77%	17.596	53,52%	32.875
Guaraniaçu	16.872	58,89%	6.851	23,91%	28.649
Marechal Cândido Rondon	33.647	76,86%	30.489	69,65%	43.776
Matelândia	20.181	82,17%	13.716	55,84%	24.561
Medianeira	24.823	79,71%	21.911	70,36%	31.142
Nova Aurora	24.102	78,80%	16.390	53,58%	30.588
Palotina	34.534	80,30%	28.770	66,90%	43.005
Santa Helena	22.449	83,66%	18.124	67,54%	26.834
São Miguel do Iguaçu	19.732	78,17%	16.057	63,61%	25.242
Terra Roxa	30.506	79,78%	19.493	50,98%	38.237
Toledo	51.559	74,85%	38.336	55,65%	68.885
TOTAL	575.119	76,43%	395.580	52,57%	752.432

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 336).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

³² Percentual calculado em relação à população total do município.

³³ Idem.

ANEXO II

Naturalidade da população da Região Oeste do Paraná segundo os municípios em 1970															(continua...)	
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	FN		
Assis Chateaubriand	116	69	1	1	6	1	16	57	927	63	322	1.350	979	11		
Capitão Leônidas Marques	-	7	-	-	1	-	1	-	2	-	-	11	14	3		
Cascavel	2	10	1	-	2	2	5	32	301	42	93	434	254	5		
Catanduvas	4	1	-	-	1	1	-	2	24	-	1	83	16	-		
Céu Azul	-	3	-	-	-	-	1	10	220	6	66	179	133	-		
Corbélia	-	-	1	-	-	-	1	16	175	15	130	330	258	2		
Formosa do Oeste	-	2	3	-	2	1	4	47	449	22	95	845	412	3		
Foz do Iguaçu	4	4	5	-	7	6	12	8	83	40	38	134	88	-		
Guaíra	4	5	3	-	2	-	6	10	150	76	101	543	291	1		
Guaraniçu	15	46	-	-	1	-	1	2	37	3	7	78	22	-		
Marechal Cândido Rondon	1	-	-	-	2	-	-	1	6	-	7	53	5	-		
Matelândia	1	1	8	1	1	3	4	14	213	30	83	248	161	3		
Medianeira	-	6	-	1	-	-	-	-	8	4	6	23	8	3		
Nova Aurora	1	-	-	-	-	-	-	12	149	42	89	493	261	3		
Palotina	-	3	1	-	-	-	-	52	370	13	187	243	122	5		
Santa Helena	-	1	-	-	-	-	-	4	59	7	46	68	82	-		
São Miguel do Iguaçu	1	2	-	-	-	-	-	-	18	1	3	122	31	1		
Terra Roxa	1	5	1	2	2	-	1	15	461	47	201	899	674	2		
Toledo	4	9	2	-	2	-	5	42	291	26	83	403	316	4		
LEGENDA:																
RO – Rondônia	PI – Piauí	SE – Sergipe					SC – Santa Catarina									
AC – Acre	CE – Ceará	BA – Bahia					RS – Rio Grande do Sul									
AM – Amazonas	RN – Rio Grande do Norte	MG – Minas Gerais					MT – Mato Grosso									
RR – Roraima	PB – Paraíba	ES – Espírito Santo					GO – Goiás									
PA – Pará	PE – Pernambuco	RJ – Rio de Janeiro					DF – Distrito Federal									
AP – Amapá	AL – Alagoas	GB – Guanabara														
MA – Maranhão	FN – Fernando de Noronha	SP – São Paulo														

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 206).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira.

ANEXO III

Dinâmica populacional nos municípios da Região Oeste do Paraná (1970 a 1980).

MUNICÍPIOS	1970	1980
Assis Chateaubriand	78.600 ³⁴	54.631
Capitão Leônidas Marques	23.256	40.823
Cascavel	89.921	163.459
Catanduvas	25.726	36.331
Céu Azul	23.219	25.444
Corbélia	39.672	35.901
Formosa do Oeste	44.278	36.000
Foz do Iguaçu	33.966	136.321
Guaíra	32.875	29.169
Guaraniaçu	28.649	34.468
Marechal Cândido Rondon	43.776	56.210
Matelândia	24.561	33.426
Medianeira	31.142	49.361
Nova Aurora	30.588	18.389
Palotina	43.005	28.248
Santa Helena	26.834	34.884
São Miguel do Iguaçu	25.242	34.247
Terra Roxa	38.237	25.215
Toledo	68.885	95.182 ³⁵
TOTAL	752.432	960.709

Fonte: Biblioteca do IBGE, Censo Demográfico de 1970 (p. 368); Censo Demográfico de 1980 (p. 2).
Organizado por: Vânia Salete Klein de Oliveira

³⁴ Os números em negrito representam os municípios onde houve diminuição de habitantes entre 1970 e 1980.

³⁵ Está incluída nesse total a população pertencente ao município de Nova Santa Rosa, com o objetivo de estabelecer uma comparação entre áreas iguais.